



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**EDELZUITA OLIVEIRA BATISTA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM  
LOCALIDADES CARACTERIZADAS POR OCUPAÇÕES  
IRREGULARES NA CIDADE DE CAMAÇARI-BAHIA**

Salvador - BA

2022

**EDELZUITA OLIVEIRA BATISTA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM  
LOCALIDADES CARACTERIZADAS POR OCUPAÇÕES  
IRREGULARES NA CIDADE DE CAMAÇARI-BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Silva Magalhães  
Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional

Salvador - BA

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de  
Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

B333 Batista, Edelzuita Oliveira

Políticas públicas e segregação socioespacial em localidades  
caracterizadas por ocupações irregulares na cidade de  
Camaçari–Ba. / Edelzuita Oliveira Batista. – Salvador, 2022.

127 f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Denise Silva Magalhães

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Geociências, 2022.

1. Geografia. 2. Espaço – Políticas públicas. 3. Moradia –  
Problemas Sociais. I. Magalhães, Denise Silva. II. Universidade  
Federal da Bahia. III. Título.

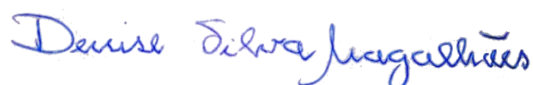
CDU 911.375

## TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM  
LOCALIDADES CARACTERIZADAS POR OCUPAÇÕES IRREGULARES,  
NA CIDADE DE CAMAÇARI-BA**

**EDELZUITA OLIVEIRA BATISTA**



**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Silva Magalhães (Orientadora/Presidente)**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



**Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



**Prof. Dr. Ricardo Bahia Rios**  
Instituto Federal da Bahia (IFBA)

**Aprovada em Sessão Pública de 28 de setembro de 2022**

Dedico esse trabalho aos meus entes queridos, João Felipe meu neto, com todo carinho, e as minhas filhas amadas, Camila e Priscila, pelo cuidado, incentivo e preocupação com as minhas horas de sono dedicada aos estudos, além da ansiedade pela espera dessa nova conquista.

## AGRADECIMENTOS

A Deus como força maior, por me permitir dar um passo a frente, se fazendo presente em todos os momentos da minha vida, me conduzindo para superar os obstáculos e encarar os desafios; durante minha trajetória sempre busquei mais escutar e internalizar meu aprendizado com apreço, me inspirando no versículo bíblico que se encontra em Mc-9:23 “[...] tudo é possível ao que crê”.

A todos aqueles que contribuíram (direta ou indiretamente) para a produção desse trabalho, em especial à Universidade Federal da Bahia (UFBA), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio indispensável ao desenvolvimento dessa pesquisa.

A minha orientadora Dra. Denise Magalhães, pela confiança depositada em mim, pelo seu esforço, dedicação e brilhantismo profissional; foi mais que uma amiga para mim nessa jornada, me deixando um legado de conhecimentos que guardarei para sempre.

Aos docentes Dr. Clímaco Dias e Dr. Ricardo Bahia que me deram o privilégio de participar da banca de qualificação e defesa da dissertação. Grata por compartilharem suas experiências comigo, trazendo contribuições e enriquecendo o trabalho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação (POSGEO/UFBA) pelo apoio e contribuição ao trabalho, reconhecendo que a generosidade dessas pessoas é algo inexplicável aos olhos humanos. Embora nossos encontros presenciais necessitassem ser interrompidos por um período, conservei alguns contatos que deverão permanecer ao longo da minha história, pois, de alguma forma, essas pessoas me incentivaram em momentos especiais, e a distância nunca enfraqueceu nossas relações. Em especial, agradeço a Jucelia Oliveira, Paula Celestino, Clara Ferreira, Simone Soares e Lívia Rita.

No decorrer do trabalho, novos conhecimentos se fizeram fora do ambiente acadêmico. Pessoas como Luiza Carla, Meire e Miralva se disponibilizaram em momentos oportunos, me estendendo as mãos. A contribuição de vocês foi imprescindível para a condução da pesquisa. Deus as recompensem, grandemente.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram com a pesquisa: entrevistados, integrantes e/ou representantes de associações comunitárias que se dispuseram a responder aos questionários e os órgãos públicos que se disponibilizaram a fornecer dados e informações.

Deus nos dá pessoas e coisas, para aprendermos  
a alegria... Depois, retoma coisas e pessoas para  
ver se já somos capazes da alegria sozinhos...

Essa... a alegria que ele quer!

GUIMARÃES ROSA

BATISTA, Edelzuita Oliveira. **Políticas públicas e segregação socioespacial em localidades caracterizadas por ocupações irregulares na cidade de Camaçari-Bahia.** Salvador-Bahia. 2022, 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

## RESUMO

Essa dissertação busca analisar as políticas públicas e a segregação socioespacial em localidades caracterizadas por ocupações irregulares, tendo como objeto de pesquisa a cidade de Camaçari-BA, localizada na Região Metropolitana de Salvador. O estudo teve como principal recorte espacial os bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores, situados na Zona Urbana da Sede de Camaçari e como recorte temporal foi estabelecido o ano de 1950 até 2022, considerando-se, respectivamente: a época em que aconteceram as ocupações irregulares na cidade e consequentes registros históricos; e o ano de defesa da dissertação. Para tanto, foi estabelecido um roteiro metodológico que compreendeu um levantamento bibliográfico/documental e informações do trabalho de campo obtidas por meio de entrevistas efetuadas com residentes dos bairros. Teve como objetivo geral analisar os entraves dos processos para a regularização dos imóveis no bairro Recanto das Árvores, assegurando aos moradores o título da propriedade e os mesmos direitos urbanísticos obtidos no bairro Nova Vitória. A discussão teórico-conceitual está centrada nos conceitos de Espaço Geográfico/Social e Segregação Socioespacial e noções sobre Ocupações Irregulares, Políticas Públicas Urbanas e Metropolização. Autores que trabalham essas temáticas, documentações e trabalho de campo fundamentaram e sistematizaram os resultados e conclusão da dissertação. Os resultados obtidos revelam ações diferenciadas do poder público nos bairros, tendo por análise aspectos como: grau de urbanização, padrões de habitabilidade, classes sociais dos residentes e suas localizações na cidade – área centralizada do bairro Nova Vitória e área periférica do Recanto das Árvores. Conclui-se que, apesar das leis que regem o município de Camaçari estabelecerem políticas públicas sociais em benefício da população, essas precisam ser efetivadas de fato, e medidas são necessárias para que o poder público reduza a segregação socioespacial-residencial em localidades caracterizadas pelas ocupações irregulares na cidade de Camaçari-BA.

Palavras-chave: Espaço Geográfico/Social. Políticas Públicas. Segregação Socioespacial. Ocupações Irregulares. Camaçari.



BATISTA, Edelzuita Oliveira. **Public policies and socio-spatial segregation in locations characterized by irregular occupations in the city of Camaçari-Bahia.** Salvador-Bahia. 2022, 127 f. Master Thesis (Master's degree in Geography) – Postgraduate Program in Geography, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

## ABSTRACT

This dissertation analyzed public policies and socio-spatial segregation in neighborhoods characterized by irregular settlements in the Municipality of Camaçari-BA, located in the Metropolitan Region of Salvador. The spatial scope of the study was the neighborhoods of Nova Vitória and Recanto das Árvores, located in the Urban Zone of Municipal Seat of Camaçari. The study considered respectively: the time when the irregular occupations occurred in the city and the resulting historical records produced from 1950 to 2022. To this end, a methodological approach was established that included a bibliographic/documentary survey and data collected from through interviews with residents of the two neighborhoods. The general objective was to analyze the obstacles in the processes for regularizing property in the Recanto das Árvores neighborhood, thus assuring residents property title and the same urban rights obtained in the Nova Vitória neighborhood. The theoretical and conceptual discussion is centered on the concepts of Geographic/Social Space and Socio-Spatial Segregation, as well as ideas related to Irregular Occupations, Urban Public Policies and Metropolization. Scholars who work on these themes, the documents, and the field work formed the foundation and organized the results and the conclusions of this dissertation. The results obtained reveal differentiated actions of public authorities in each neighborhood, analyzing aspects such as: degree of urbanization, housing standards, social classes of residents, and their location in the city – the centrally located area of Nova Vitória and the peripheral area of Recanto das Árvores. It is concluded that, although the laws governing the Municipality of Camaçari establish social public policies for the benefit of the population, these need to be effectively implemented, and certain measures are necessary so that the government reduces socio-spatial-residential segregation in neighborhoods characterized by irregular settlement in the city of Camaçari-BA.

Keywords: Geographic Space/Social Space. Public Policy. Socio-Spatial Segregation. Irregular Occupations. Camaçari.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Recorte espacial da cidade de Camaçari-BA, localizando os bairros de Recanto das Árvores e Nova Vitória.....	24
Figura 2	Fluxograma metodológico de pesquisa.....	28
Figura 3	Carências sociais em áreas de ocupações irregulares nas cidades.....	35
Figura 4	Croqui do Loteamento Nova Vitória, executado antes da ocupação....	36
Figura 5	Croqui do Loteamento Recanto das Árvores, executado antes da ocupação.....	37
Figura 6	Estação Férrea da cidade de Camaçari-BA.....	54
Figura 7	Prefeitura da cidade de Camaçari-BA, em 1958.....	54
Figura 8	Prefeitura da cidade de Camaçari-BA, em 1948.....	55
Figura 9	PIB per capita (em R\$) dos municípios de Camaçari e Salvador, entre 2010 – 2018.....	60
Figura 10	Aumento populacional de municípios da RMS a partir de 1960 e com projeção para 2021.....	67
Figura 11	Plano Piloto de Camaçari, atualizado em 1980.....	78
Figura 12	Zoneamento do bairro Nova Vitória.....	82
Figura 13	Travessa Maria Meire no bairro Nova Vitória.....	83
Figura 14	Ruas sinalizadas no bairro Nova Vitória.....	83
Figura 15	Centro de Educação Municipal Paulo Freire, no bairro Nova Vitória.....	84
Figura 16	Avenida Jorge Amado no Centro de Camaçari.....	85
Figura 17	Open Center Camaçari na poligonal do bairro Nova Vitória.....	86
Figura 18	Zoneamento do bairro Recanto das Árvores.....	87
Figura 19	Unidade e praça de esportes do CRAS no bairro Recanto das Árvores.....	88
Figura 20	Casas no entorno do rio Camaçari na Av. Luiz Gonzaga.....	89

Figura 21	Avenida Luiz Gonzaga, no bairro Recanto das Árvores.....	94
Figura 22	Trecho do Rio Camaçari na Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.....	100
Figura 23	Trecho do rio Camaçari na Av. Luiz Gonzaga - bairro Recanto Árvores.....	100
Figura 24	Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.....	103
Figura 25	Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.....	103

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Projetos e programas sociais desenvolvidos pela SEHAB/PMC, a partir de 2018.....	76
Quadro 2	Equipamentos urbanos e infraestrutura básica dos bairros Nova Vitória e Recanto das Árvore.....	90
Quadro 3	Programa Municipal de Urbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari: intervenções urbanísticas.....	99

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1	RMS: PIB municipal nominal (2000 e 2010).....	59
Tabela 2	PIB <i>per capita</i> (em R\$) de municípios da RMS, nos anos de 2010 e 2018.....	62
Tabela 3	População Estimada dos municípios da RMS (hab/km <sup>2</sup> ), para o ano 2020.....	63
Tabela 4	Taxa de urbanização urbana dos municípios da RMS com população mais elevada em 2000 e 2010.....	65
Tabela 5	Variação populacional (%) de municípios da RMS, entre 1960 e 2010..	65

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Preservação Permanente

ASCOM	Assessoria de Comunicação
AZFA	Indústrias Reunidas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CETESP	Centro de Ensino Técnico e Profissionalizante
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIC	Complexo Industrial de Camaçari
CIMATEC	Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia
COOASTAC	Cooperativa de Transporte Alternativo e Empresarial de Camaçari
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
COPEB	Conjunto Petroquímico da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COPENE	Complexo Petroquímico de Camaçari
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
DECOM	Fundação do Desenvolvimento de Comunidades
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
FAFEN	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
IBDU	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IFBA	Instituto Federal Baiano
INOCOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

LBA	Legião Brasileira de Assistência
NAP	Núcleo de Apoio a Produção
NBR	Norma Técnica Brasileira
PAM	Plano de Ajuda Mútua
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PETROQUISA	Petrobrás Química S/A
PHOC	Programa de Habitação Orientado de Camaçari
PIB	Produto Interno Bruto
PHBB	Programa Habitar Brasil
PIC	Polo Industrial de Camaçari
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PROAUTO-BA	Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia
PRODUR	Programa de Desenvolvimento e Infraestrutura Urbana
PROFILURB	Programa de Lotes Urbanizados
REURB	Regularização Fundiária Urbana
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RPBA	Região de Produção da Bahia
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEOSP	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
SEPLAN	Secretaria de Planejamento

SESP	Secretaria de Serviços Públicos
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIBF	Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais
SNHIS	Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social
STT	Superintendência do Trânsito e Transportes
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TEMADRE	Terminal de Madre de Deus
URBIS	Habitação e Urbanização de Bahia
TEMADRE	Terminal de Madre de Deus
ZCEN	Zona Central
ZECS	Zona de Expansão de Comércio e Serviços
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEP	Zona de Expansão Prioritária
ZIAP	Zona de Importância Ambiental e Paisagística
ZOCON	Zona de Ocupação Consolidada
ZTCS	Zona de Transformação Comércio e Serviços

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	RECORTES ESPACIAL E TEMPORAL DO ESTUDO.....	23
1.2	JUSTIFICATIVAS, QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	24
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	27
1.4	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	29
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E SUAS INTERFACES COM O OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>31</b>
2.1	O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA QUALIDADE DE ESPAÇO SOCIAL.....	31
2.2	O PROCESSO HABITACIONAL E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE CAMAÇARI – BA.....	33
2.3	MEDIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO PROCESSO HABITACIONAL DA CIDADE.....	44
2.4	AS PRÁTICAS URBANAS DE OCUPAÇÃO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	48
<b>3</b>	<b>PERCURSOS HISTÓRICOS. A CIDADE E O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI NO CONTEXTO DA RMS.....</b>	<b>53</b>
3.1	A PRÉ-INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMAÇARI.....	53
3.2	ALGUNS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA RMS.....	57
3.3	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA RMS.....	61
3.4	A IMPORTÂNCIA DO POLO PETROQUÍMICO E DA PETROBRÁS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE.....	66
3.5	A HABITAÇÃO POPULAR EM CAMAÇARI E A INFLUÊNCIA DO ESTADO.....	70
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS HABITACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM CAMAÇARI.....</b>	<b>73</b>
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVOS PROGRAMAS HABITACIONAIS.....	73

<b>5</b>	<b>OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES NA CIDADE DE CAMAÇARI: OS BAIROS NOVA VITÓRIA E RECANTO DAS ÁRVORES.....</b>	<b>77</b>
5.1	OS BAIROS E A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO.....	77
5.1.1	<b>A mobilidade urbana de Camaçari, como um dos principais entraves da cidade.....</b>	<b>91</b>
5.2	AS INTERVENÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO ESPAÇO.....	98
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>102</b>
6.1	OS BAIROS NOVA VITÓRIA E RECANTO DAS ÁRVORES.....	102
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICE A – MODELO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA À POPULAÇÃO DAS LOCALIDADES PESQUISADAS</b>	<b>126</b>



## 1 INTRODUÇÃO

As transformações urbanas repercutem principalmente nos subsistemas econômicos, geralmente induzidas pela presença de empreendimentos em grande escala, com a participação do mercado multinacional, implementação em indústrias de transformação e de manufatura, evolução na indústria da construção civil, bem como na expansão comercial, entre as demais formas que alimentam o sistema econômico das cidades, contribuindo com o aumento populacional e a tendência ao desequilíbrio na habitação causada pelo mega efeito capitalista, em detrimento do processo de metropolização<sup>1</sup>.

O citado fenômeno espacial, segundo Ferreira e outros (2015), incorpora algumas características anteriores e desenvolve outras, como o aumento de fluxo de pessoas, mercadorias, bens e capitais, crescimento das atividades de serviços e de trabalho, demandas de gestão e administração, com maior utilização de tecnologias de informação e comunicação, em associação entre o capital financeiro, promotores imobiliários e da produção de um modo de viver que se espelha no perfil da metrópole<sup>2</sup>. Esse processo dinâmico intensifica a transformação do solo urbano pela vasta valorização de mercado e expansão de investimentos nas cidades, além da apropriação desigual, produzindo a segregação socioespacial.

As interações espaciais que evidenciaram a industrialização no Estado da Bahia, aproximadamente na década de 1970, contribuíram diretamente com o avanço migratório intrametropolitano gerando um vínculo entre as cidades. Em específico, a cidade de Camaçari com a capital baiana – Salvador –, tornando-as interdependentes devido às suas distintas conjunturas socioeconômicas, pois, condizente com as necessidades da população de Camaçari, em termos de carências básicas (saúde, educação, cultura, lazer, dentre outras), a cidade do Salvador dispõe de recursos para suprir grande parte dessas necessidades.

Por outro lado, essa relação entre as citadas cidades condiz com o grande fluxo intermunicipais da população de Salvador e de outras da sua região metropolitana, que fazem locomoções pendulares itinerantes à cidade de Camaçari e vice-versa. Esse trajeto de ida e

---

<sup>1</sup> A inclusão de Camaçari para esse estudo envolve, também, o protagonismo da cidade vinculada à Salvador no seu processo de metropolização e como o fato influenciou no seu modo de urbanização.

<sup>2</sup> Aquelas cidades que, do ponto de vista hierárquico, não dependem de outra, situando-se “[...] no ápice da organização urbana, defrontando, assim, sem qualquer dependência de outras que se coloquem na mesma situação”. (SANTOS, 2016, [1956], p. 13)

volta de pessoas implica em locomoções diárias, sendo a BA-535, conhecida por Via Parafuso, a de maior fluência para os deslocamentos, principalmente para os indivíduos que residem em Lauro de Freitas e Salvador e trabalham em setores variados como indústria, comércio, serviços terceirizados e órgãos públicos de Camaçari, motivo pelo qual diversos pesquisadores refletem sobre o aumento populacional da capital baiana em decorrência da industrialização – o Complexo Industrial de Camaçari – como sendo o fator principal dessa intermediação entre as distintas cidades.

Entretanto, como enfatizado por Furtado (1974), nem toda a sociedade consegue alcançar as oportunidades promovidas num processo de industrialização desenvolvido pelo sistema capitalista, pois os planos de produção nos países de níveis periféricos são tecnologicamente orientados e condicionados ao mercado interno, embora esse já se encontre moldado às conveniências globalizadas das empresas produtoras, a exemplo das grandes multinacionais instaladas em Camaçari, que investem em aperfeiçoamento dos colaboradores, principalmente daqueles que compõem os quadros superiores, inclusive enviando-os a seus países de origem e inserindo-os em cursos de nivelamento de acordo com a qualidade de sua matriz de produção. Para o autor, essa situação peculiar reflete-se em países nos quais as principais atividades vinculadas ao próprio mercado têm influência direta de empresas multinacionais, que possuem projetos próprios com expansão internacional, com pouco conhecimento dos governos dos países onde atuam. Embora a impotência do Estado em coisas fundamentais, o crescimento do aparelho estatal é inevitável, seja na construção e operação dos serviços básicos, em garantir a ordem jurídica ou em disciplinar a massa dos trabalhadores. (FURTADO, 1974)

Nas aglomerações urbanas onde se evidenciam as metrópoles, abrem-se novos horizontes, criam-se possibilidades de coalisões num movimento constante, resultante da metropolização do espaço. (LENCIONI, 2015; MOREIRA, 2015) Com o “crescimento desordenado” da população, termo utilizado a partir de 1970, foram implementados no país programas alternativos embasados nos processos de autoconstruções na tentativa de minimizar a falta de moradia e o planejamento urbano já era desenvolvido para solucionar questões habitacionais. Daquele período até os tempos atuais, vêm se repetindo obras de infraestrutura urbana com o controle das áreas mais nobres pelo Estado e mercado imobiliário, alimentando a especulação fundiária, inclusive com políticas de remoção de “ocupações irregulares”, sem haver uma democratização de acesso à terra em prol da moradia. (FERREIRA, 2015) Salienta-se que o processo de ocupações irregulares surge no

meio urbano em virtude da expressiva demanda por oportunidades de sobrevivência da população, com conseqüente aumento demográfico e expansão territorial o que dificulta o controle no planejamento do uso e ocupação do solo.

Nesse “mosaico” que é a cidade, são identificadas classes sociais diferenciadas e uma variedade de construções desordenadas, visto que as políticas públicas do país não atendem a demanda acelerada de pessoas que necessitam de moradias, o que vem a ocasionar uma crise no setor e afetar não só as camadas que se encontram abaixo da escala de rendas, mas amplos setores dos estratos médios que se situam melhor em termos de camadas sociais. (CASTELLS, 1983)

Essa pressão crescente sobre a terra urbana e seus recursos, tem um peso ainda maior quando relacionada aos processos de produção de moradia oferecidas pelo mercado e pelo poder público municipal. Dados existentes, ainda que imprecisos, sugerem que mais de 50% da população brasileira está vivendo ilegalmente nas áreas urbanas pela falta de opções de moradias adequadas e acessíveis. (STEINBERGER, 2006) Ainda segundo o autor, a força expressiva gerada por parte da população brasileira na busca por moradias incide sobre as políticas públicas que não conseguem atender a esse mercado, o que gera habitações irregulares por grande parte dessa população.

A expansão urbana voltada para locais periféricos no país foi acontecendo em terrenos vagos, no entorno das cidades, e, na maioria das vezes, por consequência da política de exclusão do poder público sobre as classes populares, com diferenças significativas no tipo de habitação ou infraestrutura entre os bairros. Citam Esteves Junior e Uriarte (2003), que se trata de uma “urbanização de sufoco” compondo um amontoado de construções precárias, sem elementos estéticos e incompletas em termos de projetos, associadas ao crescimento populacional nas periferias e conseqüente exclusão social. Argumenta Villaça (2001) que a dinâmica desse desenvolvimento desigual causada pela ocupação urbana, caracteriza-se, também, pela transformação da paisagem local. Altera-se a imagem do ambiente construído, onde as classes sociais, aquela que domina a estruturação das metrópoles brasileiras, têm tendências de se concentrar, cada vez mais, em diferentes espaços ou bairros da cidade.

As modificações mais intensas que envolveram o município de Camaçari e sua respectiva sede, localizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS) - Bahia, surgiram: a partir da década de 70 com a evolução da economia industrial através da implantação do

Polo Industrial de Camaçari (PIC)<sup>3</sup>; no ano de 1975, com a construção da BA-099, rodovia litorânea que liga os estados de Bahia a Sergipe; no ano de 2000, com a influência das indústrias de manufatura instaladas no Polo de Apoio industrial, mais conhecido como “Poloplast”; e, no ano de 2001, com as instalações do complexo automotivo da Ford, subsidiária brasileira da montadora estadunidense FORD Motor Company.

O parque automotivo da Ford aconteceu por iniciativa do governo da Bahia através de políticas incentivadoras e um conjunto de atrativos como: estradas, terrenos, portos, benefícios fiscais e, principalmente, sua localização em proximidade com o Complexo Industrial de Camaçari. O referido parque automotivo não produziu os efeitos de encadeamento almejados pelo governo como a atração de outras montadoras e empresas do mesmo ramo para atuar como intermediárias na fabricação de peças e de borrachas – como as indústrias de pneus Firestone-Bridgestone e Continental Pneus –, ou que suas instalações trouxessem efeitos multiplicadores positivos, como aconteceu na região sudeste do país desde a década de 1950. (SPÍNOLA, 2019)

A influência da política de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, vem se modificando desde a década de 1960, com intuito de facilitar a entrada do capital, minimizando a carga tributária, agilizando as importações. No estado da Bahia destaca-se: o investimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o propósito de favorecer ao Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIBF), e a inserção do Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO/BA) instituído entre 1994-2004, direcionado para a implantação na infraestrutura de montadoras, e fabricantes de peças e acessórios para veículos automotores, dispondo de uma série de vantagens (DIEESE, 2021). Essa política de incentivos contribuiu com a estadia da Ford ou Complexo da Ford (como ficou conhecido) na cidade de Camaçari por duas décadas, permitindo a manutenção do mercado interno, a comercialização de peças, a especialização produtiva, a importação e o escoamento da produção. Em seu ciclo de produção introduziu uma cadeia de empresas fornecedoras de serviços, suprimentos de montagens, logística compreendendo uma rede sistemista e um terminal portuário exclusivo para o escoamento da frota através do Porto de Aratu, no município de Candeias-BA, movimentando o mercado externo, num dos modelos de produção mais modernos no segmento desse modal,

---

<sup>3</sup> O maior complexo industrial da América Latina, atuando na Bahia a mais de 42 anos, tem capacidade para produzir 12 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos e impulsionar a economia baiana. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/polo-industrial-de-camacari-essencial-ha-42-anos/>. Acesso em 14 set. 2021.

expandindo à economia em ampla escala. (FURTADO, 1974) Mantinha o oligopólio, dificultando e criando barreiras a outros competidores da mesma linha de atividades a se expandirem com a mesma autonomia financeira, tecnológica e administrativa, o que talvez explicasse um dos fatos precursores que precedia sua instabilidade de mercado. Quando desativou, repentinamente, suas atividades produtivas deixou uma marca negativa para a indústria automotiva no país, e, na Bahia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), resultou na perda de 96% da produção nos setores para veículos automotores e carrocerias<sup>4</sup>. (BAHIA, 2021)

Questiona-se, então, o desenvolvimento econômico regional e a política de localização industrial na Bahia, quando grande parte de investidores/empresários, oportunistas de outras regiões, se utilizam de incentivos fiscais/financeiros e se firmam nos distritos industriais das cidades cuja permanência depende do encerramento do prazo concedido pelos benefícios ou quando interrompem suas atividades em decorrência de má administração ou incoerência econômica para prosseguir com os negócios. Admite-se que com relação aos benefícios atraídos pelo planejamento industrial o estado da Bahia cresceu economicamente, porém não houve desenvolvimento relacionado ao progresso material que aparenta e dos avanços tecnológicos investidos, pois esses benefícios gerados não estão disponíveis para os milhões de excluídos que constituem a população estadual (SPÍNOLA, 2001) sendo os pobres apenas as vítimas do processo. (SANTOS, 2012[1994])

A teoria direcionada ao planejamento industrial é toda ou parcialmente aplicada a uma ideologia – progresso, crescimento, desenvolvimento, modernização, competitividade – responsável pelo surgimento e reformulação de novos espaços urbanos, mas existe apenas em sua forma, sempre beneficiando mais a alguns, do que a maioria. (SANTOS, 2012[1994]) Um planejamento industrial autêntico a favor das camadas com menor renda seria praticamente impossível diante de um modelo político marcado por um neoliberalismo instável, onde o processo de redemocratização perdura incompleto, e, geralmente

---

<sup>4</sup> Primeira indústria automotiva instalada em um estado do Nordeste, a unidade da Ford em Camaçari, após 20 anos de operação, anunciou em janeiro de 2021 o encerramento da produção em todo o país, com perda para o município e RMS estimada em R\$ 5 bilhões ao ano. (NUZZI, Vitor. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/sem-a-ford-trabalhadores-de-camacari-ba-vivem-desalento>). Em nota à imprensa a montadora expôs suas dificuldades em se manter produtiva no país, incluindo a crise sanitária como um dos vilões para a tomada de decisões. Segundo o comunicado, a empresa possuía na unidade de Camaçari, cerca de 4.604 mil empregos diretos, além das empresas sistêmicas e das terceirizadas que faziam parte da cadeia produtiva, resultando numa perda aproximada de 118.864 postos de trabalho, incluindo mão-de-obra diretas e indiretas. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota\\_imprensa\\_Ford.pdf](https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota_imprensa_Ford.pdf).

acompanhado de sucessivas crises econômicas com poucas chances de atingir um planejamento que possa abranger toda a sociedade. (SANTOS, 2012[1994])

Subjacente a questão exposta, a localização do Polo Petroquímico de Camaçari foi um evento que, por razões excepcionais, produziu um intenso fluxo migratório para a cidade, que culminou na existência de densas áreas urbanizadas, distintas em seus aspectos sociais e espaciais. Com esse foco, o presente trabalho na cidade de Camaçari está relacionado à ocupação — pretérita e atual — das áreas em que se localizam os bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores, locais reconhecidos pela população residente como de apropriação de áreas públicas. Tais ocupações ocorreram de forma semelhante, em terras de domínio público, desapropriadas na década de 1970<sup>5</sup> e aconteceram em virtude do fluxo migratório<sup>6</sup> de pessoas provenientes de várias partes da RMS, bem como de outros municípios do Estado, motivadas pela atração de empregabilidade no Polo Industrial de Camaçari, que iniciou a operação em 1978, embora a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) tenha iniciado à construção do seu complexo básico em 1972.

Em consequência, a área urbana da cidade se expandiu integrando-se a outras áreas rurais mais afastadas, o que contribuiu para modificar a morfologia da paisagem local do ponto de vista urbanístico/técnico que regem as normas de construção de moradias, implícitas aí questões relacionadas ao poder público que segrega essa população segundo critérios econômicos e sociais.

Diante dos registros do Acervo Municipal da Prefeitura de Camaçari localizado na SEDUR e através de informações da Secretaria de Habitação (SEHAB), tomou-se conhecimento, como citado, de que as áreas em estudo possuem procedência pública. O Recanto das Árvores está situado em uma área periférica afastada do centro da cidade e foi urbanizado através de ocupações irregulares em terreno da antiga Fazenda Saco de Arraia, que pertencia a Empresa Goes Cohabita Construções S/A, com o apoio do Programa de Desenvolvimento e Infraestrutura Urbana (PRODUR), pela Prefeitura de Camaçari, no ano de 1976. A área total dessa antiga fazenda tinha sido desapropriada para implantação de dois loteamentos planejados, no âmbito do Programa Habitacional Orientado de Camaçari

---

<sup>5</sup> Com base na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUR/Camaçari), tomou-se conhecimento que a ocupação do bairro Nova Vitória ocorreu de forma espontânea, enquanto que a ocupação do Recanto das Árvores foi permitida pela gestão municipal.

<sup>6</sup> De acordo com Santos (2008 [1978]) as migrações, sejam inter-regionais, rurais-urbanas ou inter-urbanas, como a citada, são resultados das situações de desigualdade espacial.

(PHOC), que seria direcionado para a classe de baixa renda, onde, posteriormente, foram consolidados como bairro Tancredo Neves e bairro Nova Aliança. A população, ao tomar conhecimento dessa desapropriação, decidiu ocupar o restante das terras devolutas que se encontravam nas proximidades da área loteada. Tal fato deu origem a implantação do Loteamento Recanto das Árvores<sup>7</sup>, pela Prefeitura de Camaçari, que foi oficialmente registrado, conforme Escritura Pública lavrada no Cartório de Notas do 2º Ofício de Camaçari, em 13 de setembro de 1994, sob número de ordem 3.193. (CAMAÇARI, 1976)

A segunda área em análise está localizada nas proximidades do Centro Administrativo de Camaçari, originada pela desapropriação da antiga Fazenda Pedreiras. No local, no ano de 1974, a gestão municipal projetava a implantação de um conjunto habitacional para a classe média no Loteamento Nossa Senhora de Fátima, onde já estavam instalados a nova Rodoviária e o Pátio Ferroviário. Mas, sucedeu que a área foi densamente ocupada e, no ano de 1988, após algumas tentativas de negociações pelo poder público no sentido de desocuparem a área, esse enfrentou a resistência da população que já se encontrava instalada no local. Então, também com o apoio do PRODUR e Prefeitura de Camaçari, foi implantado o Loteamento Nova Vitória. (CAMAÇARI, 1974)

De acordo com informações recolhidas no Acervo Público da SEDUR, verificou-se que a administração municipal daquela época, preocupada com os aspectos físicos da ocupação caracterizada como irregular na cidade, providenciou conter o crescente processo de apropriação. Com respeito a essa tipologia, e, em conformidade com Souza (2000), a forma de ocupação das áreas mencionadas nesse estudo compreendem uma “ocupação coletiva ou apoderação” ou áreas que se formaram ou cresceram por ocupação aleatória, direta, e, portanto, à revelia das normas urbanísticas<sup>8</sup>.

No caso da área onde foi implantado posteriormente o Loteamento Nova Vitória, o poder municipal tentou forçar a população a deixar as terras ocupadas por duas razões básicas do seu interesse: a primeira porque a área fica centralizada, tem localização privilegiada, pois se encontra entre o entroncamento rodoviário da BA-535 (Via Parafuso), que liga o Polo Petroquímico de Camaçari à cidade do Salvador, representando o cartão de

---

<sup>7</sup> Oficializado e consolidado como bairro pela Lei Municipal nº 1.504 de 11 de outubro de 2017, aprovado pela Câmara Municipal conforme D.O.M. Ano XV- Nº 787.

<sup>8</sup> Nas regiões metropolitanas, palco de profundas contradições e desigualdades socioespaciais, encontra-se a face mais dramática da ocupação irracional do solo, atingindo grande quantidade de pessoas. (MARICATO, 1996)

visita da cidade; e a segunda porque pretendiam implantar, como citado, um conjunto residencial planejado para a classe média alta, o que mudaria a estética, valorizando o local. (CAMAÇARI, 1988) Mas, o antigo Loteamento Nova Vitória foi regularizado e consolidado, no ano de 2015, como bairro da cidade de Camaçari<sup>9</sup>.

Conforme Rodrigues (1988), o que procede como processo de irregularidades da propriedade é a ocorrência da ocupação ilegal ou informal, que surge da necessidade do onde e do como morar do indivíduo. Caso o mesmo não tenha possibilidade de comprar uma casa pronta, nem terreno para autoconstruir, busca uma opção, e, para alguns, essa solução é a habitação subnormal, que na maioria das vezes ocorre em terras públicas da União, Estado ou Município. Ainda para a autora, esses ocupantes não são proprietários jurídicos da terra onde mora, o que contradiz as leis constitucionais que regem o direito ao uso do solo urbano, e, por isso, as pessoas passam a alegar a necessidade de moradia como estratégia de sobrevivência, buscando, cotidianamente, um pedaço de chão para produzirem sua moradia. Contudo, essa propriedade refere-se somente à edificação que pode ser comprada, adquirida de outros ocupantes ou mesmo construída pelo próprio morador, e, para os usuários das moradias ilegais, na compra e venda das “propriedades”, o que importa é a ocupação da terra urbana. (RODRIGUES, 1988)

Esse comportamento dos indivíduos com relação à ocupação do espaço, pode gerar um desconforto segregacional, evoluindo para um ambiente desorganizado e de incertezas, onde as pessoas buscam por soluções que modificam a dinâmica local, resultando em ações antrópicas quase sempre irreversíveis, o que contraria a afirmativa materialista dialética que reconhece a possibilidade do homem produzir seu próprio ambiente, embora existam forças hegemônicas para orientar suas determinações. (ALVES, 2018) Assim, as áreas intramunicipais ou afastadas do centro, chamadas periféricas, vêm sendo ocupadas, habitadas, urbanizadas e incorporadas ao tecido urbano, refletindo, diante da escassez do espaço de moradia nos centros urbanos, uma realidade brasileira.

No processo de produção e reprodução do espaço urbano as periferias passam por transformações radicais, se consolidam, enquanto outras irão surgindo ao mesmo tempo, produzindo um efeito multiplicador, forçando à formação de novos bairros no perímetro urbano das cidades.

---

<sup>9</sup> Lei 1401 de 06 de julho de 2015, aprovada pela Câmara Municipal, conforme D.O.M. Ano XII – nº 627, de 04 a 10 de julho de 2015.



Tal dinâmica pode gerar conflitos amparados por movimentos sociais organizados, e/ou somados à articulação do mercado imobiliário, que, junto a ação do Estado, resulta nas desigualdades urbanas. Como efeito do desenvolvimento capitalista que desempenha um padrão de metropolização, a segregação socioespacial se define onde as classes superiores se concentram em espaços mais centralizados, se autossegregando, enquanto se faz uma periferação justaposta com ocupações irregulares por parte das camadas populares, descapacitadas de desencadear ações para disputar os recursos urbanos. (RIBEIRO, 2018 [1947]; ALVES, 2018)

### 1.1 RECORTES ESPACIAL E TEMPORAL DO ESTUDO

O município de Camaçari-BA, localizado a cerca de 40 Km de Salvador, faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS)<sup>10</sup>, limitando-se a norte com Mata de São João, a sul com Lauro de Freitas, a leste com o Oceano Atlântico, a oeste com Dias D'Ávila; o município de Simões Filho também limita-se com o de Camaçari a sudeste.

Como recorte espacial do estudo a cidade de Camaçari, onde se situam, especificamente, os dois bairros escolhidos para o estudo: Recanto das Árvores (área desapropriada em 1976) e Nova Vitória (área desapropriada em 1974), representados cartograficamente na Figura 1. Com relação às informações contidas no documento observa-se que os limites das localidades foram obtidos com base no Mapa de Bairros, por Distritos de Camaçari – SEDUR – Prefeitura Municipal de Camaçari, de 2017 e ajustados a imagem de satélite do Google Maps do ano de 2020 e os limites municipais e estaduais dos encartes de localização foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente nos anos de 2017 e 2016.

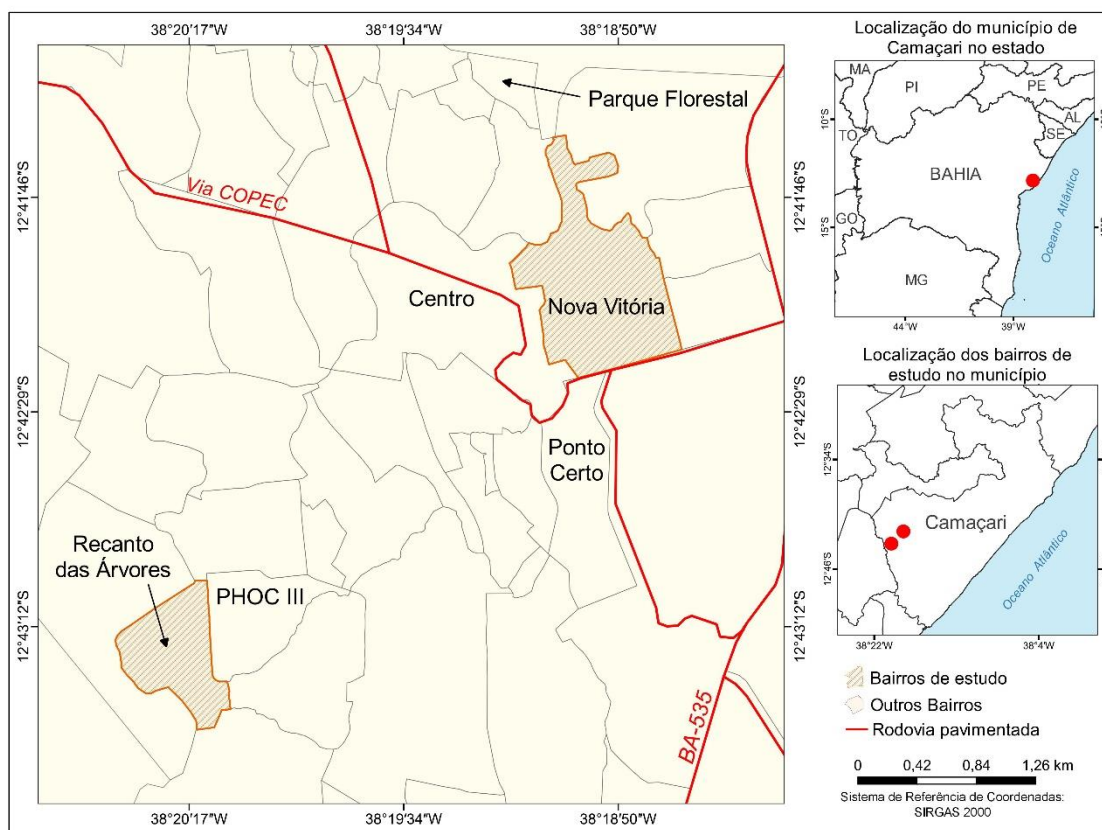
Como pode ser observado no mapa, o bairro Recanto das Árvores está localizado em uma área periférica do centro da cidade e limita-se a norte com o Bairro Nova Aliança - PHOC I, a sul com o Loteamento Parque Verde II, a leste com o Bairro Tancredo Neves e Gleba E, e a oeste com o Loteamento Santa Maria. O bairro Nova Vitória, localizado nas proximidades do Centro Administrativo de Camaçari, limita-se a norte com o Parque

---

<sup>10</sup> Instituída pela Lei Complementar Federal de nº 14/1973, a princípio, compreendia apenas oito municípios: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Outros municípios foram posteriormente incorporados, como: Dias D'Ávila (distrito emancipado de Camaçari em 1985) e Madre de Deus (distrito emancipado de Salvador em 1990); São Sebastião do Passé e Mata de São João através da Lei Complementar Estadual 30/2008; e o município de Pojuca (IPEA, 2015), através da Lei Complementar Estadual 32/2009, totalizando, atualmente, treze municípios que compõem a RMS.

Florestal, a sul com o bairro do Ponto Certo, a leste com o bairro Novo Horizonte e Polo de Apoio Industrial e a oeste com o bairro Natal e Centro Administrativo. O mapa parcial da cidade reflete a história de um passado recente, que culminou em um espaço densamente ocupado e produzido socialmente.

Figura 1 - Recorte espacial da cidade de Camaçari-BA, localizando os bairros: Recanto das Árvores e Nova Vitória



Fonte: adaptada da SEDUR, 2017; GOOGLE MAPS, 2020; e IBGE, 2016 e 2017.

Como recorte temporal do estudo foi estabelecido o ano de 1950 até o ano atual (2022), em razão: 1<sup>o</sup>) da época de ocupação irregular das áreas escolhidas para o estudo, na cidade de Camaçari-BA e consequentes registros históricos e informações no Acervo Municipal da Prefeitura de Camaçari, localizado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUR) e Secretaria de Habitação (SEHAB); 2<sup>o</sup>) do ano de defesa da dissertação, época até quando podem ser inseridas novas informações dos bairros em estudo.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS, QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA

O estudo se justifica por estar em convergência com o tipo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, assim importante para a própria ciência geográfica. Principalmente é justificado pelo alcance social dos possíveis resultados de investigação, especialmente para aquelas pessoas residentes no bairro Recanto das Árvores que dela possam ser beneficiadas, a exemplo do que ocorreu no bairro de Nova Vitória, onde o processo de urbanização se acelera em áreas menos valorizadas do bairro, inclusive por pessoas de baixa renda.

Diante da expectativa de detectar outros trabalhos que se assemelhem ao presente estudo, houve a necessidade de se proceder uma revisão bibliográfica a autores que se dedicaram a escrever sobre a cidade de Camaçari, contudo, não foram identificadas quaisquer pesquisas científicas relacionadas às questões discutidas no atual projeto. Apenas foram encontrados alguns trabalhos com temáticas habitacionais, assim como a tese doutoral de Novaes (2016) “*A Efetividade Deliberativa de Conselhos Municipais de Habitação na Bahia*” defendida no Núcleo de Pós-graduação da Escola de Administração pela Universidade Federal da Bahia, onde o autor avalia e compara os efeitos das políticas habitacionais, em níveis federal, estadual e local, em três cidades baianas e, entre essas, a cidade de Camaçari. Nessa, o autor explora o contexto da habitação e comenta sobre o seu crescimento atípico e aceleração urbana progressiva; inclusive faz um breve relato sobre a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ocorrido em 2009, como alternativa para atender parte do déficit habitacional, citando a construção de conjuntos habitacionais em diversos bairros de Camaçari, como já estava previsto no Plano Diretor local.

Segundo Novaes (2016), nesse período da pesquisa, não foram identificados programas habitacionais locais com utilização exclusiva de recursos próprios do município.

Os dados disponibilizados informam alguns programas em andamento ou concluídos, com predomínio de recursos transferidos pela União, o que exhibe a dependência do município dos investimentos das outras esferas de governo e a não priorização de investimentos próprios em habitação de interesse social. Esse fato também repercute negativamente na capacidade deliberativa do Conselho de Habitação, que não deliberou sobre os programas habitacionais executados no município. O mais antigo projeto de habitação de interesse social em desenvolvimento em Camaçari, iniciado por volta de 2004, 2005, é o Programa Habitar Brasil/BID (HBB),

realizado no bairro Nova Vitória, com recursos federais. Esse Programa de requalificação urbana e remanejamento envolveu a construção de 166 unidades habitacionais, além de serviços de esgotamento sanitário, de rede de água, de melhorias habitacionais, construção de unidades sanitárias e pavimentação de ruas. (NOVAES, 2016 p. 283-284)

Outra pesquisa relacionada ao planejamento urbano da cidade de Camaçari detalha os riscos ambientais urbanos referenciados à habitação, principalmente em bairros localizados próximo da área industrial. Trata-se da dissertação de Mello (2011) em Engenharia Ambiental Urbana na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, intitulada “*Planejamento Urbano e Riscos Tecnológicos: uma análise em Camaçari – Ba., no entorno do Complexo Petroquímico*”. Nesta, a autora relata os possíveis riscos tecnológicos gerados pelas indústrias, principalmente em bairros localizados próximos ao anel florestal, como: Parque Florestal, Parque Satélite, Bomba, Triângulo, Ficam II, Gravatá, Gleba A, Viver Camaçari, Mangueiral, Cristo Redentor e Alto da Cruz. Essa faixa florestal, com aproximadamente 10 km de extensão, foi criada em 1970 para amenizar os impactos ambientais causados por poluentes existentes entre a área industrial e a urbana. No entanto, segundo Mello (2011, p. 88) “[...] alguns destes bairros estavam previstos no Plano Piloto da cidade, e vários lotes foram ocupados ilegalmente pela população, à revelia dos padrões habitacionais formais”.

Como verificado, os trabalhos de Novaes (2016) e Mello (2011) discutem políticas habitacionais e riscos tecnológicos em bairros das cidades de Camaçari, mesmo que citados indiretamente, contudo não fazem referência ao propósito e objetivos discutidos nessa pesquisa.

Do ponto de vista social pretende-se dar um retorno do trabalho (devolutiva social) aos residentes das localidades. Nesse sentido, serão estabelecidos diálogos mais amplos com esses moradores durante a aplicação dos formulários de pesquisa (Anexo A), objetivando perceber e entender questões como a situação de regularização dos imóveis e demandas quanto a infraestrutura básica do local.

Diante do que foi evidenciado, aponta-se o seguinte questionamento que será fundamental ao desenvolvimento da pesquisa, conduzindo sua investigação: sendo duas áreas da cidade de Camaçari-BA ocupadas de forma similar, e, durante a mesma década, por quais motivos o bairro de Nova Vitória foi mais privilegiado pelos gestores públicos locais,

do que o bairro do Recanto das Árvores? Com o intuito de compreender essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os entraves que interferem na lentidão dos processos para a regularização dos imóveis no bairro Recanto das Árvores, assegurando aos moradores o título da propriedade e os mesmos direitos urbanísticos obtidos no bairro Nova Vitória. Como objetivos específicos busca-se: i. Ter acesso às informações no andamento do processo para obtenção da escritura pública dos imóveis dos moradores do bairro Recanto das Árvores; ii. Verificar a maneira como os terrenos foram adquiridos nas duas localidades, e, se existem cobranças de tributos sobre os lotes pelos órgãos municipais; iii. Conhecer os motivos que levaram os gestores públicos a priorizarem o bairro Nova Vitória em termos de serviços básicos, enquanto os moradores do bairro Recanto das Árvores precisam recorrer a outras localidades para obterem esses recursos. iv. Identificar possíveis dificuldades encontradas pelos moradores do bairro Recanto das Árvores, em virtude da sua localização periférica.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esse estudo recorre, principalmente, ao método de abordagem dialético que possibilita a base lógica de investigação da pesquisa (GIL, 2012). Enquanto método de procedimento, que segundo Gil (2012) indica os meios técnicos de investigação, a análise recorreu ao histórico, o qual, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), parte

do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 182)

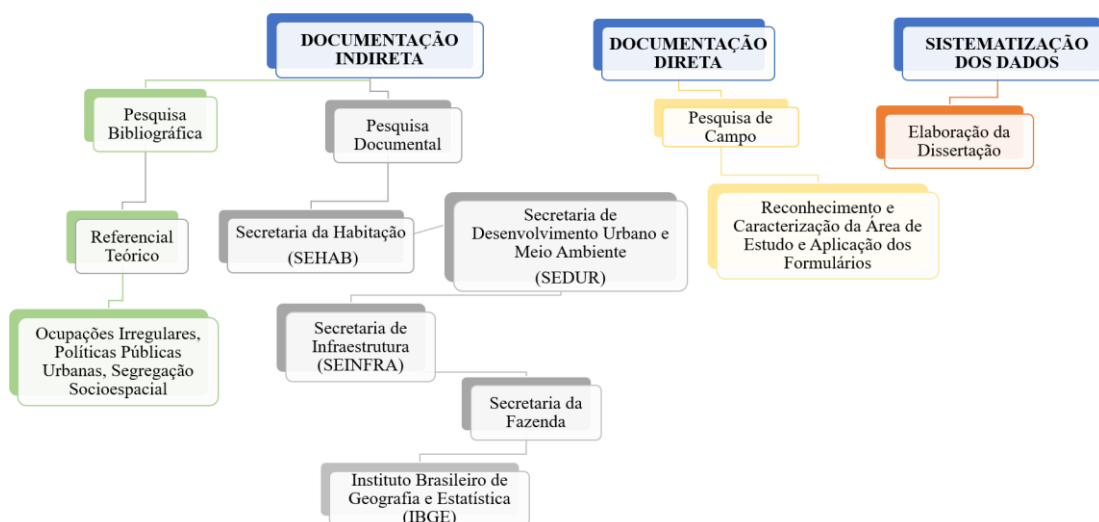
Quanto ao percurso metodológico, Gil (2012), Marconi e Lakatos (1992, 2010) foram referências para o desenvolvimento dessa pesquisa. Consideram Marconi e Lakatos (1992) os procedimentos metodológicos de pesquisa:

como um conjunto de preceitos ou processos que serve a uma ciência, e também, a habilidade para usar essas mesmas normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados, e apresentam duas grandes divisões: documentação indireta, abrangendo a pesquisa documental, e a bibliográfica, além da documentação direta. (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 106)

Ainda quanto a esses procedimentos metodológicos da pesquisa, Gil (2012) pondera a tipologia dos estudos, relevando pesquisas com características descritivas/analíticas, segundo a necessidade do conhecimento a ser almejado, constituindo uma base teórica sólida para a elucidação dos fatos e informações a serem adquiridos. Ou seja, durante a pesquisa em pauta pode-se identificar, descrever e analisar processos e articulações da sociedade camaçariense em estudo, de forma a responder à questão e aos objetivos traçados.

Com base em Marconi e Lakatos (1992, 2010) desenvolveu-se um roteiro metodológico da pesquisa, que pode ser esquematicamente visualizado no fluxograma da Figura 2.

Figura 2 – Fluxograma metodológico de pesquisa



Fonte: Edelzuita Batista (2021).

Como verificado, a pesquisa foi amparada por documentação indireta, através de pesquisa bibliográfica e documental e por documentação direta através do trabalho de campo.

Documentações essas que fundamentaram e sistematizaram os resultados e conclusão da dissertação.

Especificamente, esse roteiro metodológico compreendeu três etapas: na primeira foi feito um levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos, para subsidiar o referencial teórico. Ainda nessa etapa foram verificados documentos oficiais, históricos e informações obtidos nas secretarias estaduais e municipais que trabalham com urbanização, sendo o caso da Secretaria da Habitação (SEHAB), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente (SEDUR), Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), bem como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda etapa consta da pesquisa de campo, na qual se fez o reconhecimento não participativo e caracterização da área de estudo para serem verificadas/analizadas: condições de sobrevivência dos moradores, questões de infraestrutura e saneamento básico, qualidade das moradias, também respaldadas no censo demográfico do IBGE (2010), além de serem feitos registros fotográficos das características locais. Nessa etapa foi utilizada a Pesquisa Direta Intensiva, utilizando-se da Entrevista do tipo Estruturada ou Padronizada. (MARCONI; LAKATOS, 1992, 2010; GIL, 2012)

Para aplicação da entrevista (Apêndice A), foram considerados os moradores residentes nas localidades em estudo, integrantes e/ou representantes de associações comunitárias, bem como aquelas pessoas que tinham alguma representatividade no local. Quanto a amostragem, segundo Gil (2012), trabalhou-se com a saturação teórica, aquela que se fundamenta em quando o pesquisador não tem mais observações e informações que se diferenciem das já coletadas.

A terceira e última etapa consistiu em sistematizar os resultados com as pesquisas documental e de campo. Para tal, as entrevistas possibilitaram analisar qualitativamente as informações coletadas. A dissertação consta da sistematização dos resultados obtidos, através da documentação indireta e direta, de forma integrada para a análise e interpretação dos resultados finais apresentados.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para o trabalho, foram definidas inicialmente 5 etapas que pudessem abranger os aspectos relacionados às transformações dos espaços estudados na cidade de Camaçari-BA. Foram eles: o crescimento econômico do município a partir da inserção da Petroquímica; a

expansão urbana e o aumento demográfico; e as alterações no contexto da habitação popular impulsionadas pelo efeito da industrialização, associadas ao processo da metropolização. Fatos esses que resultaram na implantação das políticas públicas urbanas de interesse social, e seus efeitos nas áreas ocupadas irregularmente pela população dos bairros Nova Vitória, e Recanto das Árvores na periferia da cidade.

Para estruturar essas etapas, o texto final da dissertação foi composto por introdução, 5 capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, *Fundamentação teórico-conceitual e suas interfaces com o objeto de estudo*, houve a necessidade de refletir conceitos fundamentais, como, Espaço Geográfico, Segregação Socioespacial e outros relacionados ao tema, como, Ocupações Irregulares, Políticas Públicas Urbanas e Metropolização, para a compreensão e desenvolvimento do fenômeno estudado. Para tanto, procurou-se dialogar com autores que abordam a temática.

No capítulo que se segue, intitulado *Percursos históricos. A cidade e o município de Camaçari no contexto da RMS*, trabalhou-se com questões relacionadas ao histórico da cidade e do município de Camaçari, bem como de outros aspectos relacionados à sua pré-industrialização e posterior metropolização. Nesse contexto, foram abordados os efeitos socioeconômicos e as ações públicas municipais/estaduais voltadas à moradia popular.

O terceiro capítulo, *Políticas habitacionais de desenvolvimento social em Camaçari*, são abordadas as políticas habitacionais urbanas de Camaçari, e os programas e projetos habitacionais de interesse social, voltados às obras de infraestrutura nos bairros, construção de conjuntos habitacionais e reformas de moradia.

No quarto capítulo, com título de *Ocupações urbanas irregulares na cidade de Camaçari: os bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores* analisa-se o Plano Piloto da cidade e os aspectos que foram contemplados, situando-se os bairros em estudo no contexto da segregação socioespacial. Analisa-se o Macrozoneamento do município com foco da Zona Urbana, os mapas do zoneamento dos bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores e as intervenções socioambientais executadas e em andamento na cidade de Camaçari.

O último capítulo *Resultados e discussões* teve por base as informações de campo obtidas através das entrevistas aos moradores dos mencionados bairros que retrataram questões referentes aos graves problemas socioambientais locais – habitação, mobilidade urbana, intervenções municipais, infraestrutura –, bem como situações decorrentes de ações públicas que envolvem o imóveis dos residentes.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E SUAS INTERFACES COM O OBJETO DE ESTUDO

Para o desenvolvimento do trabalho, conceitos e noções da Geografia Humana serão abordados e relacionados ao processo de produção do espaço urbano, sucessão de ações e eventos e diferenciação das áreas da cidade de Camaçari-BA. São eles: Espaço Geográfico/Espaço Social, Ocupações Irregulares, Políticas Públicas Urbanas, Segregação Socioespacial e Metropolização. Para tanto, foram selecionados autores que tratam de questões voltadas para o processo habitacional através de ocupações irregulares; das mediações das políticas públicas urbanas no processo da habitação; das práticas urbanas de ocupação do solo, da segregação socioespacial e das cidades sob o efeito da metropolização.

### 2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA QUALIDADE DE ESPAÇO SOCIAL

O espaço geográfico — objeto de estudo da Geografia — também é apropriado e discutido cientificamente por pesquisadores de outros campos disciplinares específicos, como o Urbanismo, a Política, a Sociologia, a Economia, dentre outros.

De acordo com Santos (2008 [1978]),

[...] a interpretação de espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas, sem a qual estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese (SANTOS, 2008 [1978], p. 147).

Ou seja, a investigação do espaço geográfico acontece segundo as perspectivas e dimensões de abordagem de vários estudiosos em campos disciplinares distintos, mas, complementares, constituindo importantes saberes para a compreensão da totalidade.

Esse espaço geográfico na visão de Carlos (2007), quando atribuído ao espaço social, alcança um elevado grau de (re)produtividade, pois leva-se a acreditar que o comportamento humano possui grande capacidade de evolução relacionada ao uso do espaço, decorrente de ações, e se justapõe formando um mosaico, impondo formas distintas e adequadas ao momento.

Na interpretação materialista do espaço e, conseqüentemente, do tempo, a autora cita que a espacialidade das relações sociais permite “[...] superar as análises que veem no espaço a localização das atividades humanas permitindo pensar a produção do espaço encontrando o sujeito produtor em suas condições históricas determinadas” na cidade, no espaço e no tempo (no cotidiano do lugar) viabilizando a ocupação e uso do solo urbano (CARLOS, 2012, p. 7).

Em conformidade com o pensamento de Carlos (2012), pode-se compreender a ideia de Corrêa (1995, p. 7), na qual “[...] o dinamismo do espaço urbano é causa e efeito das ações e reações empreendidas nele, e com ele, e este se apresenta em sua dimensão histórica e social como lócus das ações da sociedade”.

Enquanto espaço social, Santos (2006[1996], p. 34), complementa que “[...] o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem”. Ou seja, para o autor, o espaço geográfico abarca contradições fruto de um processo dialético como resultado da ação humana, do passado e do presente que dá sentido às formas espaciais e lhe atribui dinamismo e uma funcionalidade (SANTOS, 2009 [1996]). Assim, a forma espacial e o processo social estão em contínua interação (HARVEY, 1980 [1973]), através das quais se pode entender o processo de sucessões das ações e dos eventos interrelacionados como “[...] resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (SANTOS, 2009 [1996], p. 155).

Ao salientar os movimentos que impulsionaram as cidades brasileiras a evoluírem rapidamente, Santos (1990) menciona suas disparidades socioeconômicas, destaca aspectos que contribuiriam para sua extensão desmesurada, e, ao mesmo tempo, alerta para os espaços vazios especulativos, como um dos principais motivos para o crescimento da periferia urbana, estimulados por outros fenômenos, que:

[...] trabalham em conjunto, influenciando-se mutuamente e agravando a problemática urbana, cujas dimensões são multiplicadas pelas formas recentes do crescimento metropolitano: preferência por terrenos distantes para o estabelecimento de projetos habitacionais para as classes pobres; políticas privadas de criação e manipulação de loteamentos; políticas públicas ligadas à modernização do sistema viário, com localização seletiva das infraestruturas, valorização diferencial dos terrenos, e expansão da especulação, com todas as conseqüências derivadas da

superposição de medidas elaboradas para atender a preocupações particulares e interesses individualistas, agravando, desse modo, a crise urbana e as dificuldades em que vive a maioria da população. (SANTOS, 1990, p.16)

Embora esforços organizacionais de âmbito administrativo, em termos habitacionais os espaços vazios nas cidades permanecem susceptíveis à ação humana, que, embora divergentes dos parâmetros legais, se fazem presente principalmente nas cidades brasileiras com o avanço rápido da urbanização cujos efeitos, segundo Sposito (2004), são provenientes da Primeira Revolução Industrial<sup>11</sup>, quando houve o aumento do tecido urbano – o processo de suburbanização – demonstrando que a expansão territorial urbana não é um fenômeno recente, mas que culminou na relação estrutural entre o centro e a periferia, a partir do século XIX, com a inserção do processo de industrialização. A expansão territorial das periferias urbanas brasileiras são analisadas por Sposito (ibid.) traduzindo as disparidades específicas a cada cidade: diferentes lógicas de produção e formação social, novas práticas socioespaciais, a diferenciação e segregação urbana e conseqüente fragmentação da cidade.

## 2.2 O PROCESSO HABITACIONAL E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE CAMAÇARI – BA

A sucessão dos fatos ocorridos na cidade de Camaçari mediante a primeira fase da industrialização, entre as décadas de 1970 e 1980, associadas ao fenômeno da metropolização, possibilitou profundas modificações socioespaciais, além do aumento demográfico (antes comentado), provocando alterações nas formas de urbanização, induzindo novos comportamentos da sociedade em decorrência do fluxo de pessoas e da força de expressão popular no processo de ocupações irregulares em vários pontos da cidade. O planejamento urbano nessas condições desempenharia um papel socioespacial interessante ao primiciar a trajetória difundida num projeto de urbanização, se executado corretamente, evitando possíveis interferências humanas nos vazios urbanos da cidade,

---

<sup>11</sup> Além da expansão na capacidade produtiva, alguns dos efeitos da Revolução Industrial foram: as modernas relações de trabalho; o avanço do capitalismo através da industrialização dos países; o aumento do exodo rural e aceleração da urbanização, dentre outras variáveis importantes que alavancaram setores nos campos da medicina, dos transportes e das telecomunicações.

contribuindo, assim, como um mecanismo de gestão para a melhoria da justiça social e na complementação da qualidade de vida da população.

Souza (2010), adere a expressão “desenvolvimento socioespacial” para discutir a mudança no processo social relativa à melhoria na qualidade de vida da população como a satisfação das necessidades básicas e não básicas, materiais e imateriais, alcançadas segundo um propósito de planejamento e gestão das cidades à luz do princípio de defesa da autonomia individual e coletiva. Para tal, entende-se que o aparelho do Estado dependerá de forças conjunturais para protagonizar e implementar políticas públicas que possam alcançar um maior grau de autonomia dos desprivilegiados. (SOUZA, 2010)

O autor (ibid.) discute de forma crítica que planejar e gerir uma cidade não significa apenas planejar coisas – um substrato espacial ou um mobiliário urbano –, mas sim, em se planejar a cidade gerindo, inclusive, as relações sociais.

Em cada local específico, os agentes sociais que tiverem a iniciativa de elaborar estratégias de ação e intervenção, visando a um desenvolvimento socioespacial autêntico, precisam começar, assim, estabelecendo respostas para as seguintes três perguntas: *que problemas precisam ser superados? Com quem se pode contar para essa empreitada, e sob quais condições? Quais são os obstáculos e as dificuldades previsíveis?* (SOUZA, 2010, p. 178, grifos do autor)

Aqui há um propósito a ser discutido para esclarecer quanto às necessidades das intervenções a serem propostas, na tentativa de superação dos possíveis problemas existentes na cidade, e, deliberadamente, promovendo um debate prático, democrático, com participação popular, para dedução das necessidades emergenciais em prol do bem social.

Num estudo apresentado por Bolaffi (1982) sobre habitação e urbanismo, abordando as inconstâncias evidenciadas na área metropolitana de São Paulo, é comentado o planejamento urbano como uma problemática política que poderá desencadear conflitos e contradições em que vivem as populações urbanas, podendo se estender a toda sociedade. No caso das áreas de ocupações irregulares na cidade, a ausência do planejamento e controle do uso do solo espelha, ainda mais, uma série de carências sociais. (Figura 3)

Nesse âmbito, de acordo com informações de integrantes da SEHAB, ainda na década de 1970 foram desenvolvidos na cidade de Camaçari alguns projetos habitacionais para serem implantados, ora inseridos no Plano Piloto Municipal, na modalidade de

loteamentos urbanizados, para atender à população de baixa renda, como uma das principais alternativas para abrigar a população.

Tais projetos envolveram as áreas de ocupação dos bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores, aqui trabalhados (Figuras 4 e 5), até porque essas já faziam parte do Projeto Piloto implantado pelo Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) desde o início de suas instalações, em decorrência do fluxo de pessoas que chegavam à cidade. Contudo, nem todos os projetos foram executados com sucesso, mas, nesse sentido, defende Bolaffi (1982) que se as dificuldades políticas não fossem passíveis de solução, as tentativas de planejamento urbano estariam a priori frustradas.

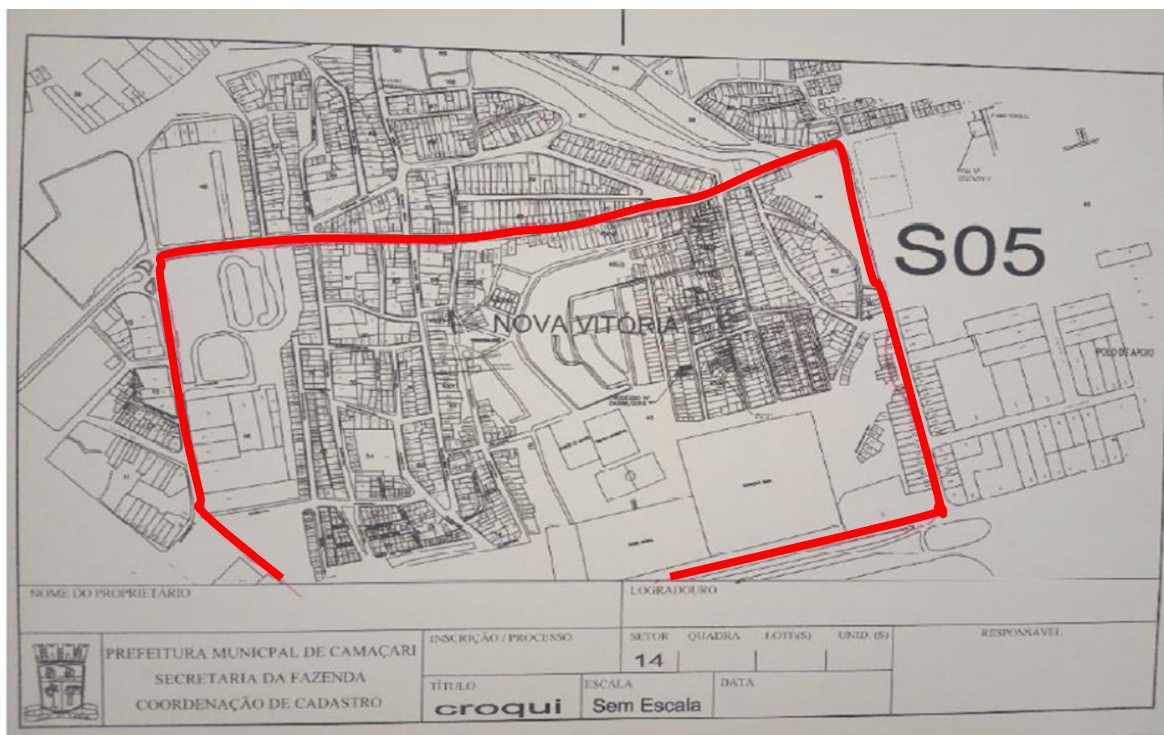
Figura 3 – Carências sociais em áreas de ocupações irregulares nas cidades



Fonte: baseada em Bolaffi (1982).  
Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

De acordo com informações da SEFAZ de Camaçari-BA, o croqui (Figura 4) indica área parcial projetada do então Loteamento Nova Vitória, na perspectiva de que fosse implantado um condomínio residencial (antes comentado), e, portanto, a maior parte das ocupações nessa área seguiram as demarcações previstas nos padrões urbanísticos, como especificados por quadras e lotes, espaçamentos nas calçadas para pedestres e ruas transversais bem definidas.

Figura 4 – Croqui do Loteamento Nova Vitória, executado antes da ocupação

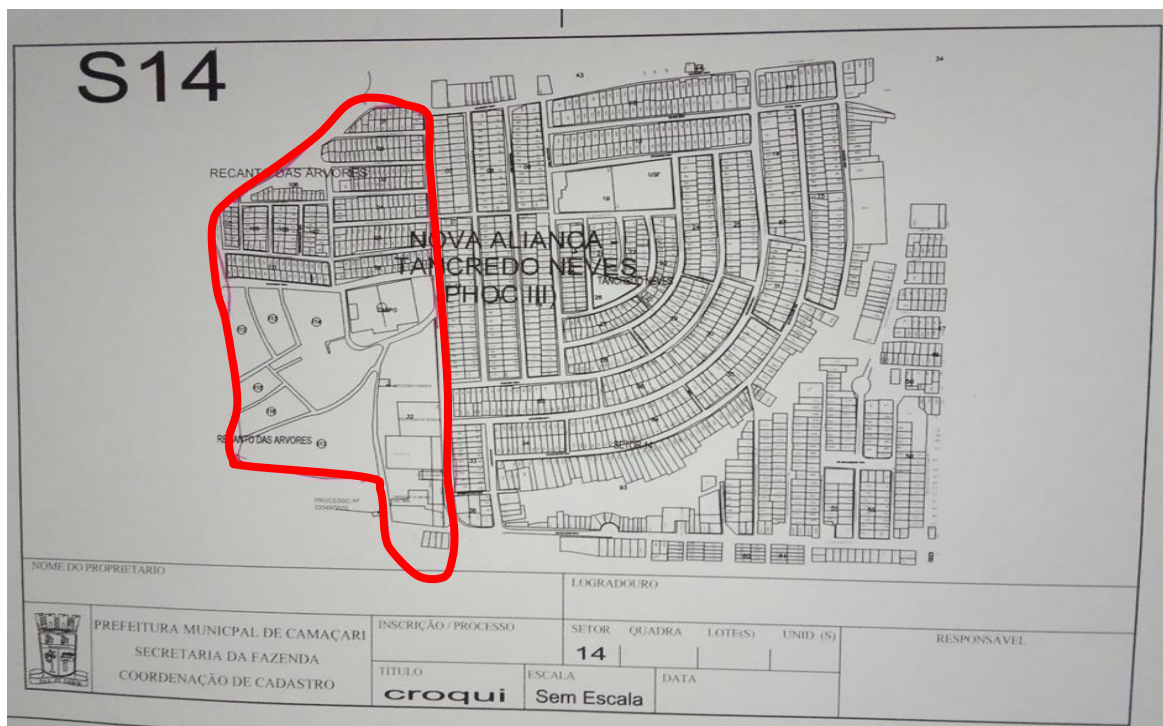


Fonte: SEFAZ (2020).

Nessa segunda área identificada no croqui (Figura 5), o polígono está condizente com o limite do então Loteamento Recanto das Árvores, que também já constava no Plano Piloto da cidade de Camaçari, desde o início da implantação dos PHOCs I, II e III. Mas, como essa área não foi loteada de imediato junto às demais, enquanto a prefeitura organizava a padronização dos lotes a serem disponibilizados para venda, essa faixa de terra foi ocupada pela população. Até o período dessa pesquisa os órgãos públicos, inclusive a SEDUR, ainda desconheciam informações sobre a quantidade de habitantes da área compreendida pelo loteamento, inclusive a SEFAZ, que forneceu o croqui, não possui dados oficiais que demonstrem o quantitativo de moradores, o que, metodologicamente, influenciou no quantitativo de entrevistas/questionários a serem aplicados.

A ausência de políticas habitacionais, além da falta de fiscalização e monitoramento territorial, culminou nas ocupações ao longo do perímetro urbano e, também, em áreas rurais, a exemplo daquelas que integram o sistema urbano da sede, e que foram oficializadas como bairros anos depois ou permanecem em tramitação, aguardando o processo de regularização.

Figura 5 – Croqui do Loteamento Recanto das Árvores, executado antes da ocupação



Fonte: SEFAZ (2020).

Segundo a SEDUR/Camaçari, com a efetivação da nova revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU/2008, haverá alterações nos referidos processos, pois existem perspectivas das pendências relacionadas à legalização dos lotes serem resolvidos. Essas fazem parte do quadro de atualização documental do município, a exemplo do que ocorreu em áreas semelhantes, como nos bairros: Jardim Brasília, Parque Florestal, Gravatá, Jaraguá, Bela Vista e o próprio bairro Nova Vitória<sup>12</sup> – com excessão de algumas áreas que ainda estão tramitando em órgãos públicos.

Embora não faça parte dos objetivos do trabalho um aprofundamento de como surgiram outros bairros da cidade, fatos relacionados a ocupações em propriedades privadas chamam a atenção, como é o caso dos assentamentos conhecidos popularmente por Massaranduba e Parque Verde III, que surgiram aproximadamente entre os anos de 2000 e 2006 e se encontram totalmente povoados desencadeando uma tentativa de reintegração de posse por parte dos herdeiros. Matéria publicada no Jornal A Tarde de 12/12/2019,

<sup>12</sup> Áreas que se encontravam no antigo ciclo das ocupações ocorridas aproximadamente entre as décadas de 1970 a 1990. Atualmente consolidadas, embora algumas ainda se encontrem em processo de regularização por se tratarem de ocupações em áreas que necessitam de regularização fundiária.

atualizada em 21/01/2021, faz referência a uma liminar do Ministério Público da Bahia<sup>13</sup> responsabilizando a Prefeitura de Camaçari por não tomar medidas que impedissem o assentamento de famílias na área do Parque Verde III, inclusive justificando a possibilidade de contaminação ambiental, por não haver instalações de rede de esgoto nas imediações. Segundo a matéria, como opção, os moradores improvisaram fossas secas<sup>14</sup>, motivo pelo qual, a justiça passou a exigir da Prefeitura que implantasse obras de infraestruturas, pois o fornecimento de água e energia era totalmente irregular – conhecidos como “gatos de água e energia”<sup>15</sup> – e as ruas eram estradas de terras, sem iluminação e denominação. De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos (SESP), os serviços de iluminação pública e pavimentação foram iniciados em julho/2021, melhorando a qualidade de vida dos moradores local<sup>16</sup> e evitando desvios nos serviços de água e energia.

Apesar das ações da Prefeitura de Camaçari no sentido de implantar loteamentos populares e evitar o avanço das ocupações irregulares, essas se fizeram no espaço social em estudo. Esse fato, associado à falta de providências por parte do governo estadual na provisão de infraestrutura e habitação popular, levou o governo municipal a implantação de programas em favor da questão habitacional dos grupos de baixa renda, com lotes semi-urbanizados em várias áreas (PINHO, 1989)<sup>17</sup>. Mas, segundo o autor, os chamados Programas de Habitação Orientada de Camaçari (PHOC's) não chegaram a atender às

---

<sup>13</sup> “[...] Ação Civil Pública no 0504197-81.2015.8.05.00390/TJBA, proposta pela Defensoria Pública do Estado – objetivando compelir o poder público aos “procedimentos de obras necessárias para a urbanização, saneamento básico e fornecimento de água aos moradores, bem como a implementação do sistema de energia” –, de cerca de duas mil e quinhentas famílias que moram no local, vivendo em condições precárias. (OLIVEIRA, 2020, p. 108)

<sup>14</sup> Consiste em uma escavação feita no terreno, com ou sem revestimento, com uma laje de tampa com um orifício que serve de piso e de uma casinha para sua proteção e abrigo do usuário, onde os dejetos são diretamente atirados ao solo.

<sup>15</sup> Referem-se a ligações clandestinas passíveis de penalidade segundo o Código Penal (Dec. Lei Nº 2.848/1940), praticadas por famílias carentes da sociedade brasileira.

<sup>16</sup> Em matéria publicada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) em 21/07/2021, a Prefeitura de Camaçari, através da SESP e coordenação de iluminação pública com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), implantaram o serviço de iluminação em vias públicas no Parque Verde III e Massaranduba, motivo de alegria para os moradores que estavam na área a mais de 10 anos vivendo sem energia. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/ruas-do-parque-verde-iii-e-massaranduba-recebem-iluminacao-publica/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>17</sup> Pinho (1989) buscou compreender a questão habitacional em Camaçari, buscando contribuir para uma política estadual voltada aos interesses populares: habitações necessárias, infraestrutura implantada e aporte de serviços urbanos.



necessidades da população em razão da grande demanda dos indivíduos recém-chegados — subtendidos como sem tetos —, além da oferta de infraestrutura, serviços básicos e localização periférica das unidades.

A presença majoritária de uma força de trabalho desestruturada e sem oportunidade de empregabilidade pelo Polo e o padrão extremamente baixo de rendimentos desses trabalhadores, ora lotado em alguns setores — somando os empregos semidiretos, como nas empresas de segurança, limpeza, manutenção mecânica e construção civil — impossibilitava o acesso ao programa de emprego e renda, pois a população era “[...] basicamente uma força de trabalho desqualificada, com baixa remuneração e submetida a agudas carências habitacionais, o que provocava o surgimento de ocupações.” (PINHO, 1989, p. 86)

Segundo o autor, naquela época (1980) já existiam muitas áreas ocupadas, inclusive houve a necessidade da desapropriação de fazendas e sítios para futuras instalações de empreendimentos industriais e conjuntos habitacionais, que deveriam abrigar trabalhadores do COPEC. No entanto, o governo não exerceu uma forte pressão quanto ao fato de promover melhoramentos nos locais e outros programas foram lançados com apoio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), onde o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi o financiador da aquisição da casa própria<sup>18</sup>. Essa política definia: a) para classes com rendimentos entre dois e três salários mínimos, era oferecido o padrão de casas populares pela Habitação e Urbanização de Bahia (URBIS), embora já existissem alguns conjuntos planejados como as glebas: A, B, C, D, E e H; b) para os mutuários com renda média/alta de até cinco salários mínimos, eram ofertadas moradias com padrão de condomínios tipo INOCOP<sup>19</sup>. Mas, como houve atraso na construção das moradias e essas não ofereciam a qualidade e o conforto desejado, não houve uma boa aceitação por parte dos trabalhadores, que optaram em residir em Salvador ou Lauro de Freitas (Vilas do Atlântico), somada à

---

<sup>18</sup> O programa, que contou com o apoio do SFH em conjunto com o BNH, representou, em moldes capitalistas, a primeira iniciativa de uma política habitacional de âmbito nacional. O papel econômico dessa política – que dinamizou a economia, gerando empregos e fortalecendo o setor da construção civil – entretanto não sobreviveu em razão da descontrolada e ascendente inflação, abertura democrática e tentativas de reajustes das parcelas de financiamento para restabelecer o Sistema (CARDOSO; JAENISCH; ARAUJO, 2017). Com a crise econômica de mercado imobiliário o BNH foi extinto (Decreto Lei nº 2.291/1986), o que possibilitou o desaquecimento da política de habitação tanto na escala estadual como municipal, e, diante do aumento demográfico, surgiu a necessidade de assentar a população com recursos do próprio município.

<sup>19</sup> Observa-se, segundo Magalhães (2016) que “[a] persistência sistêmica do reinado do mercado de terrenos urbanos e habitação, aliado à estrutura conservadora dos salários no Brasil definida pelos empresários/Estado, faz reproduzir as condições para a manutenção da fragmentação espacial e da segregação sócio-espacial”.

vantagem oferecida pelas empresas do Polo Petroquímico — o transporte diário, além de outras questões pessoais.

Pela dificuldade dos órgãos administradores e agentes financeiros em repassar os imóveis do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOP), esses foram ocupados ilegalmente pela população local que, posteriormente, foi forçada a sair dos imóveis através de processo judicial, sendo alegado estar desabilitada para sua aquisição dentro dos padrões convencionais exigidos pelo agente financeiro Casaforte/Banco Econômico<sup>20</sup> (PINHO, 1989). Na época, fora concluída pela administração municipal nova etapa com 800 casas, no novo conjunto Gleba H, situado numa área periférica da cidade, seguindo a lógica de ocupação do espaço urbano que, segundo Santos (2006[1996]),

[...] se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante [...] a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade. (SANTOS, 2006[1996], p. 215; 219)

De modo geral se pode dizer que a ocupação do espaço urbano favorece os grandes grupos econômicos e induz o crescimento das periferias urbanas — expressão da segregação espacial residencial de partes da cidade, bem como da segregação social da grande maioria de seus habitantes.

Como a administração municipal via reduzido os seus recursos e não encontrou apoio financeiro do Governo Estadual, a obra não teve continuidade, apesar do apoio solicitado ao governo federal. Para atender às reivindicações da população e implantar novos loteamentos com moradias populares — projeto que foi enviado ao Banco Mundial e Ministério do Desenvolvimento Urbano, mas sem o devido repasse financeiro — a administração municipal optou por realizar algumas obras locais com recursos próprios com vistas ao Programa Habitacional Orientado de Camaçari (PHOC). (PINHO, 1989) Contudo os recursos internos não foram suficientes, e apenas o PHOC II foi beneficiado com obras de infraestrutura.

---

<sup>20</sup> De acordo com Harvey (1980 [1973]), a propriedade privada do solo urbano se baseia no monopólio por parte das pessoas que possuem as condições econômicas para adquiri-las, o que implica na exclusão dos que não possuem renda suficiente para atender as demandas impostas pelo Governo.

No ano de 1987 foi criada uma Comissão de Habitação composta por técnicos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), da Fundação do Desenvolvimento de Comunidades (DECOM), empresa ligada a prefeitura para construção habitacional em pré-moldados, responsável pela implantação dos programas gerados na administração anterior e da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). Pretendia-se levantar a demanda habitacional e analisar áreas para desapropriação com a função de implantar novos programas habitacionais e definir uma política habitacional local.

No contexto em discussão, o espaço urbano não era objeto de conflitos aparentes e as ocupações irregulares aconteciam gradativamente em Camaçari, sem ter havido organização popular para pressionar o governo municipal no sentido de exigir uma solução<sup>21</sup>, mesmo porque sempre houve uma fraca presença dessas classes dominantes no seu espaço.

Nesse sentido, em pesquisa efetuada na SEPLAN Pinho (1989, p. 95) investigou em 1988 cerca de 19 assentamentos verificando que “[...] as ocupações de terras ocorriam gradualmente e em pequena escala, o que não despertava o conhecimento dos órgãos públicos municipais”. Esclarece o autor que o Governo local não dispunha de condições necessárias e estruturais para impedir a ocupação das terras e as repressões, na época, não faziam parte da ideologia governamental. Para Pinho (1989) o Governo local se voltava para a retirada das ocupações em áreas consideradas apropriadas para instalação de infraestruturas, como escolas e equipamentos de saúde.

Ainda, segundo o autor supracitado:

[...] se o comportamento do governo local era francamente tolerante em relação às ocupações de terras — em grande parte, certamente se justificava a sua incapacidade de respostas às necessidades daqueles ocupantes, pois não havia uma política habitacional para dar suporte legal e principalmente financeiro. O setor industrial representado pelos interesses do capital monopolista, estatal e privado, havia desapropriado mais áreas do que o necessário para a implantação do COPEC. Portanto as ocupações não representavam qualquer ameaça ao capital ou aos privilégios de setores dominantes, haja visto, que o governo do Estado não conseguia resolver essas contradições, resultantes da acomodação e falta

---

<sup>21</sup> Releva Serpa (2017, p. 10) a necessidade de manifestações populares “[...] para articulação de novas formas de organização da vida urbana, revelando ainda os limites e desafios para todos aqueles que desejam se reapropriar desses espaços de forma não segregacionista ou exclusivistas”.

de interesse de grandes grupos políticos dispersos à situação da habitação em Camaçari, embora houvesse um bom relacionamento político entre os governos estadual e municipal (PINHO, 1989, p. 96).

Ainda complementa o autor:

[...] houve uma tentativa de parceria entre a prefeitura e a URBIS, para resgatar as áreas remanescentes em assentamentos e, devido a falta de condições para efetuar as desapropriações das terras para programas habitacionais, esse plano foi frustrado e não contou com o apoio da referida URBIS, resultando em medidas de pouco alcance, como a distribuição de materiais de construção, através dos recursos escassos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com uma produção mínima de residências, apenas para abrigar pessoas vitimadas por enchentes. (PINHO, 1989, p. 97)

Diante dessa situação, e sem ter a participação dos governos, tanto na esfera federal, como na estadual, a gestão municipal encarou problemas para resolver questões de ordem habitacional na cidade. Assim, passou a promover melhorias, com recursos próprios, no decorrer do tempo. (PINHO, 1989, p. 98)

Pode-se dizer que, nas condições do desenvolvimento capitalista do país, a questão de habitação para a população carente da cidade pode ser negligenciada porque atuavam no espaço com autoconstruções<sup>22</sup>. Isso foi devido à necessidade de moradia por conta das migrações que caracterizavam a época, inclusive da área rural, por pessoas/famílias aventurando empregabilidade, onde se insere, segundo Fonseca e Veira (2008, p. 5) “[...] grande quantidade de excluídos, como trabalhadores rurais sem terras de diversas partes do país, que vem ocupando áreas periféricas da cidade”. Essas pessoas — trabalhadores braçais sem qualificação específica para o mercado —, por não conseguirem empregos imediatos, se instalavam em terras públicas, aguardando uma posição do governo municipal.

No caso de Camaçari essa prática espacial acontecia principalmente porque o acesso à terra/a moradia, como mencionado, nunca esteve no centro dos grandes conflitos sociais<sup>23</sup>,

---

<sup>22</sup> Essas posteriormente passaram a ser consolidadas e, na maioria dos casos, representava a falta de planejamento urbano, que por sua vez reduzia os gastos públicos com implantação de moradias, e após a ocupação das áreas, a prefeitura se responsabilizaria em providenciar as obras de infraestrutura, e legalização dos locais em caráter obrigatório.

<sup>23</sup> A incidência de conflitos era descartada, pois as terras urbanizadas pertenciam ao domínio público, e, embora não estivesse disponível para doação da comunidade carente, não houve ameaças de espoliações sobre esses ativos territoriais por parte do Estado.

pois, as mensuradas ocupações não surgiram através de movimentos articulados para lutar pela posse das terras urbanas, ou mesmo pressionar a gestão municipal a produzir moradias em quaisquer circunstâncias. No entanto, as ocupações ocorriam gradualmente, o que não despertava a atuação da administração pública municipal e pudesse gerar confrontos, ou mesmo disputas, que configurasse a busca pela reintegração de posse dos terrenos ocupados, inclusive o que se discute aqui sobre a ocasião, era justamente a ineficiência do planejamento, a falta de fiscalização pública, além da ausência de estrutura habitacional para abrigar o grande número de pessoas que se encontravam na cidade.

Como notificado por Gordilho Souza (2008), na década de 80, a questão da habitação para as camadas mais pobres da população, tanto em Salvador como em outras cidades brasileiras, acabou sendo concluída espontaneamente, sem a intervenção do poder público, e, por ocupações em condições fundiárias irregulares, pois, além da resistência por parte dos indivíduos que se apropriaram das terras urbanas, como solução para seus problemas habitacionais, grande parte da população não possuía renda suficiente para adentrar no mercado imobiliário formal, e, conseqüentemente, contribuíram com o adensamento impactante nas cidades. Famílias com rendas inferiores se deslocavam de cidades, principalmente do Nordeste, em busca de um futuro melhor, e se instalavam nos percursos periurbanos de outras cidades, em áreas próximas dos centros ou em vizinhanças já consolidadas, até que houvesse um desfecho por parte do Estado. (GORDILHO SOUZA, 2008) Nessa ação, já se discutia uma solução da demanda por habitação social, a exemplo do que havia acontecido em décadas anteriores com a experiência do Banco Nacional de Habitação (BNH), ou a implantação dos loteamentos populares, embora, até pouco tempo o processo na estruturação fundiária se encontrasse bastante defasado, e praticamente baseado em arrendamentos de glebas, o que permaneceu dificultando o andamento de legalização das áreas conquistadas pela população.

Em detalhamentos específicos sobre a política habitacional e tratamento da regularização fundiária em Camaçari, Oliveira (2020), dentre outros estudiosos, reconhece as dificuldades encontradas em termos de documentação, relatando que os arquivos não foram digitalizados e permanecem de forma manuscrita, dificultando o acesso às informações, além de causar insegurança<sup>24</sup>, fato esse que se assemelha nas Secretarias de Desenvolvimento Urbano, e de Habitação de Camaçari, onde:

---

<sup>24</sup> O fato é exemplificado por Oliveira (2020), através da sua pesquisa: “[...] é muito comum no âmbito da Secretaria de Habitação, a negativa acerca da existência de determinadas informações e/ou documentos, em

[...] a cultura da oralidade e a precariedade dos registros das intervenções militam sobremaneira em desfavor do sucesso e continuidade dos projetos, a exemplo da regularização fundiária, de modo que a mera aposentadoria, afastamento ou substituição de um técnico pode significar a perda da história do projeto ao qual estava vinculado, já que a trajetória está mais na memória das pessoas do que documentada, seja no papel, seja no computador”. (OLIVEIRA, 2020, p. 105)

Ao referir-se a cultura da oralidade, Oliveira (ibid.), trás uma particularidade bem pertinente a setores públicos do município. Segundo o autor, ao se buscar informações antepassadas alguns funcionários se referem a outros indivíduos que presenciaram os devidos fatos ou que se encontram ausentes, o que deixa um vazio nas informações do pesquisador, situação essa que poderia ser resolvida com um bom banco de dados do acervo público de Camaçari.

### 2.3 MEDIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO PROCESSO HABITACIONAL DA CIDADE

Segundo a Coordenadoria de Projetos Habitacionais de Camaçari, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) foi implantado oficialmente no ano de 2010, obedecendo as exigências da Lei nº 11.124/2005 – SNHIS, direcionando o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), e dando origem ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), através da Lei Nº 1.663/2021, com objetivo de promover o planejamento da habitação e garantir moradia digna à sociedade local, principalmente para a população de baixa renda, com salários de até três salários mínimos.

De acordo com a SEHAB, a situação da habitação local, segundo classificação dos próprios ocupantes, é composta por uma variedade de moradias, desde as mais humildes até as mais sofisticadas. As residências informais já existiam desde a década de 70, quando surgiram dezenas de assentamentos fora da regulação do município. Nesse segmento, a Política Municipal de Habitação de Camaçari (Lei nº 1.137 de 28 de dezembro de 2010) foi

---

razão da perda, quase integral, dos arquivos da secretaria, decorrente de um incêndio supostamente criminoso ocorrido em suas dependências em novembro de 2017” (Ver: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/servidora-de-camacari-eoutras-4-pessoas-sao-presas-suspeitas-de-provocar-incendio-em-secretaria.ghtml>). (OLIVEIRA, 2020, p. 104)

implantada para amenizar o *deficit* habitacional e proporcionar: a integração urbana dos assentamentos precários; promover o processo de regularização fundiária; a provisão da habitação popular; e a integração com as políticas urbanas e sociais existentes no município.

Também, para efeito da política habitacional, a Lei Orgânica Municipal de Camaçari foi promulgada em fevereiro de 2008 e publicada no Diário Oficial Municipal (DOM) Nº 240 de 02 a 08/02/2008. Os artigos 154, 155 e 156 vêm tratar da promoção de programas habitacionais pelo município, destinados a melhorar as condições de moradia da população, beneficiando os proprietários dos imóveis de pequena renda e adquiridos para uso próprio, com a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que esses não tenha outro imóvel, e se enquadrem nas exigências estipuladas em lei (CAMAÇARI, 2008).

Art. 154 - O Município promoverá programas habitacionais destinados a melhorar as condições de moradia da população, devendo, para tanto, ser criado órgão específico para administrar a sua política habitacional, nos termos da lei.

Art. 155 - Na promoção de seus programas habitacionais, o Município deverá articular-se com órgãos estaduais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada, de modo a aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

Art. 156 - É isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana o proprietário de pequenos recursos, assim definido em lei, que utilize o bem para uso próprio, desde que não possua outro imóvel. (CAMAÇARI, 2008).

Essas normativas, adotadas para a habitação de interesse social, seguem os parâmetros do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) – diretrizes gerais da política urbana – visando obedecer os objetivos estabelecidos pelo PMHIS, priorizando a urbanização e regularização de ocupações em assentamentos precários, além da possibilidade de implementação de novas moradias, e manutenção na habitabilidade dos imóveis existentes. Nesse âmbito, é importante ainda mencionar o Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano de Camaçari (Lei Municipal nº 866/2008), que no seu Capítulo III, Art. 6º, tem como objetivos gerais:

I - qualificar a estrutura urbana para garantir o direito à moradia adequada que inclui a segurança da propriedade e da posse, disponibilidade de serviços, de infraestrutura, custo acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural;

II - dotar a cidade de infraestrutura e qualidade urbanística e ambiental, capazes de potencializar o desenvolvimento das atividades econômicas;

V - privilegiar os investimentos direcionados para os segmentos da população em situação de vulnerabilidade, risco social e pobreza.

A política da habitação em Camaçari, a partir do ano de 2010, está baseada na esfera nacional, e faz parte de uma dívida com a sociedade do município “[...] fruto da segregação socioespacial vivida pelos setores mais pauperizados da cidade –, e na restrição imposta a esses setores de acesso à terra e à moradia adequada por meio do mercado formal.” (OLIVEIRA, 2020, p. 141) No contexto, a respeito da reprodução e renovação das cidades e metrópoles brasileiras, menciona Carlos (2017) que as formas de intervenções pontuais, não as modificam integralmente, pois são operações no meio urbano, concretizadas e articuladas por políticas urbanas de gestão espacial de modo fragmentário, com base em um planejamento utilitário.

Retomando ao fato de que a inserção de novos empreendimentos na RMS, especificamente na cidade de Camaçari, esteve liderada pela matriz industrial, ocasionando melhores ofertas de empregos à população ativa, os interesses das políticas públicas urbanas, com participação do Estado e setor privado, incitaram o financiamento da habitação. (PEREIRA, 2014) Mas, as intervenções do mercado imobiliário na difusão dos padrões habitacionais estavam destinadas aos grupos com melhores rendas, que passaram a residir em condomínios fechados em áreas de localização privilegiadas da cidade – áreas mais valorizadas, como na periferia urbana distantes do centro da cidade – aumentando a densificação do espaço construído. Tal fato elevou a valorização dos espaços segregados, pelo efeito dos empreendimentos instalados e padronizados tanto no formato vertical como horizontal, “[...] fechados e protegidos por dispositivos explícitos de separação física e



simbólica, como cercas, muros, e sofisticados aparatos de segurança, o que amplia progressivamente a auto segregação dos mais ricos, a fragmentação e as desigualdades urbanas”. (CARVALHO; PEREIRA, 2016, p. 175)

Ainda sobre as intervenções urbanas, citam os autores que

[...] algumas também destacam o abandono, por parte do Estado, de boa parte de suas funções tradicionais de planejamento e gestão urbana e metropolitana, que vêm sendo transferidas para atores privados e levando a uma afirmação crescente da lógica do capital imobiliário na produção e reprodução dessas cidades, com impactos decisivos sobre a estrutura urbana e a vida da sua população. (CARVALHO; PEREIRA, 2016, p. 175)

Corroborando com a posição de Carvalho e Pereira (2016) sobre a lógica do Estado em sua modalidade de planejamento urbano, Loeb (2003) e Rolnik (2015) ressaltam a atuação, os interesses e os capitais investidos por empreiteiras e incorporadoras imobiliárias privadas na expansão das cidades brasileiras. Segundo os autores, a situação provocada por interesse da especulação imobiliária se torna cada vez mais complexa, pois continua provocando um remanejamento do uso do solo urbano nas áreas centrais – adensamento com novas áreas edificadas na mesma estrutura urbana; concentração de benefícios; e aparecimento de inúmeros serviços de nível terciário –, que passa a funcionar como bloqueio para qualquer tentativa de descentralização da cidade.

Nesse seguimento, Carlos e Lemos (2005) enfatizam a necessidade de intervenção das políticas públicas urbanas, voltadas principalmente para as áreas povoadas irregularmente nas cidades. Para as autoras, essas áreas populares — ou periféricas do país, nas quais residem pessoas de renda média e baixa — não são priorizadas pelo poder público, que prefere investir em infraestrutura básica, equipamentos, transportes, em locais mais privilegiados, como nos centros comerciais e bairros onde residem pessoas de alto poder aquisitivo. Em certos casos onde as políticas habitacionais se voltam à implantação de moradias populares nas cidades, as condições de vida da população têm mudanças significativas com as ascensões sociais, na fase intermediária para aquisição do patrimônio, com registro e escritura pública, como ocorre em condomínios habitacionais populares (CARLOS; LEMOS, 2005), situação essa importante a ser considerada na cidade de Camaçari. Ou seja, a “[...] hierarquização também se revela internamente, isto é, na articulação dos lugares dentro da cidade, o que no espaço urbano significa a orientação de

políticas de valorização na constituição/reprodução dos espaços produtivos”. (CARLOS, 2006, p. 7)

Autoras como Gordilho-Souza (2008) e Maricato (2011), alertam para a questão da “cidade informal” em grandes cidades brasileiras, respectivamente em Salvador e São Paulo, e o enfrentamento do poder público para lidar com a demanda habitacional e o controle das ocupações irregulares que se intensificaram nos últimos tempos no ambiente urbano construído, sendo finalizadas pelo processo de exclusão urbanística. Afinal, não se poderia responsabilizar os trabalhadores pelo custo de sua própria reprodução na cidade impondo meios de autoconstruções de suas próprias casas, e, ocupações irregulares do solo urbano é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo”, de outros. (MARICATO, 2011)

Observa ainda Carlos (2003) que instrumentos legais como o Estatuto da Cidade, o PDDU e outros vinculados ao planejamento municipal, se colocados em práticas pelos governantes da administração pública permitirão atender aos anseios da população cidadina e redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, importante mencionar que o Decreto n. 9.759/2009 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, vem limitar a participação da sociedade civil em políticas públicas nos conselhos, onde a população ainda podia garantir os seus direitos. (BRASIL, 2019)

#### 2.4 AS PRÁTICAS URBANAS DE OCUPAÇÃO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Ao desenvolvimento progressivo e a urbanização vertiginosa nas cidades brasileiras incentivada pelo capital ainda no final do século XX, se retratam as injustiças que envolveram as desigualdades socioespaciais e a diferenciação predominante entre as áreas centrais e as periferias das grandes metrópoles. (ROLNIK, 2000) A situação de exclusão, segundo a autora, condiz com a própria reprodução das desigualdades em cidades divididas: a população rica em condições legais e os que se encontram em situações desfavoráveis, com acesso limitado a oportunidades de crescimento, incidindo no mesmo ambiente e em situações diferentes. Em áreas periféricas vai ocorrer a concentração socioespacial em virtude de a população de baixa renda procurar ocupar terras mais baratas e sem infraestruturas para, dentro das suas possibilidades econômicas, construir suas moradias.

Entretanto, essa realidade não representa uma exclusividade da população pobre informal, pois a política urbana da habitação tem apresentado uma lógica de expulsão das famílias de classe baixa que se instalam em áreas valorizadas, e buscam terrenos baratos e mais afastados para a produção de conjuntos habitacionais, que possibilitem a remoção dessa referida população. Um dos maiores exemplos dessa atitude consiste na localização dos conjuntos habitacionais desenvolvidos pelo PMCMV em áreas periféricas, diante do preço baixo da terra e da disponibilidade de áreas, além do interesse competitivo do setor imobiliário para garantir a demanda de preços. (ROLNIK, 2000)

Ao enfatizar o processo de exclusão social como característica distintiva da urbanização contemporânea na América Latina, Carlos (2003) afirma que para o planejamento urbano ser eficaz, os poderes públicos deveriam instalar cada equipamento em sua funcionalidade e local, assim como as fábricas, o comércio e as moradias — de ricos ou de pobres —, para serem bem sucedidas. Como isso não acontece de forma plena, pode-se falar de espaços socialmente segregados no âmbito da cidade.

Para alguns estudiosos, a segregação é entendida segundo o grau de proximidade ou concentração espacial de pessoas que pertencem a um mesmo grupo (determinado principalmente segundo condições socioeconômicas) que residem em locais específicos da cidade, formando áreas relativamente homogêneas. Neste contexto, Gordilho-Souza (2008, p. 15) define a segregação como “[...] separação da população no espaço habitacional por classes sociais relacionadas à renda, em localizações distintas, com características físico-ambientais diferenciadas”.

Para outros estudiosos “[...] a segregação é entendida segundo o grau de proximidade ou concentração espacial de pessoas que pertencem a um mesmo grupo (determinado segundo condições socioeconômicas, políticas, ideológicas) que residem em locais específicos da cidade, formando áreas relativamente homogêneas.” (MAGALHÃES, 2015, p. 56)

Em Salvador, segundo Gordilho-Souza (2008)<sup>25</sup>, a partir da década de 70 surgiram vários projetos voltados para implantação de programas de habitação visando as camadas sociais de baixa renda, mas os mesmos não obtiveram êxito e foram arquivados, a exemplo dos seguintes: Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), em 1974; Programa de

---

<sup>25</sup> Ao analisar as ocupações habitacionais da cidade do Salvador, a autora considerou elementos como: forma de produção e ocupação, a cidade, localização, atendimento à legislação, as condições de habitabilidade e intervenções públicas na produção habitacional.

Lotes Urbanizados (PROFILURB), em 1976; Plano de Ajuda Mútua (PAM), em 1976; Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), em 1980; Núcleo de Apoio a Produção (NAP), em 1985; João de Barro (1986)<sup>26</sup>. Esses planos se relacionavam a áreas de situação fundiária irregular, quase sempre em loteamentos clandestinos desfavoráveis para moradia, pouco valorizadas, e as ocupações irregulares que aconteciam nessas áreas sofriam repressão dos gestores públicos locais. (GORDILHO-SOUZA, 2008) De acordo com a autora, a situação, cada vez mais complexa, intensificava um fenômeno característico das grandes metrópoles — a “exclusão urbanística” — irreversível nos projetos habitacionais em termos de organização urbana e transformação estrutural dos espaços sociais.

Para Gordilho-Souza (2008), o fato

[...] permitiu revelar, na diversidade de especialidades presentes no ambiente construído, que o marcante intenso processo de segregação da pobreza no espaço urbano esteve, desde o seu início, conjugado ao **processo de exclusão urbanística**, resultante do fato de grande parte dessas áreas habitacionais da população pobre terem se constituído fora das normas urbanísticas estabelecidas para um idealizado conforto ambiental e, portanto, em condições de habitabilidade deficiente; assim, a exclusão da maior parte da população dos direitos de cidadania, relacionados à legislação urbanística e suas implicações para garantia de qualidade do ambiente construído, sobrepõe-se ao processo de separação espacial de rendas na cidade. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 263, grifos nossos)

A autora chama a atenção que igual situação poderá ocorrer com as ocupações formais, pois a análise e/ou empreendimento do projeto aprovado por órgão público não subentende a sua legalização, haja vista situações de não seguir regras de implantação, permanecer irregular e sem a concessão da “licença de habite-se” ou quando, muitas vezes, o proprietário possui apenas a escritura da propriedade fundiária, na condição obrigatória para obter o alvará de construção.

---

<sup>26</sup> As intervenções na gestão pública municipal e estadual, relacionadas aos projetos de habitação de interesse social na cidade, foram modificadas no período de 1989/1998, observando-se que, num passado recente, a maioria dos projetos habitacionais para a população de baixa renda foram desenvolvidos pelo SFH/BNH, através do governo estadual em parceria com a URBIS. (GORDILHO-SOUZA, 2008)

Com relação à concentração da população da cidade do Salvador, Gordilho-Souza (2008) fala sobre o fenômeno socioespacial conhecido como “exclusão no habitar contemporâneo” que se explica pelas normas existentes<sup>27</sup>. Nas áreas informais não há escritura fundiária, implicando na ausência de licença urbanística municipal, e, conseqüentemente, a impossibilidade de melhoria habitacional através de financiamentos, decorrente da falta de documentação como garantia de posse da terra.

Devido a modernização da cidade do Salvador, essa “exclusão no habitar contemporâneo”, resultante de uma cidade dividida em relação ao ambiente construído vinculada aos interesses do capital imobiliário e do Governo, faz reproduzir os fenômenos da fragmentação espacial e da segregação socioespacial-residencial. Nesse sentido Corrêa (2011) cita que a produção do espaço é consequência da ação dos agentes sociais por meio de práticas espaciais materiais e imateriais. Dentre essas práticas a de seletividade espacial, quando, proprietários de terras, agentes imobiliários e o próprio Estado agem seletivamente determinando o local de compra, desmembramento do terreno em frações, administrando e organizando o solo urbano segundo estratégias e interesses e para salvaguardá-los “[...] os grandes empreendedores, por meio de diretrizes, ações e estratégias expressas em programas e projetos governamentais que lhe são favoráveis ou foram elaborados para atender suas demandas” (MAGALHÃES, 2015, 100-101), promovem a prática da reprodução espacial (CORRÊA, 1992, 2011) garantindo a manutenção no mercado de trabalho e ampliação dos seus negócios.

De acordo com Oliveira (2009) não há uma característica definida de atuação desses agentes nas práticas urbanas de produção de moradias porque no espaço formal a população tende a se adaptar socialmente e culturalmente, diante da qualidade do local. Para os excluídos que não podem se adequar às normas urbanísticas e nem sequer têm a possibilidade de morar de aluguel, cabem conviver e amenizar as restrições do espaço alternativo que são obrigados a ocupar — “sobras de terras da cidade, ou rejeitos” — e produzir seu habitat permanente em espaço urbano irregular. É esse tipo de espaço da cidade que passa a incomodar e sofrer pressões dos gestores urbanos, através de desocupações

---

<sup>27</sup> Veja-se que a política habitacional de interesse social em municípios, amparada pela Lei Federal nº 13.465 de julho de 2017, dispõe entre outros benefícios, sobre a questão das ocupações conforme previsto no Art. 13, em suas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; II - Reurb de Interesse Específico (Reurb- E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese que trata o inciso I deste artigo.

forçadas e remoção da população para áreas bem distantes das cidades.

Segundo Oliveira (2009), ocupações já consolidadas foram frutos de processos produzidos com pouca ou quase nenhuma organização espacial prévia, mesmo conduzidos por movimentos sociais estruturados cujos indivíduos/famílias determinavam a delimitação dos lotes conforme suas necessidades, possibilidade construtiva e disponibilidade espacial. Uma forma, segundo Oliveira (2009), de reprodução socioespacial semelhante ao modelo padrão estabelecido pela cidade formal.

Para essa população, manter-se presente no início de um processo de ocupação, demarcar ou ocupar uma área mesmo quando as condições não estão favoráveis ou comprar o terreno de algum ocupante que almejava apenas ter vantagem econômica, são formas de garantir e legitimar a própria permanência no local, além da sobrevivência na cidade. (OLIVEIRA, 2009) Mas, a essa forma de ocupação contesta o autor:

O sentido de propriedade, por não ser reconhecido oficialmente e se iniciar com um processo de *'tomada'*, por meios ortodoxos, oscila entre um sentido de necessidade e legitimidade pela precariedade e uma noção, até certo ponto forjada, do trabalho embutido. Desta forma o terreno não lhe pertenceria na realidade, mas sim o trabalho de demarcação, limpeza, e, principalmente, a guarda do espaço. (OLIVEIRA, 2011, p. 164)

Para Oliveira (2009), nos últimos anos, observam-se as transformações relacionadas à valorização dos direitos a moradia e a cidade. Neste sentido, pode-se verificar o surgimento de propostas de (re)urbanização, ou uma (re)integração destas ocupações irregulares pelo poder público, transformando o devido espaço e o oficializando em bairro. Essas medidas que visam a redução da fragmentação e segregação socioespacial, segundo Marcuse (2004), deveriam ocupar uma posição bastante distinta no âmbito das políticas públicas em relação a muitas outras.

### **3 PERCURSOS HISTÓRICOS. A CIDADE E O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI NO CONTEXTO DA RMS**

Nesse capítulo, trabalhou-se com a formação político-administrativa do município de Camaçari, bem como com autores que versaram sobre o histórico da cidade e as ocupações do solo urbano. Foram abordados aspectos, como: a trajetória do município, as dificuldades enfrentadas pelos poderes municipais da época – período precedente ao processo de industrialização –, as modificações regionais por influência da Petrobras, do Centro Industrial de Aratu (CIA), e do Complexo Petroquímico de Camaçari, bem como os efeitos socioeconômicos produzidos pela metropolização. Também, ações públicas municipais/estaduais voltadas à moradia popular foram abordadas, como um avanço de grande importância para o município.

#### **3.1 A PRÉ-INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMAÇARI**

A cidade de Camaçari passou por uma série de modificações ao longo de sua história, até se tornar a atual sede do município de Camaçari que, pela sua formação administrativa enquanto distrito, foi subordinado ao município de Abrantes até ser desmembrado pela Lei Municipal de 22/03/1920, aprovada pela Lei Estadual n.º 1.422, de 04/08/1920. Segundo alguns historiadores a cidade nasceu a partir de uma trilha de gado vinda do Sertão e seguia até Salvador, com vários pontos de paradas da boiada, onde também se concentravam as feiras livres. Esses locais aumentaram e foram beneficiados com o passar dos tempos, transformando-se em povoados, pois eram parada obrigatória para a estrada de ferro, implantada antes da década de 1950, que ligava a cidade de Alagoinhas a Salvador. Demais ocupações do solo urbano foram se fazendo gradativamente ao longo da via férrea<sup>28</sup>, como retrata a antiga Estação Férrea (Figura 6) situada na Avenida Eixo Urbano, onde funcionava

---

<sup>28</sup> A sua implantação na década de 1950, de acordo com Souza (2006), aconteceu para facilitar a acessibilidade aos locais e ao transporte de cargas, a empreendimentos como a Petrobras e a Cia. Hidrelétrica de São Francisco, bem como a atual BA-093 (antiga BA-6), que tinha a função de ligar os campos de petróleo descoberto no Recôncavo Baiano, entre os municípios de Mata de S. João, Pojuca, Alagoinhas e Catu, com a Refinaria em Candeias.

o imóvel da Prefeitura na década de 1948<sup>29</sup> (Figura 7), além da Câmara Municipal (Figura 8), Secretaria de Cultura e o Arquivo Público.

Figura 6 – Estação Férrea da cidade de Camaçari-BA



Fonte: Souza (2006).

Figura 7 – Prefeitura da cidade de Camaçari-BA, em 1958



Fonte: IBGE (1958).

---

<sup>29</sup> Em entrevista ao jornal de Camaçari – Destaque 1 –, em junho de 2019, moradora local destacou a sua demolição como um dos poucos imóveis antigos que ainda conservava a história da cidade.



Figura 8 – Prefeitura da cidade de Camaçari-BA, em 1948



Fonte: acervo de Lenielson Pita (1948).

Entre as décadas de 1950 a 1970, ainda não havia atrativos para movimentar a economia do município de Camaçari-BA em grande escala, mas, de certa forma, existia uma base econômica essencialmente extrativista, e suas atividades eram voltadas para o cultivo do coco-da-baía, produção de carvão vegetal, pecuária de pequeno porte (carne suína, caprina) e a pesca, que além de abastecer o mercado interno, os produtos também eram escoados para Salvador de barcos, ou pela estrada de ferro implantada. Nessa época, a cidade de Camaçari ainda se encontrava numa fase de precariedade, antecedendo à metropolização, e, seguindo os mesmos passos da economia do Estado, com uma população consideravelmente pequena, cercada por chácaras e fazendas. Conforme o censo demográfico do IBGE, a população urbana na década de 1950 era de aproximadamente 12.900 habitantes, vivendo em edificações humildes, assim como as estruturas dos imóveis onde funcionavam a Prefeitura e a Câmara Municipal da cidade.

Dados estatísticos sobre o município de Camaçari, até a década de 1960, (IBGE, 1960) revelam que quase não havia integração econômica com o próprio estado, nem com o mercado nacional, pois suas estruturas básicas estavam firmadas apenas com a economia primária para suprir sua população interna. Segundo afirma Brandão (1985), apesar da

instalação da petroquímica no município em 1978, nessa época, a industrialização<sup>30</sup> não havia alterado o padrão básico na complexidade dos municípios brasileiros, com excessão do Sudeste do país. Camaçari, no Nordeste, não fugiu a regra, pois, embora emancipado, seus recursos eram muito restritos, e existia uma grande predominância de fazendeiros com interesses próprios, configurando talvez a ausência de receitas que pudesse assegurar a economia local. (BRANDÃO, 1985)

Ainda sobre a trajetória que antecedeu a industrialização de Camaçari, Souza (2006) reflete sobre o período que se originou a política majoritária comandada pelo antigo regime militar autoritário, entre os anos 1964 - 1986, quando a soberania dos estados e municípios se mantinha de forma simbólica. Esse período vigente delegava, também, sobre o município de Camaçari, que tornou-se dentre alguns da RMS área de segurança nacional através do Decreto Lei nº 1.225 de 22 de junho de 1972, passando a nomeação do governante a ser indicado pelo Presidente da República<sup>31</sup>, que de certa forma influenciou no planejamento, ocasião na qual se gerou tentativas de reduzir as desigualdades regionais do país implicando “[...] num conjunto de mudanças que afetaram, de modo geral, [a RMS], principalmente Camaçari, palco de intensas transformações socioeconômicas do período”. (SOUZA, 2006, p. 105)

De acordo com Spyer (2018), nessa época, Camaçari ainda se encontrava desprovida de recursos, e a administração municipal enfrentava dificuldades para conduzir os trabalhos, dependia de verbas do governo federal, e, dos seus habitantes, 31% eram moradores de áreas urbanas e 1/4 da população ativa era predominantemente rural: trabalhava com gado, na silvicultura e também na pesca em aldeias costeiras. As terras litorâneas também eram usadas pelos grandes proprietários de terras para o plantio do cocoda-baía, de exploração vantajosa, com baixo custo de manutenção, pois, enquanto a terra permanecia produtiva, esses faziam uso da mão-de-obra barata – a população de baixa renda –, que atuava em serviços manuais como coletar cocos para serem comercializados em Salvador, onde, na maioria das vezes, os serviços eram negociados com os próprios comerciantes, na troca por produtos de necessidades básicas. (SPYER, 2018)

---

<sup>30</sup> Para alguns historiadores, embora de forma limitada, a industrialização de Camaçari teve início antes da chegada da petroquímica, a partir das instalações das olarias que produziam insumos para a construção civil, como a cerâmica Indústrias Reunidas (AZFA) que, por volta da década de 1940, já atuava na produção de telhas, tijolos, óxido de ferro, roxo terra e na exploração de gesso e tabatinga.

<sup>31</sup> Período em que não havia eleições diretas, ou seja, os prefeitos não eram escolhidos pelo povo.

Apesar de não se cogitar ainda sobre a constituição da Região Metropolitana de Salvador (RMS)<sup>32</sup>, Santos (2016 [1956] citado por Silva S., Silva B. e Silva M., 2015) afirmava que a cidade do Salvador já poderia ser vista como metrópole desde a sua constituição, devido a sua histórica contribuição na produção de produtos primários e outras economias agroextrativistas, sua projeção comercial na metrópole nacional e sua economia agroexportadora que se expandiu com a descoberta do petróleo no Recôncavo Baiano na década de 1950.

Ao verificar na época o papel metropolitano da cidade do Salvador, as atividades econômicas e produtivas da sociedade, Santos (2016[1956] releva o setor da economia terciário, visto que, devido a sua estrutura moderna de cidade portuária com equipamentos e recursos que permitiam vantagens sobre outras cidades de menor porte que não acompanhavam seu ritmo de crescimento<sup>33</sup>, o seu papel era de comercializar e escoar a produção da sua área de influência direta. Portanto, essa poderia ser uma das motivações da introdução do município de Camaçari no contexto da metropolização de Salvador.

Essa realidade passou por modificações já a partir da década de 60, pela influência da Petrobras na região, pela industrialização do Centro Industrial de Aratu (CIA) que se expandiu para o Complexo Petroquímico de Camaçari, constituindo efeitos multiplicadores em diversas áreas da economia, principalmente na atração do setor de serviços, contribuindo com a otimização e inserção do Estado, em escala mundial. Na visão do professor Oswaldo Guerra (IEDI, 2006), os investimentos industriais deram impulso na formação do PIB baiano, e vários empreendimentos se instalaram na cidade do Salvador, a exemplo da implantação de *shopping centers* e das avenidas de vales. Também ocorreu a expansão imobiliária atraída pela renda dos trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, que em condições socioeconômicas mais elevadas, preferiam se instalar distante da área industrial.

### 3.2 ALGUNS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA RMS

---

<sup>32</sup> Instituída pela Lei Complementar N°14, de 08/06/1973.

<sup>33</sup> Para Santos (2016 [1956], p. 13) os fatores que possibilitam a cidade crescer, são: possuir o dinamismo capaz de tornar suas funções vitais interessantes a um espaço regional cada vez maior, e dispor dos instrumentos para impor a esse espaço o seu predomínio. Mediante serviços oferecidos à região, a cidade realiza a sua *força de atração*, mas precisa exercitar, também, a sua *força de expansão*, através do comércio, e na época em que vivemos, sobretudo da indústria.

A RMS, como importante mercado regional do Brasil, situa-se no 6º *ranking*, além de ser responsável por 41,50% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com taxas de crescimento superiores às verificadas nas duas principais metrópoles do país – São Paulo e Rio de Janeiro – em decorrência do dinamismo regional, tendo como principal vetores a indústria automobilística, o comércio e a petroquímica. (IPEA, 2015) Ressalta-se, também, a atividade turística no Litoral Nordeste<sup>34</sup> como vetor da dinâmica urbana da região, bem como os grandes empreendimentos/investimentos: grandes obras viárias, expansão imobiliária – empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais de alto padrão –, potencialmente impulsionadores pela dinâmica metropolitana. (MAGALHÃES, 2015) Entretanto, associando-se com os indicadores sociais, os indicadores econômicos evidenciam grandes desequilíbrios territoriais intrametropolitanos.

Através da análise do PIB de 2000 e 2010 dos municípios da RMS (Tabela 1), constata-se: os três principais municípios metropolitanos – Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde – correspondem a 80% do PIB regional total, sendo que Salvador responde à metade do PIB regional, enquanto Dias D'Ávila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica, apresentaram baixa participação no PIB (6%); Camaçari, apesar dos altos investimentos do município, estes se mostraram insuficientes para alterar o desequilíbrio apresentado pela participação dos municípios na composição do PIB da RMS; apresentaram os maiores aumentos Candeias, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas. (IBGE, 2010) Releva-se aqui a participação da indústria no PIB da RMS concentrada São Francisco do Conde, Madre de Deus, Camaçari, Dias D'Ávila, Candeias e Simões Filho, historicamente explicada pelos investimentos empreendidos pela Petrobras, pelo Centro Industrial de Aratu e Polo Petroquímico de Camaçari, somados à contribuição do setor de serviços.

De acordo com o IBGE, no ano de 2010, este *ranking* se modifica em relação ao PIB *per capita* (PIB por habitante R\$1), cedendo Salvador a sua posição de primazia (13.732,96) para São Francisco do Conde (296.786,28)<sup>35</sup>, Camaçari (55.066,69), Candeias (50.564,19), Dias D'Ávila (32.699,92), Simões Filho (31.259,27), Pojuca (30.543,31), Lauro de Freitas (19.308,87) e

---

<sup>34</sup> Denominação adotada por Magalhães (2015), tendo em vista a situação eminentemente geográfica da região.

<sup>35</sup> Esse maior PIB *per capita* da RMS, é explicado pela presença da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) no município, o que reforça o efeito da industrialização local e influencia, também, o PIB *per capita* de Madre de Deus.

Madre de Deus (16.272,10), apesar de que esses dados somente mostrem uma média entre a riqueza e a população dos municípios, não indicando a distribuição dessa renda. O fato é relacionado a elevada concentração populacional de Salvador (75% da RMS), enquanto Camaçari – o segundo maior PIB da RMS – não possui sequer 10% da população soteropolitana. Os demais municípios apresentam valores inexpressivos quando comparados com o município Salvador ou com outros de base industrial.

Tabela 1 – RMS: PIB municipal nominal (2000 e 2010)

Municípios	PIB a preços correntes (R\$ 1 mil)		Participação na região	
	2000	2010	2000	2010
<b>Total</b>	<b>24.968.795,00</b>	<b>75.314.979,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Camaçari	5.096.428,00	13.328.182,00	20,41	17,69
Candeias	856.974,00	4.197.942,00	3,43	5,56
Dias D'Ávila	498.973,00	2.176.540,00	1,99	2,87
Itaparica	34.343,00	115.263,00	0,13	0,15
Lauro de Freitas	643.199,00	3.153.527,00	2,57	4,17
Madre de Deus	47.658,00	278.063,00	0,19	0,36
Mata de São João	127.418,00	353.963,00	0,51	0,46
Pojuca	294.959,00	1.016.485,00	1,18	1,33
Salvador	12.282.966,00	36.480.991,00	49,19	48,59
São Francisco do Conde	3.251.110,00	9.855.898,00	13,02	13,02
São Sebastião do Passé	72.652,00	398.117,00	0,29	0,54
Simões Filho	1.702.976,00	3.708.951,00	6,82	4,88
Vera Cruz	59.139,00	251.057,00	0,32	0,37

Fonte: IBGE (2010).

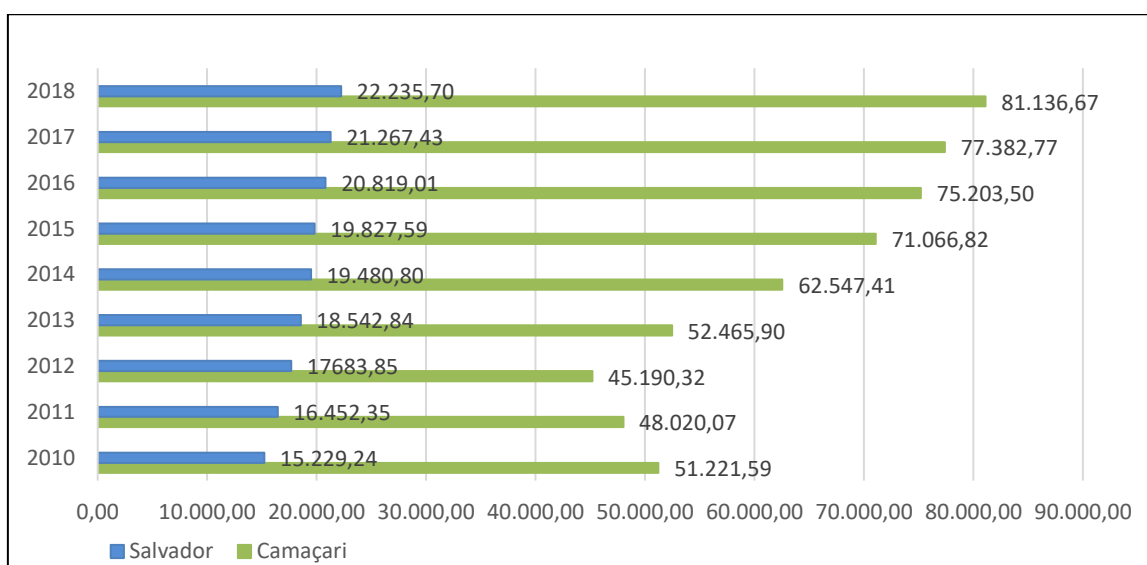
Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

Dados do IBGE (2018) entre os anos de 2010 a 2018, permitiram a comparação dos municípios de Salvador e Camaçari através do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, no período. (Figura 9)

Analisando-se o gráfico, percebe-se que o PIB *per capita* de Camaçari no ano de 2010 já atingia uma posição de destaque, o que explica a sua atuação de município industrial, com o valor de R\$ 51.221,59, reduzindo nos dois anos seguintes, e, logo mais se recuperando a partir do ano de 2013, até atingir R\$ 81.136,67 em 2018. Enquanto que o PIB *per capita* de

Salvador não conseguiu atingir 50% dos valores apresentados anualmente para o município de Camaçari durante o período, apesar de notar-se uma dinâmica evolutiva de valores: R\$ 15.229,24 em 2010 até R\$ 22.235,70 em 2018. Subentende-se que além de ausência de uma base industrial sólida em Salvador que reflète tais valores, existe um quantitativo de pessoas que reside na capital soteropolitada que sobrevive com baixa renda<sup>36</sup>, principalmente aquelas que tiram o sustento através do trabalho informal diverso: comércio, feiras livres, vendedores ambulantes, calçados e confecções, gêneros alimentícios, entre outros. São funcionalidades de indivíduos que enfrentam dificuldades para se encaixarem no mercado formal, por falta de oportunidades, ou mesmo, por não possuírem especificações que os habilitem para possíveis demandas profissionais. É uma via de mão dupla já relatada: moradores de Camaçari buscam a capital com chances de evoluir profissionalmente e pessoas habilitadas de Salvador se mobilizam para trabalhar em Camaçari.

Figura 9 - PIB *per capita* (em R\$) dos municípios de Camaçari e Salvador, entre 2010 - 2018



Fonte: IBGE (2018).

Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

Importante mencionar que Camaçari concentra instituições de alto nível tecnológico com possibilidade de preparar o cidadão para usufruir das oportunidades que surgem no

<sup>36</sup> Segundo o IPEA (2015), “[...] o município de Lauro de Freitas apresentou a maior elevação da renda *per capita* entre os anos de 2000 e 2010 em números absolutos, elevação esta acima de 40%. Em um segundo plano se destaca o município de Salvador, enquanto a menor variação ocorreu no município de Vera Cruz, localidade que não guarda tradição de receber grandes investimentos [...]”, apesar da Ilha de Itaparica ser um dos principais polos turísticos de atração da Bahia.

parque industrial, a exemplo das experiências desenvolvidas pelo Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC), instalado pela Federação das Indústrias, inaugurado em 2002, e concentrado na indústria de transformação. O Centro vem investindo em pesquisas nas mais variadas áreas técnicas e tecnológicas do Estado, como a mecatrônica e seu efeito na automação (robótica), bastante explorada nas indústrias automobilísticas<sup>37</sup>, além do SENAI/CETIND, voltado para a tecnologia e setor eletroeletrônico empresarial, e as IES federais, principalmente as engenharias, entre outras profissões que demandam capacidade específica. Entretanto, salienta-se que as chances de estudar são remotas para quem mora em Camaçari, pois os estudantes se deslocam para a capital em ônibus fretado pela Prefeitura, fazendo o trajeto de ida e volta em três turnos diários, desencadeando um esforço excessivo de mobilidade para os mesmos.

Embora a realidade da educação tecnológica tenha avançado em Camaçari, com a implantação de escolas técnicas de ordem pública e também privada (CETESB, SENAI, SENAC, IFBA, CETTPS, CLIMATEC), as unidades mais avançadas em termos de tecnologia de ponta, se encontram estruturadas na capital baiana e em Lauro de Freitas, com laboratórios avançados e referenciados para as práticas industriais, principal motivo pelo qual as pessoas saem de Camaçari para estudar fora.

No contexto da RMS, entre os anos de 2010 e 2018, além de Camaçari, se destacaram 5 municípios no PIB *per capita*, por efeito da petroquímica e do petróleo na Bahia: Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Simões Filho e São Francisco do Conde (Tabela 2), com destaque para esse último município que supera Camaçari e os demais nos citados anos, com valores que aumentam progressivamente: de R\$ 160.494,21 (2010) a R\$225.333,85 (2018). Como também observado, Salvador permanece em última posição no PIB *per capita* da região.

### 3.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA RMS

A RMS está entre as principais do Nordeste e do país, apesar das suas contradições assim com as demais do Brasil: elevados índices de pobreza, violência urbana, exclusão territorial e grandes desigualdades entre os municípios. Apesar disso, representa o território

---

<sup>37</sup> A exemplo, o lançamento dos veículos produzidos pela montadora FORD, ficavam em exposição para pesquisas de tecnologias avançadas, no pátio do CIMATEC em Salvador.

mais dinâmico do estado da Bahia devido a vários fatores: concentração de pessoas e de riquezas, diversidade e complexidade de bens, serviços, equipamentos, comércio, oportunidades de emprego e de lazer, dentre outros. Sua expansão territorial é de 4375,123 Km<sup>2</sup>, com uma grande densidade populacional (817 habitantes/Km<sup>2</sup>). (IPEA, 2015) Em termos populacionais, com 3.573.973 habitantes, concentra 25,5% da população total do estado e ocupa a sétima região do país, embora esta população não se distribua uniformemente; Salvador, como a terceira cidade mais populosa do Brasil, concentra 74,86%. (IBGE, 2010) Refletindo o seu grau de urbanização, 98,10% da RMS é predominantemente urbana, com uma taxa média de 98,1% (IBGE, 2010).

Tabela 2 - PIB *per capita* (em R\$) de municípios da RMS, nos anos de 2010 e 2018

<b>Municípios</b>	<b>Ano 2010 (R\$)</b>	<b>Ano 2018 (R\$)</b>
Camaçari	51.221,59	81.136,67
Dias D'Ávila	33.239,10	36.529,53
Lauro de Freitas	22.349,23	33.089,03
Madre de Deus	19.983,54	23.011,60
Salvador	15.229,24	22.235,70
São Francisco do Conde	160.494,21	225.333,85
Simões Filho	27.571,93	43.739,85

Fonte: IBGE (2018).

Elaboração: Edelizeita Batista (2022).

Com relação a dinâmica populacional os municípios da RMS entre 2000 a 2010, apresentaram um crescimento demográfico de destaque: Camaçari (50,23%), Dias D'Ávila (46,56%) e Madre de Deus (44,37%) e apresentaram taxa abaixo de 10% Salvador (9,52%), São Sebastião do Passé (5,49%), Candeias (8,30%) e Itaparica (9,40%). (IPEA, 2015) Esse maior crescimento demográfico se torna um desafio socioeconômico, principalmente em municípios industrializados como Camaçari, onde existe uma demanda por ofertas de benefícios e atividades essenciais para suprir as necessidades humanas como, emprego, moradia, lazer, saúde, educação, segurança, dentre outros. O colorário é um conjunto de



novos problemas de organização do espaço urbano [...]”<sup>38</sup> (SILVEIRA, 2015, p. 116), principalmente em vista da sua crescente densidade demográfica. Estimativas do IBGE (2019) para o ano de 2020 demonstram essa situação para os municípios da RMS<sup>39</sup>. (Tabela 3)

Tabela 3 – População Estimada dos municípios da RMS (hab/km<sup>2</sup>), para o ano 2020

<b>Município</b>	<b>Extensão Territorial (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População Estimada em 2020</b>	<b>Densidade da População (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Camaçari	785,42 km <sup>2</sup>	304.302	387,44 hab/km <sup>2</sup>
Candeias	251,81 km <sup>2</sup>	87.458	347,32 hab/km <sup>2</sup>
Dias D’Ávila	183,76 km <sup>2</sup>	82.432	448,59 hab/km <sup>2</sup>
Itaparica	121,37 km <sup>2</sup>	22.337	184,04 hab/km <sup>2</sup>
Lauro de Freitas	58,04 km <sup>2</sup>	201.635	3.473,89hab/km <sup>2</sup>
Madre de Deus	32,2 km <sup>2</sup>	21.432	665,57 hab/km <sup>2</sup>
Mata de São João	605,17 km <sup>2</sup>	47.126	77,87 hab/km <sup>2</sup>
Pojuca	314,93 km <sup>2</sup>	39.972	126,92 hab/km <sup>2</sup>
São Francisco do Conde	269,72 km <sup>2</sup>	40.245	149,21 hab/km <sup>2</sup>
Simões Filho	201,42 km <sup>2</sup>	135.783	674,14 hab/km <sup>2</sup>
São Sebastião do Passé	536,68 km <sup>2</sup>	44.430	82,79 hab/km <sup>2</sup>
Salvador	693,45 km <sup>2</sup>	2.886.698	4.162,79hab/km <sup>2</sup>
Vera Cruz	297,54 km <sup>2</sup>	43.716	146,93 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE (2019).

Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

Observa-se que a maior estimativa de densidade populacional foi para o município de Salvador (4.162,79hab/km<sup>2</sup>), seguida de Lauro de Freitas com 3.473,89hab/km<sup>2</sup>, sendo que, em termos de extensão territorial, Salvador, com 693,45 km<sup>2</sup>, é quase doze vezes maior que Lauro de Freitas, com 58,04 km<sup>2</sup>. Os dois municípios, considerados totalmente urbanizados pelo IBGE (2010), estão conurbados segundo pode ser observado por aqueles que trafegam pela Av. Luís Viana (Paralela), em Salvador, para atingirem o Litoral Nordeste

<sup>38</sup> Santos (2012, p. 121) menciona que “[...] o presente e a evolução futura das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos autores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é a cada momento reorganizado”.

<sup>39</sup> Observa-se, entretanto, que a densidade da população (hab/Km<sup>2</sup>) fornecida pelo IBGE (2019), contempla áreas continentais e marítimas para todos os municípios que contornam a Baía de Todos-os-Santos, o que torna contestável tais densidades demográficas.

através da BA-099, que inicia (Km Zero) do Rio Ipitanga, limite entre os citados municípios. A rodovia, bem como o Sistema Metroviário de Salvador<sup>40</sup>, aumentaram a eficiência na mobilização daqueles que fazem a integração com a região metropolitana.

O menor município em extensão territorial da RMS, com 32,2 km<sup>2</sup>, emancipado de Salvador no fim dos anos oitenta, é Madre de Deus localizado em uma ilha situada na Baía de Todos-os-Santos. Outros municípios com maior extensão territorial e com maior capacidade de ocupação do solo comporta um número de habitantes bem inferior, a exemplo do município de Mata de São João com 605,17 km<sup>2</sup> e densidade populacional de 77,87 hab/km<sup>2</sup>. A maior extensão territorial da RMS é de Camaçari (785,42 km<sup>2</sup>) com densidade populacional de 387,44 hab/km<sup>2</sup>, com maior concentração na sua faixa litorânea.

De acordo com o IBGE (2010), a taxa de urbanização dos 4 municípios (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho) com população mais elevada da RMS, nos anos de 2000 e 2010, reflete o percentual de população de cada município em relação a população total (Tabela 4) Notadamente, em 2010, Lauro de Freitas já tinha atingido o máximo de urbanização (100%), enquanto Salvador, no mesmo ano, vinha em segundo lugar com 99,97 (%)<sup>41</sup>. A seguir vinha Camaçari, com um percentual de 95,47 (%) e Simões Filho com 89,63 (%). De modo geral, os dados de 2000 e 2010 indicam um aumento da população dos municípios elencados, com conseqüente taxa de urbanização o que pode ser explicado com a proximidade de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari com a capital e o processo de metropolização em curso.

Interessante perceber a variação demográfica (em %) desses municípios (Tabela 5) em décadas anteriores que antecederam ao ano de realização/disponibilização do último Censo Demográfico (IBGE, 2010)<sup>42</sup>, para, após o processo de industrialização da região, se compreender as transformações no crescimento demográfico natural (vegetativo) a partir das variações das taxas de natalidade e de mortalidade. No entanto, em função das melhorias

---

<sup>40</sup> Em noticiário sobre a RMS sobre o sistema viário, políticos da câmara de vereadores de Camaçari mencionam ao governo do Estado: estudos para a extensão do metrô e do aeromóvel de Lauro de Freitas até o entroncamento de Camaçari, para facilitar a o acesso da população a outras localidades; e as dificuldades enfrentados em vias estaduais como a BA-099 e a BA-093, tendo em vista o aumento da população e mobilidade de trabalhadores e estudantes que fazem o fluxo diário em localidades da região metropolitana. (Destaque1.com.br/)

<sup>41</sup> Atualmente, em se passando 22 anos, estima-se que o município de Salvador está totalmente urbanizado.

<sup>42</sup> O IBGE marcou o início da operação do Censo Demográfico de 2022 com a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, através de agentes censitários que coletarão informações nas áreas urbanas de todo o país até julho/2022.

sociais e sanitárias regional as taxas de mortalidade passaram a cair o que fez aumentar o número da população dos municípios.

Tabela 4 - Taxa de urbanização urbana dos municípios da RMS com população mais elevada em 2000 e 2010

<b>Município</b>	<b>População Total 2000</b>	<b>Taxa de Urbanização (%)</b>	<b>População Total 2010</b>	<b>Taxa de Urbanização (%)</b>
Camaçari	161.727	95,47 (%)	242.970	95,47 (%)
Lauro de Freitas	113.543	95,64 (%)	163.449	100,00 (%)
Salvador	2.443.107	99,96 (%)	2.675.656	99,97 (%)
Simões Filho	94.066	81,76 (%)	118.047	89,63 (%)

Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

Tabela 5 – Variação populacional (%) de municípios da RMS, entre 1960 e 2000

<b>Municípios</b>	<b>(1960-1970) (%)</b>	<b>(1970-1980) (%)</b>	<b>(1980-1991) (%)</b>	<b>(1991-2000) (%)</b>
Camaçari	4,30	7,64	4,57	4,00
Lauro de Freitas	0,14	13,44	6,32	5,64
Salvador	4,71	4,02	3,03	1,83
Simões Filho	8,25	7,06	4,74	2,93

Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Edelzuita Batista (2022).

Verifica-se nos municípios de Salvador e no de Simões Filho, sendo que esse último concentra um dos mais fortes polos industriais da Bahia, uma variação populacional decrescente entre as décadas de 1960 a 2000. De modo geral, esse decréscimo também acontece nos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari entre as décadas de 1980 e 2000, embora tais municípios exibam, respectivamente, os maiores percentuais (13,44% e 7,64%), entre 1970 e 1980, localidades onde se concentrou a população no vetor da orla marítima, em decorrência da fácil acessibilidade a Salvador pela BA-099 – Estrada do Coco, implantada em 1975, e pela própria implantação do COPEC (1978), em Camaçari, que vem se expandindo em área física a cada década. O decréscimo da população no período, também

pode, em parte, não estar relacionado ao crescimento demográfico natural, mas, à alta demanda da mão-de-obra temporária do Polo Petroquímico e aos serviços por tempo determinado por parte das empreiteiras terceirizadas, quando trabalhadores braçais, da construção civil e montagem de equipamentos, são desvinculados das funções e migram para outras localidades.

Com base nos dados do IBGE (2018) foi possível verificar o aumento populacional dos municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Simões Filho a partir de 1960 e com projeção para 2021, com base em tendências de crescimento dos últimos censos, sobre o quantitativo geral e populacional do estado da Bahia. (Figura 10) Embora o aumento crescente da população dos citados municípios no período, destacam-se Lauro de Freitas e Camaçari, principalmente esse último após o ano de 2000, com estimativa de crescimento expressivo para 2021.

São municípios que buscam atrair o desenvolvimento através do setor industrial, com grandes chances de crescimento como especulam alguns gestores públicos locais. Relata o prefeito de Camaçari<sup>43</sup> que o município continua investindo no seu potencial industrial e econômico e na área costeira, por ser bastante privilegiada em termos de recursos naturais que atraem os investimentos turísticos – hotéis, restaurante – e a população de veranistas que investe nos condomínios residenciais, gerando receitas para o município.

### 3.4 A IMPORTÂNCIA DO POLO PETROQUÍMICO E DA PETROBRAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CAMAÇARI

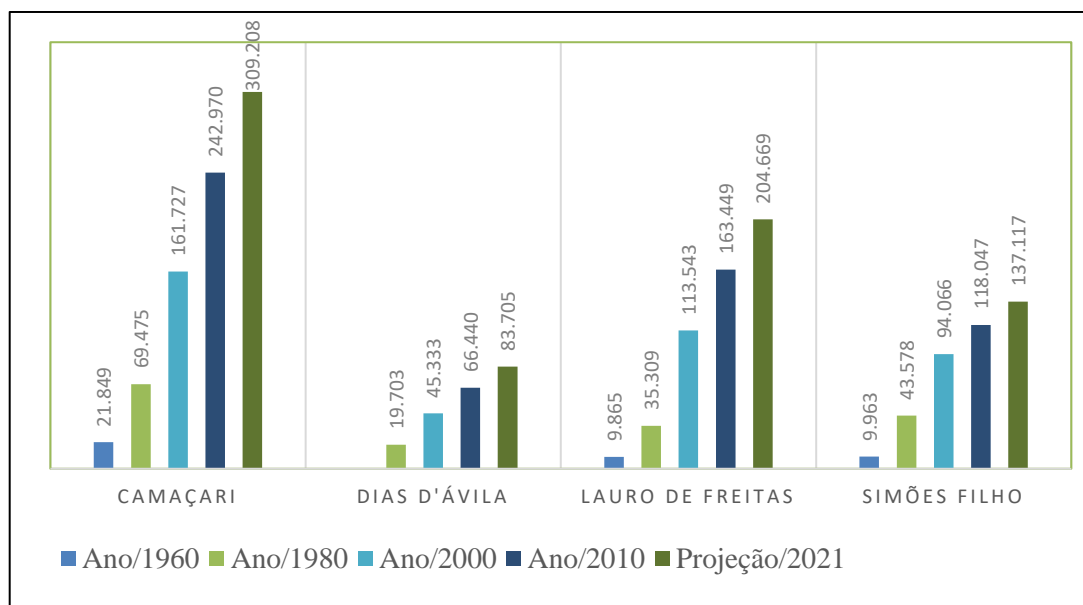
Ao discorrer sobre a repercussão da petroquímica no desenvolvimento brasileiro ainda na década de 1970, Almeida (2013) considera o papel decisivo e predominante da Petrobras por intermediar a indústria de base em condição regional, com um potencial de dar sustentação ao processo de industrialização. Segundo o autor, a Petrobras introduziu a região Nordeste nos setores de primeira linha da economia brasileira, pela participação de empresas de grande porte estimulando a capacidade produtiva, por meio do capital existente. Para Almeida (2013, p. 286), a petroquímica, além de possibilitar o desenvolvimento espacial,

---

<sup>43</sup> Entrevistado em: 20/09/2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/veja-quais-cidades-mais-cresceram-e-quais-mais-diminuiram-na-bahia>.

poderá reduzir as desigualdades regionais, associada “[...] ao crescimento da demanda urbana, como consequente multiplicador de renda do novo setor industrial”.

Figura 10 – Aumento populacional de municípios da RMS a partir de 1960 e com projeção para 2021



Fonte: IBGE (2010).

NOTA: No ano de 1960, o município de Dias D'Ávila por não estar desmembrado do município de Camaçari não contém dados estatísticos.

Elaboração: Edeluza Batista (2022).

Segundo Almeida (ibid.), um dos fatores decisivos para execução do complexo industrial de Camaçari foi o comando efetivo da PETROQUISA, com apoio da PETROBRAS, pois a matéria-prima para abastecer a petroquímica são produtos das refinarias<sup>44</sup>, a exemplo dos derivados de petróleo e gás natural. Essa concentração de investimentos na RMS, em razão do sistema de arrecadação de impostos, favoreceu o Estado e o próprio município, proporcionando renda aos trabalhadores e contribuindo com o processo de urbanização.

<sup>44</sup> A RLAM começou a operar na Bahia desde a década de 1950, e faz referência aos primeiros reservatórios de petróleo descoberto do país, localizado no Terminal de Madre de Deus, e responsável pelo refino de vários produtos, como: diesel, gasolina, querosene de aviação, nafta petroquímica, gases petroquímicos, parafinas, lubrificantes e óleos combustíveis. Com a proposta de desestatização provida pelo governo Federal, a Petrobras, mantenedora da refinaria na Bahia, propôs a venda desse bem público ao grupo MC Brazil Downstream Participações, companhia do fundo de investimentos árabe Mubadala. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/2173318-assembly-legislativa-da-bahia-cobra-da-petrobras-informacoes-sobre-venda-da-rlam/>. Acesso em: 12 set. 2021.

De acordo com Brito (2008), a inserção da Petrobras no Recôncavo Baiano e as instalações de indústrias no CIA e COPEC, estimularam positivamente na geração de riquezas, elevando a economia regional, cooperando para as transformações sociais, políticas, bem como na infraestrutura do Estado. A rapidez no crescimento populacional dos municípios petrolíferos da região, ou em suas proximidades, atraía postos de trabalhos em firmas prestadoras de serviços da própria Petrobras, devido a sua política salarial, e elevada circulação de dinheiro que alimentava a economia regional, pois, era a categoria de trabalhadores com um padrão de vida mais cobiçado, devido aos melhores salários da classe.

A valorização do território e seu processo de crescimento urbano surgiu através das obras de infraestrutura pela Petrobras, a exemplo da abertura de estradas com pavimentação asfáltica onde a exploração de petróleo eram operacionalizadas, mesmo que se encontrasse em áreas desertas dos municípios<sup>45</sup>. Dessa maneira, tornou-se efetivamente possível uma articulação mais flexível, internamente, na específica área, organizada em torno das atividades da companhia. [...] da mesma maneira, tornava-lhe acessível a força de trabalho em abundância, já que novas fronteiras urbanas foram abertas no Recôncavo Baiano por meio de ônibus, caminhões e de automóveis”. (BRITO, 2008, p. 123)

Ainda em 1958, os municípios de Candeias e São Francisco do Conde se destacavam por concentrar os principais poços de petróleo/gás, dando viabilidade às instalações da RLAM, e do Terminal de Madre de Deus (Temadre). Camaçari foi diretamente beneficiado com as fábricas de amônia e uréia instaladas no Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB), usados na produção de fertilizantes nitrogenados através do favorecimento do gás natural, onde atualmente funciona a Fábrica de Fertilizantes do Nordeste (Fafen), uma das instalações da Petrobras, no COPEC. A Petrobras vinculou-se, também, a outras indústrias do ramo petroquímico devido ao fornecimento de insumos essenciais como, a nafta, gás natural, entre outras matérias-primas indispensáveis à geração dos derivados petrolíferos.

Devido a sua interferência no processo de gestão territorial, a Petrobras, de acordo com Brito (2008), mantinha em sua estrutura núcleos urbanos que prestavam apoio logístico à corporação de formas variadas e, também, para firmas terceirizadas: oferta de suprimentos básicos incluindo aluguéis para moradias dos funcionários e fornecimento de alimentações

---

<sup>45</sup> Até a década de 1950, o transporte de cargas no Recôncavo Baiano era feito através de carro-de-boi por estradas de chão, ou de trem, e portanto as condições naturais do solo apresentavam grandes obstáculos para as funções desempenhadas pela Petrobras com “[...] o deslocamento de grande quantidade de material, máquinas, equipamentos, pessoal para trabalho nos campos e [do óleo], tudo de maneira contínua. (BRITO, 2008, p. 122)

diárias. Nos maiores centros urbanos próximos das instalações da Região de Produção da Bahia (RPBA)<sup>46</sup>, era constante tanto pela Petrobras, como por suas prestadoras de serviços, a busca de serviços utilitários, como: bancos, cartórios, transportes, manutenção de equipamentos, alimentação, segurança, e outras necessidades voltadas para sua operacionalização. (BRITO, 2008) Nesse sentido, Menezes (2020) releva a concentração urbana, a expansão da urbanização, a modernização dos serviços terciários fomentando o provimento de pessoal, o crescimento de empresas induzidas pelas indústrias, proporcionando o desempenho e modernização comercial. Em outro viés, o autor observa negativamente a localização de indústrias em municípios periféricos a Salvador, pois, por não possuírem infraestrutura adequada há a tendência das elites passarem a residir na capital “[...] ampliando a demanda por serviços urbanos na cidade soteropolitana, e as distorções que esse fenômeno traz consigo”. (MENEZES, 2020, p. 252) Dentre essas, a economia informal, que tem funcionado como intermediação para que a população subempregada seja inserida na economia urbana moderna, pela “[...] nova associação do capital financeiro com o capital industrial”. (PEDRÃO, 2020, p. 237) Realidade que sempre esteve presente na cidade de Camaçari, principalmente no comércio informal através das feiras livres, dos vendedores ambulantes (inclusive daqueles de outras cidades vizinhas), do transporte alternativo praticado por aplicativos, ou mesmo dos transportes intermediários – conhecidos como ligeirinhos –, mototaxistas, e outras modalidades de serviços.

Em vista do denominado “desenvolvimento econômico” potencializado pela produção industrial, as nações se esforçam para incrementar indústrias em seus territórios, mas, de acordo com Oliveira (2002, p. 9), “[...] a necessidade de promover a industrialização e o crescimento econômico ofusca a visão dos planejadores e dificulta a visualização daquilo que realmente importa no [...] desenvolvimento<sup>47</sup>, que é a qualidade de vida da população”, sendo necessária alterações em setores econômicos, inclusive para avaliar os indicadores sociais que envolvem: pobreza, desemprego, desigualdades, educação, moradia e alimentação.

Segundo Novaes (2016) o planejamento industrial a partir de 1975, deu ênfase a implantação do Plano Piloto de Camaçari, que embasou outros planos voltados às políticas

---

<sup>46</sup> Composta pelas cidades mais populosas: Salvador, Camaçari, Alagoinhas e Lauro de Freitas.

<sup>47</sup> Processo que envolve fatores essenciais como: distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade e lazer.

urbanas, como o Plano Diretor Municipal quando da implantação do COPEC, e o Plano Municipal de Desenvolvimento, com intuito de reduzir a quantidade de problemas gerados pelo processo de industrialização e, principalmente, pelo avanço populacional.

O Estatuto da Cidade, instituído em 2001, estabeleceu os princípios norteadores para os PDDU's e seus instrumentos como orientação para que os municípios possam desenvolver os processos de gestão e planejamento territorial, como também estabelece sua revisão e atualização. O PDDU define princípios, diretrizes e parâmetros de ocupação do território municipal com base em Leis de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e de Licenciamento e Lei de Parcelamento da Terra vinculadas ao planejamento municipal. Para a regularização de assentamentos informais, a legislação urbanística favorece a criação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), também sob as diretrizes e parâmetros de uso e ocupação da terra urbana.

Segundo matéria publicada no Jornal A TARDE de 16/12/2021, a secretária da SEDUR<sup>48</sup>, informou que a renovação do Plano Diretor de Camaçari vem sendo alvo de cobrança pelo Ministério Público do Estado, pois, implantado em 2008, necessita de reformulação e se encontra totalmente defasado, apesar de estar organizada uma comissão para agilizar o processo. Foram relatadas ações do grupo, a partir de 2019, com audiências públicas, ciclos de reuniões e oficinas com a participação da população camaçariense, mas, com o agravamento da crise sanitária esse processo foi interrompido, devendo ser retomado ao longo do corrente ano, como um dos prioritários da administração pública municipal.

### 3.5 A HABITAÇÃO POPULAR EM CAMAÇARI E A INFLUÊNCIA DO ESTADO

Ações que envolveram questões de moradia de interesse popular em Camaçari, com a participação do Estado, têm acontecido nas últimas décadas, dentro das quais o fato da inserção das áreas de ocupações irregulares ao zoneamento municipal como um avanço de extrema importância. Em termos urbanísticos, entende-se que situações que envolvem os assentamentos precários e as ocupações irregulares tornaram possíveis a regularização da posse da terra para grande parte da população que se encontrava em situação de

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://atarde.com.br/portalmunicipios/portalmunicipiosmetropolitana/camacari-sedur-diz-que-pddu-esta-defasado-e-sera-foco-em-2022-1182089>. Acesso em: 21 jan. 2022.



vulnerabilidade e desprovida de moradia legal, pois seus imóveis foram inclusos nas distintas ZEIS, e/ou realocados para outras áreas já consolidadas, geralmente com apoio de programas habitacionais como Minha casa Minha Vida.

De acordo com a Secretaria de Habitação – SEHAB/Camaçari, todas as moradias deverão ser cadastradas e posteriormente regularizadas pelo município. O processo de Regularização Fundiária se funda nos princípios legais de direito à moradia e de ordenamento e uso do solo urbano, que deverão ser investidos na moradia com endereços reconhecidos por órgãos oficiais por meio de levantamentos das informações, onde o ocupante passará a ter o acesso legal a financiamentos, reformas e à documentação de posse do imóvel.

Contudo, a Prefeitura de Camaçari através da Lei nº 1596 de 04 de setembro de 2019, publicada no D.O.M., Ano XVII – nº 1245, instituiu o Programa de Regularização Fundiária do Município (REURB), denominado “Papel Passado”<sup>49</sup>, definindo a natureza, finalidade e o destino dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). Essa lei é considerada de relevância para a presente pesquisa, pois se aplica aos núcleos informais com existência comprovada até 22 de dezembro de 2016, sob amparo da Lei Federal nº 13.465/2017. Inclusive, questiona-se que, passadas quatro décadas para que ocorresse o processo de regularização fundiária por que residentes do bairro Recanto das Árvores não possuem a titulação dos terrenos adquiridos?

Reconhece-se que a Regularização Fundiária condiz com o reconhecimento da legalidade de posse do terreno por parte do poder público, oficialmente registrado em cartório para fins de moradia. Essa titularidade da terra, na maioria das vezes, se transforma em um grande obstáculo devido a falta de documentação, pois muitos municípios não dispõem de levantamentos que possam identificar as irregularidades<sup>50</sup>, ou mesmo a situação fundiária das áreas quais estão situados os assentamentos, e acaba dificultando os processos de regularização, como especificado por Oliveira (2020), em estudos realizados no município de Camaçari.

---

<sup>49</sup> De acordo com o Art. 20, somente terão direito assegurados a gratuidade na regularização fundiária os ocupantes de lotes com até 250m<sup>2</sup> que possuem renda até cinco salários mínimos e o valor do imóvel não deve ultrapassar R\$108.900,00. Além das exigências, só serão contemplados os ocupantes que nunca se beneficiaram de outro imóvel na mesma condição.

<sup>50</sup> “O loteamento ilegal, combinado à autoconstrução parcelada da moradia durante vários anos, foi a principal alternativa de habitação para a população migrante instalar-se em algumas das principais cidades brasileiras”. (MARICATO, 1996, p. 47)

A ausência de um estudo atual sobre a questão da moradia no município, bem como a dificuldade de obtenção de informações junto aos órgãos municipais, dificultou sobremaneira o desenvolvimento do trabalho. Dados relativos às políticas implementadas, resultados, estudos de localidades, déficit habitacional, dentre outros são praticamente impossíveis de serem localizados, dependendo, única e exclusivamente, da ‘boa vontade’ e do conhecimento pessoal de determinados servidores sobre o assunto. Essa dificuldade, inclusive, é relatada pelos próprios servidores da Secretaria de Habitação, o que não deixa de ser uma reprodução da realidade dos municípios brasileiros. A ausência dessas informações atuais, todavia, não impedem a conclusão de que o problema de moradia em Camaçari ainda é bastante preocupante, com várias ocupações e assentamentos precários sem a mínima infraestrutura básica, o que pode ser comprovado pelas diversas ações judiciais que tratam dessa questão [...]. Ocorreram alguns avanços nos últimos quatro anos, mas ainda não são significativos. Constata-se que os programas têm sido formulados sem a devida compreensão da realidade fundiária do município. As políticas têm sido aplicadas de maneira isolada, setorial, sem integração entre os programas. Ademais, não se deu atenção à necessária multidisciplinariedade dos programas de regularização fundiária. O que se observa, portanto, é que o problema não está na ausência de previsão legal para a adoção dos instrumentos vocacionados a tornar efetivo o direito à moradia. [...]. O que falta é planejamento, organização e vontade política para enfrentar os entraves à concretização do direito à moradia” (OLIVEIRA, 2020, p. 201-204).

Essa dificuldade, qual Oliveira (2020) enfatiza no decorrer de sua pesquisa, também foi um dos entraves encontrados no presente estudo, pois se constatou, através de alguns funcionários da SEHAB e SEDUR, que um levantamento das áreas foram iniciados, ou seja, um cadastramento para averiguar o número de moradores pertinentes aos loteamentos que ainda se encontram irregulares na cidade e a resposta foi que: deram início a um cadastramento, mas a pessoa responsável foi transferida de setor e não houve continuidade do trabalho, inclusive ninguém sabia onde se encontrava esse cadastro inacabado.

## **4 POLÍTICAS HABITACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM CAMAÇARI**

Nessa parte foram abordadas as políticas habitacionais urbanas de Camaçari, com base na Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Leis municipais e em autores que dialogam sobre os direitos da sociedade à cidade e à terra urbana para alcançar as políticas públicas sociais, culturais e econômicas. Nesse âmbito, foram citados programas e projetos habitacionais de interesse social, principalmente nas áreas vulneráveis contempladas pelo Programa Municipal de Urbanização Integrado a Bacia do Rio Camaçari, e nas Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS, fundamentados no processo de regularização fundiária e de planejamento urbano em Camaçari, voltados às obras de infraestrutura nos bairros, construção de conjuntos habitacionais e reformas dos padrões de moradia.

### **4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVOS PROGRAMAS HABITACIONAIS**

As políticas habitacionais e o direito à cidade contidos no Estatuto da Cidade, e regulamentados nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecem diretrizes gerais da política urbana. Portanto, o direito à moradia é constitucional, coletivo, de natureza inclusiva e permissível a toda população, bem como, o direito de habitar, construir, produzir e participar da evolução e planejamento das cidades são bens democráticos e politicamente coerentes. Assim, o direito à cidade deve ser compreendido ou interpretado, como um reflexo dos direitos civis, que adentra os direitos humanos e alcança as políticas públicas sociais, culturais e econômicas, reconhecidas mundialmente. Apesar disso, Santos (1993) cita que:

O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social; a lei da escassez se afirma, então, com mais força, e se ampliam as diferenças, já existentes entre lugares urbanos [...]. O estabelecimento de um mercado da habitação por atacado, a partir da presença do BNH, e do sistema de crédito correspondente, gera novas expectativas, infundadas para a maioria da população, mas atuantes no nível geral. Com isso se dá paralelamente a expansão das classes médias urbanas e à chegada de numerosos pobres à

cidade, essa dupla pressão contribui para exacerbar o processo especulativo. A terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente [...]. (SANTOS, 1993, p. 97)

A veracidade dessa demanda pela terra urbana veiculada ao processo de metropolização, segundo Santos (1993), não deixa de ser continuidade do passado, pois trata-se da inovação e geração de meios utilizados pelo atual sistema de crédito do Sistema Financeiro de Habitação, para reprodução do capital, se apropriando da antiga lógica já vivenciada pelo então BNH.

A política habitacional de Camaçari foi implantada através da mencionada Lei nº 1.137, que, no Capítulo IV, das Diretrizes Específicas, Art. 6º, reitera a importância da Política Habitacional de Interesse Social Municipal, esclarecendo que sua operacionalização seja feita a partir dos programas e projetos estabelecidos no Plano Municipal de Habitação. A lei deixa clara a política do governo ao tratar de interesses da Regularização Fundiária em todas as escalas governamentais, com políticas incluídas de planejamento urbano, com estratégias que facilitam as condições democráticas na gestão urbana.

Em meados de 2010, a Prefeitura de Camaçari, através da Secretaria de Habitação, entrevistou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na intensificação de obras de pavimentação de ruas e esgotamento sanitário no bairro Nova Vitória, através do Programa Habitar Brasil, com apoio do Ministério das Cidades<sup>51</sup> – antes comentado por Novaes, 2016 –, quando houve um investimento no financiamento de verbas públicas para projetos de habitação de interesse social e de planejamento urbano, onde, segundo dados da SEHAB, 50% das obras foram concluídas logo na primeira etapa.

---

<sup>51</sup> Criado em 2003 com objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população a moradia, saneamento e transporte, em 2019 foi fundido com o Ministério da Integração Nacional e transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional. O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), em 2018, publicou uma nota de repúdio contra a extinção do órgão, essencial sobretudo na aprovação do marco jurídico urbanístico consolidado no Brasil na última década, agindo principalmente na regulação das políticas setoriais, através de Decretos e Leis Federais que regulamentam a habitação e regularização fundiária, o saneamento ambiental e resíduos sólidos, os transportes e mobilidade urbana, as áreas suscetíveis a deslizamentos, inundações, processos geológicos, dentre outros, bem como o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole. Segundo o IBDU a extinção do Ministério das Cidades pode significar um enorme retrocesso na busca pela integração das políticas urbanas, inclusive na captação de recursos internacionais através de banco de fomento, pois os mesmos valorizam a existência de um ministério próprio, sobre a temática das cidades e do desenvolvimento urbano. Disponível em: <https://ibdu.org.br/notas-e-manifestos/nota-do-ibdu-contr-a-extincao>. Acesso em: 26 set. 2022.

Já na segunda etapa do mesmo processo, conforme a SEHAB, o restante das verbas foi investido em pavimentação na Travessa Maria Meire – área mais carente do mesmo bairro –, e na construção de um conjunto habitacional para abrigar, de imediato, cerca de 166 famílias carentes que se encontravam instaladas em áreas de risco e também em Áreas de Preservação Permanente (APP's), o que deveria beneficiar ao todo cerca de 504 famílias cadastradas, numa iniciativa que contou com investimento do Governo, tanto na escala federal, como na municipal. Além dos imóveis construídos com a participação do programa Habitar Brasil/BID no Bairro Nova Vitória, outras famílias também foram beneficiadas com obras de infraestrutura, iluminação pública e regularização fundiária.

Segundo informações da SEHAB, desde o ano de 2018, quando a secretaria foi reabilitada, novos projetos e programas sociais vêm sendo executados e voltados à habitação de interesse social, fundamentados no processo de regularização fundiária e reformas para a melhoria dos padrões de moradias. São eles: Casa Melhor, “Papel Passado” e Escritório Público, executados com verbas do Município, e Trabalho Social (PTS) e Minha Casa Minha Vida (atual Casa Verde e Amarela), através de verbas federais, como demonstrado no Quadro 1.

Como verificado, esses programas e projeto, segundo a SEHAB, vêm beneficiando muitas famílias inscritas e cadastradas. Dentre os serviços executados estão especificados não apenas as reformas das moradias, mas, serviços técnicos urbanísticos e arquitetônicos gratuitos e qualificação profissional para famílias beneficiárias.

Além dos programas citados, a partir do ano de 2018, a SEBAH adotou uma proposta de cadastramento para o Programa Federal Pró-Moradia, implantado através da Lei municipal nº 1.689/2021, que visa priorizar os serviços de urbanização e regularização para famílias que moram em áreas consideradas vulneráveis, por intermédio de operações e financiamentos em escalas estadual, municipal e federal, seja direta ou indiretamente. Com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as famílias, com rendimento familiar mensal de até 3 salários-mínimos, passam a ser beneficiadas na modalidade “Urbanização de Assentamentos Precários”, sendo o Bairro Nova Vitória na cidade de Camaçari outra vez incluído nessa forma de urbanização. Assim, o cidadão residente no bairro pode apresentar proposta que contemplates ações para regularização fundiária da área, melhorias habitacionais, reforma ou produção de novas moradias, dentre outras tipologias que fazem parte do programa.

Quadro 1 – Projetos e programas sociais desenvolvidos pela SEHAB/PMC, a partir de 2018

<b>Programas/Projeto</b>	<b>Recursos</b>	<b>Quantitativo de beneficiados</b>	<b>Serviços executados</b>
Programa Casa Melhor, Lei nº 1551/2018	Municipais	Acima de 300 famílias.	Execução de reformas de moradias: revestimento, alvenarias e teto (reparos e troca de telhados), pisos e instalações sanitárias.
Programa “Papel Passado”, Lei nº 1596/2019	Municipais	Acima de 1.000 inscritos na sede.	Cadastro gratuito para população de baixa renda, com imóvel de até 250m <sup>2</sup> , que pretende regularizar.
Programa Escritório Público, Lei nº1550/2018	Municipais	Acima de 200 cadastros.	Serviços técnicos urbanísticos e arquitetônicos, gratuitos.
Programa Minha Casa Minha Vida, substituído pelo Casa Verde e Amarela - adesão em 2021	Federais	1.027 unidades entregues.	586 unidades no Sítio Verde e 441 unidades no Sítio Horizonte
Projeto de Trabalho Social, atualizado a partir de 2018	Federais	Cerca de 2.500 famílias beneficiadas com cursos grátis.	Qualificação profissional para famílias beneficiárias do MCMV

Fonte: SEHAB/Camaçari (2021).

Elaboração: Edelzuita Batista (2021).

Entretanto, entre os dias 10/11 a 15/11/2021, período em que foram entrevistados os moradores do bairro Nova Vitória, não foi relatado nenhum benefício recebido pelo Programa Pró-Moradia, talvez por se tratar de um recurso recente, pois, segundo uma moradora da Travessa Maria Meire, sua residência apresentava rachaduras nas paredes, e já havia procurado o órgão municipal responsável pelos serviços de reformas de imóveis. Cadastrada, conforme a proposta da SEHAB, ainda continuava aguardando uma posição da Secretaria.

## **5 OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULADES NA CIDADE DE CAMAÇARI: OS BAIRROS NOVA VITÓRIA E RECANTO DAS ÁRVORES**

Nesse capítulo, é verificada a expansão urbana de Camaçari no contexto dos bairros previstos no Plano Piloto da cidade (1980). Através desse Plano, buscou-se: situar e analisar as áreas onde, atualmente se localizam os bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores; e verificar quais aspectos do Plano foram contemplados. Foram abordados, ainda: questões de adensamento do solo urbano nas diferentes áreas da cidade; as ocupações irregulares e a segregação socioespacial; o Macrozoneamento do município – em especial a Zona Urbana da Sede –, onde se destacaram, e foram representados em mapas, os zoneamentos dos bairros em estudo; e as intervenções socioambientais do espaço.

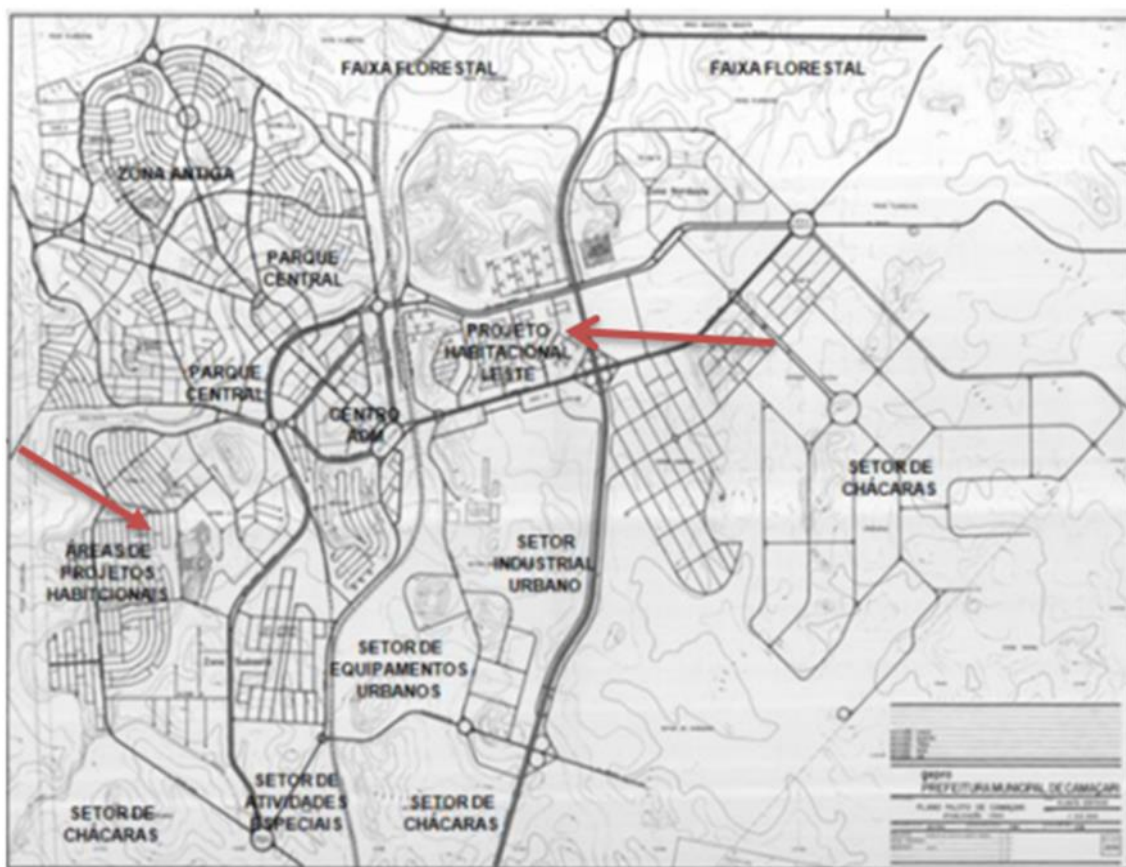
### **5.1 OS BAIRROS E A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO**

Os processos de industrialização e metropolização do município de Camaçari, na RMS, provocou a expansão urbana com bairros previstos na atualização do Plano Piloto da cidade, ainda na década de 1980 (Figura 11). Em observância ao referido plano, percebem-se áreas destinadas a implantação do Projeto Habitacional Leste, onde, atualmente, se localiza o bairro Nova Vitória e Áreas de Projetos Habitacionais onde se localizaram posteriormente os Programas de Habitação Orientada de Camaçari (PHOC's) e, conseqüentemente, o bairro regularizado Recanto das Árvores. Na época, entre os dois projetos representados no Plano Piloto, a Prefeitura conseguiu executar apenas a implantação nos loteamentos dos PHOCs, resultando em três grandes bairros, sendo que, segundo dados da SEDUR, na extensão do PHOC III, originou-se o bairro Recanto das Árvores.

Mas, como os PHOC's não atenderam à demanda da população (PINHO, 1989), a extrema procura por habitação popular resultou na ilegalidade da ocupação (MELLO, 2011), verificando-se grandes modificações socioespaciais com uma série de ocupações irregulares motivadas pela falta de controle do solo urbano pelo poder público. Segundo Souza (2010), seria imprevisível mensurar os efeitos motivados pela industrialização e metropolização perante uma cidade desestruturada economicamente, sendo necessário um planejamento flexível para dar apoio a gestão futura, buscando reduzir ou evitar possíveis problemas sociais. Considera-se, entretanto, que o acelerado processo de urbanização e adensamento

do solo urbano contou com inúmeras edificações em diferentes áreas da cidade, resultando na mencionada segregação socioespacial.

Figura 11 – Plano Piloto de Camaçari, atualizado em 1980



Fonte: Camaçari (1980).

De acordo com os moradores – conhecedores do histórico da cidade –, em virtude das ocupações irregulares, a situação enfrentada pela administração local era frequente. Isso devido a facilidade da população no acesso aos terrenos, principalmente quando se descobria que os mesmos pertenciam ao Estado. Nos últimos tempos, após a implantação de leis que regulam as políticas urbanas da habitação municipal, tomou-se conhecimento de que a fiscalização das terras e de implantação de novos loteamentos estão sendo mais rígidas e monitoradas pela SEDUR para inibir as ocupações irregulares.

Segundo o Código Urbanístico do Município de Camaçari, Lei Complementar nº 913/2008, Capítulo III, Seção I – do Zoneamento, Art.16, “o Zoneamento consiste na delimitação territorial para efeito de regulação da ocupação e das atividades, proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente, de acordo com a política de desenvolvimento



definida no Plano Diretor”. Para efeito dessa Lei, o município divide-se em zonas (urbanas, rurais e industriais), definidas segundo o Macrozoneamento. As zonas urbanas (Art. 17), delimitadas na Lei do Plano Diretor, envolvem a Sede e a Orla Marítima. Vale ressaltar que os perímetros urbanos, segundo cartografia disponível em anexo a referida Lei, levam em consideração a mancha urbana, suas tendências de expansão e as restrições ambientais. (CAMAÇARI, 2008)

Na Zona Urbana da Orla Marítima, a expansão se acelerou a partir da implantação da rodovia BA-099 em 1975 – primeiro trecho denominado Estrada do Coco que inicia do limite de Salvador com Lauro de Freitas, no Rio Ipitanga, até o entroncamento da rodovia BA-874, acesso a Praia do Forte – possibilitada pela ação combinada do Governo do Estado da Bahia, por meio do então Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (Derba) e dos agentes privados do mercado fundiário e imobiliário, o que implicou na valorização de terras, benfeitorias urbanas e habitações. A BA-099 – trecho Estrada do Coco e sua extensão “Linha Verde” em 1993 – interligando a cidade do Salvador à cidade de Aracaju-SE – representou uma nova dinâmica não só para o litoral de Camaçari, mas, também para toda a região do Litoral Nordeste baiano, onde foi ativado um mercado de terras e habitação e implantados novos equipamentos e atividades relacionadas ao turismo: hotéis, restaurantes, loteamentos e condomínios com residências secundárias da população de veranistas (MAGALHÃES, 2015). De acordo com a autora, na faixa costeira predominam as localidades onde se situam os condomínios residenciais de médio e alto padrão, habitados por grupos sociais de renda mais elevada, e os megaempreendimentos hoteleiros, enquanto em área afastada da costa estão as localidades onde reside a população de renda mais baixa, configurando-se, então, uma fragmentação e a segregação socioespacial e residencial nesse espaço. Tal fato é comprovado por Magalhães (2015) ao analisar as localidades segundo critérios como: padrão de renda, Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Índice de Segregação Socioespacial (ISSE), dentre outros. Magalhães (2015) também constatou que são as localidades turísticas como Praia do Forte, Guarajuba e Itacimirim, com o predomínio da população rica, que recebem a atenção dos órgãos do Governo, dos investidores de turismo e do mercado imobiliário.

Autores como Magalhães (2015), Carvalho; Pereira (2006) e Silva, S.; Silva, B.; Carvalho (2008) se referem a uma nova “cidade” que está sendo construída no Litoral Nordeste da Bahia, como resultado de um forte papel do Governo, influenciadas por demandas e interesses dos mercados regional, nacional e internacional, promovendo

significativas alterações econômica, social, mas, também, com sérios problemas ambientais, pois, a rápida urbanização sem infraestrutura tem provocado efeitos negativos nos frágeis ecossistemas litorâneos (praias, rios, lagoas, restingas) e na paisagem local.

Na Zona Urbana da Sede, com base na referida Lei, o mapa elaborado e disponibilizado pela SEDUR, em 2022, destaca o zoneamento do bairro Nova Vitória (Figura 12), no qual observa-se que a Zona de Ocupação Consolidada (ZOCON 8) ocupa a maior área do bairro, no que diz respeito ao tempo de ocupação, infraestrutura e serviços disponíveis. Nessa zona estão concentrados os equipamentos urbanos e onde a malha viária já se encontra mais estruturada. (CAMAÇARI, 2008) A Zona Central (ZCEN), localizada a Sul e Oeste do bairro, compreende o centro da cidade de Camaçari com extensão às vias radiais e capacidade de maior adensamento populacional por edificações, uso de comércio e serviços. A Zona de Importância Ambiental e Paisagística (ZIAP) situa-se a Norte e compreende áreas de média fragilidade dos ecossistemas, pressionadas pela ocupação urbana da sede; são definidas como zonas de amortecimento da expansão urbana em direção a áreas inadequadas, com potencial paisagístico e ambiental a ser preservado ou recomposto. (CAMAÇARI, 2008) Pequena área da Zona de Expansão de Comércio e Serviços (ZECS 2) situa-se a Sul do bairro de Nova Vitória, onde deve ser estimulada a implantação de empreendimentos comerciais e de serviços de atendimento regional, com prioridade de serviços complementares de apoio ao Polo Industrial de Camaçari e serviços educacionais e de saúde.

No entanto, assegura Santos (2012 [1994]) que a subdivisão na área urbanizada compromete o poder público municipal ao arcar com as prerrogativas legais: além da efetivação de um zoneamento, mais o monitoramento obrigatório dos espaços.

Percebe-se que algumas normativas da Lei Orgânica municipal de Camaçari vêm sendo atendidas, pois, em diversas épocas, os moradores do bairro Nova Vitória foram contemplados com intervenções em obras públicas, principalmente nas áreas em que não havia infraestrutura e de difícil acesso, porque, a princípio, a pavimentação das ruas ainda estava prejudicada. Atualmente, essas mesmas áreas passaram por modificações e o ordenamento das vias públicas são perceptíveis, inclusive obedecendo aos parâmetros de normatização para acessibilidade exigidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2004, que estabelece a largura mínima de 1,20m, para a circulação de pedestres nas calçadas livres, e, portanto, o arruamento das áreas aqui mencionadas, seguem os efeitos de um planejamento normal. (Figura 13 e 14) A primeira, refere-se às obras

recentemente inauguradas de pavimentação na Travessa Maria Meire, fazendo parte do programa de mobilidade urbana em áreas do percurso do rio Camaçari. Essa área, vista como periférica ao bairro Nova Vitória, recebeu pavimentação asfáltica devido aos constantes transtornos, inclusive dos alagamentos em períodos de chuvas e as vias largas com calçadas possibilita o tráfego sem a presença de obstáculos. A segunda área (Figura 14), localizada numa travessa próxima ao Morro da Manteiga<sup>52</sup>, parte mais alta do bairro, é um ponto crítico passível de mais ocupações. Inclusive a SEHAB afirma que já transferiu várias famílias do local para outros mais seguros, por se instalarem em áreas de risco.

Nessas mesmas ilustrações, observa-se que as áreas foram parcialmente assistidas em termos de infraestrutura, tendo em vista que são habitadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, que conviviam com dificuldades em termos de mobilidade. Atualmente, essas ruas encontram-se limpas e sinalizadas, com piso tátil identificado pela diferença da textura em relação ao piso adjacente, destinado a alertar ou servir de linha de guia para os portadores de deficiência visual e existem faixas de travessia de pedestres, sinalizadas de acordo com o código de trânsito nacional.

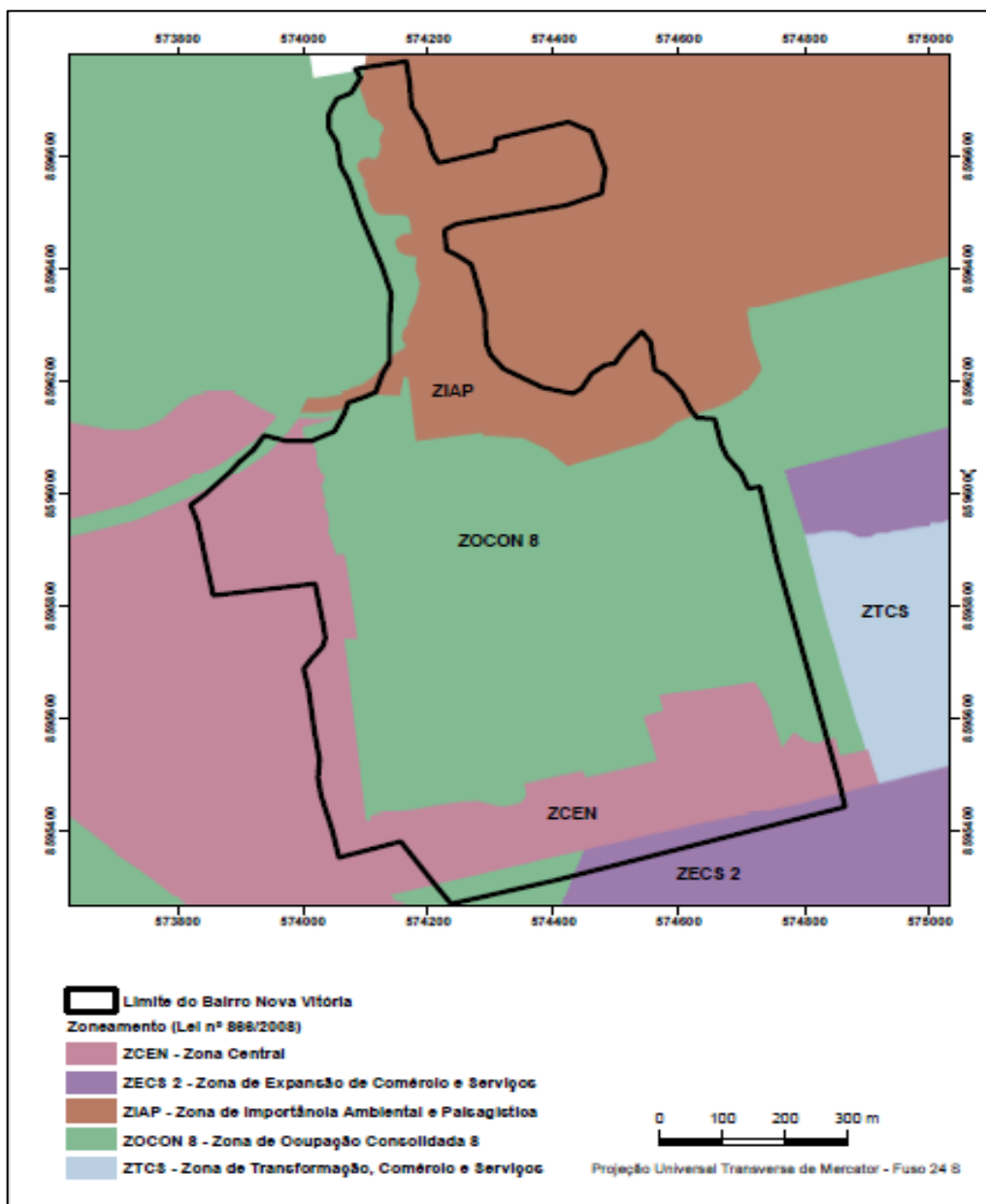
Na oportunidade da pesquisa de campo notou-se a presença de residências com dois pavimentos localizadas próximo ao Morro da Manteiga. No entanto, em situações totalmente opostas na mesma localidade, verificam-se construções muito simples em becos estreitos, sem saneamento básico, e que dão acesso ao referido morro. Um assunto muito comentado por pessoas que vivem no bairro Nova Vitória foi a situação de vulnerabilidade social de muitas pessoas que ainda se encontram nas áreas ocupadas irregularmente. Segundo alguns moradores, geralmente essas pessoas são recém-chegadas, e vão se instalando em lugares onde as famílias já foram retiradas pela Prefeitura e acomodadas em outros bairros.

De acordo com a SEINFRA/Camaçari, só a partir do ano 2010 as obras de infraestrutura e serviços relevantes começaram ser executadas no bairro Nova Vitória, assim como: pavimentação de ruas, implantação da rede de esgoto e água potável nas ruas principais, além da construção de moradias para abrigar famílias carentes que se instalaram em APP's, próximas do Rio Pedreiras, afluente do rio Camaçari.

---

<sup>52</sup> O Morro da Manteiga, considerado um patrimônio natural de Camaçari, situa-se ao Norte da cidade, nas proximidades do centro da cidade, entre os bairros Nova Vitória, Novo Horizonte e Natal, com o Parque Florestal, além de ficar nas proximidades do Centro da cidade e na faixa do anel florestal, bem próximo do PIC. Foi reflorestado por plantas exóticas como pinos e eucaliptos, no entanto já existem espécies nativas plantadas por ONGs, a exemplo da Fábrica de Florestas em parceria com a Prefeitura e a comunidade, onde as mudas vêm se reproduzindo naturalmente.

Figura 12 – Zoneamento do bairro Nova Vitória



Fonte: SEDUR, Camaçari (2022).

Para um possível conhecimento sobre as obras executadas no bairro Nova Vitória, buscou-se informações de alguns órgãos voltados à administração. Segundo a SEINFRA, as obras foram paralisadas no ano de 2015 por motivos relacionados à administração anterior, e, na atual gestão voltaram a ser retomadas em 2020, sendo construídas obras de

infraestrutura,<sup>53</sup> e uma das áreas privilegiadas foi a Av. Padre Paulo Maria Tonicci, via principal do bairro. Trata-se de uma ampla área comercial com cerca de 1.176 metros de extensão, e, segundo a Prefeitura, através de recursos do governo federal, foram executadas 10.770m<sup>2</sup> em obras de pavimentação, com construções de calçadas, trechos com ciclofaixas e rampas de acessibilidade. (SEINFRA, 2020)

Figuras 13 – Travessa Maria Meire no bairro Nova Vitória



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

Figura 14 - Ruas sinalizadas no bairro Nova Vitória



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

---

<sup>53</sup> Fazem parte do Programa de Mobilidade Urbana da cidade, valorizando as áreas com obras de pavimentação. Disponível em: <https://nossametropole.com.br/2020/08/17/rua-padre-paulo-tonicci-no-bairro-da-nova-vitoria-passa-por-requalificacao/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Em outra parte do bairro Nova Vitória, alguns equipamentos urbanos essenciais foram verificados, como: a unidade do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), que atende famílias carentes que buscam por benefícios do Governo Federal; uma escola pública municipal – Centro de Educação Municipal Paulo Freire – que atende crianças do Ensino Fundamental 1 (Figura 15); e a Unidade de Saúde da Família. De acordo com os moradores essas obras foram resultados de suas reivindicações, pois, a comunidade já lutava a vários anos, pela necessidade de uma escola pública, visto que a maioria da população é considerada de baixa renda e as famílias teriam que se deslocar para outros bairros em busca de educação e serem assistidas por serviços de saúde.

Figura 15 – Centro de Educação Municipal Paulo Freire, no bairro Nova Vitória



Fonte: Agência Iwwa (2012).

O Centro de Educação Municipal Paulo Freire, controlado pela Secretaria de Educação de Camaçari e localizado na rua da Conquista s/n, bairro Nova Vitória, atende ao ensino fundamental nos níveis I e II; foi construído com recursos do município e entregue à população no ano de 2012. Segundo a Prefeitura, conta com uma área de 2,2 mil metros quadrados de área construída, 12 salas de aula, entre outras áreas para grêmios estudantis, e secretarias, além de biblioteca, laboratório de informática, almoxarifado, cozinha, estacionamento, pátios e sanitários adaptados. Apesar disso, pela grande extensão do bairro, o Centro não tem capacidade de absorver toda a população de Nova Vitória, que necessita

do ensino público fundamental I e II. Existem, ainda, escolas privadas de nível fundamental I no bairro e em outros vizinhos, mas essas unidades somente são procuradas por moradores que possuem uma melhor condição financeira.

As áreas mais valorizadas no bairro Nova Vitória, se estendem às margens da Avenida Jorge Amado (Figura 16), uma das principais vias de acesso ao centro de Camaçari, fazendo a ligação com o Polo Petroquímico, Poloplast, através da BA-535 (Via Parafuso), já mencionada. De acordo com os limites informados pela SEDUR, ao lado esquerdo da fotografia se encontra o referido bairro e em sua poligonal encontram-se instalados vários empreendimentos numa área privilegiada próxima da Prefeitura, Cartório Eleitoral, entre outros órgãos públicos. Nessa mesma área se concentra boa parte das empresas do Polo de Apoio Industrial e uma agência da Caixa Econômica, ao lado de um Centro Empresarial – o Open Center Camaçari. (Figura 17)

Figura 16 - Avenida Jorge Amado no Centro de Camaçari



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

Essa transformação ocorrida no bairro Nova Vitória reflete o que cita Sposito (2015) sobre como a metropolização do espaço tornou-se um fenômeno dominante no avanço da urbanização nas cidades industrializadas.

Com base na citada Lei Complementar nº 913/2008 – Código Urbanístico do Município de Camaçari – o mapa executado/disponibilizado pela SEDUR no ano de 2022, destaca o zoneamento do bairro Recanto da Árvores (Figura 18), compreendendo grande área da Zona de Importância Ambiental e Paisagística (ZIAP) e menor área da Zona de



Ocupação Consolidada (ZOCON 8) a Nordeste do bairro, cujas características já destacadas e que também compreendem o bairro Nova Vitória.

Figura 17 – Open Center Camaçari na poligonal do bairro Nova Vitória



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

O bairro Recanto das Árvores, com dimensões bem menores do que o bairro Nova Vitória, foi, como detalhado anteriormente, previamente projetado e depois ocupado pela população. A similaridade entre as duas áreas de ocupação possibilitou averiguar as possíveis convergências ou divergências em termos sociais: aspectos econômicos, melhorias executadas pelas políticas públicas urbanas em favor da habitação social, inclusive de ações públicas que os beneficiaram direta ou indiretamente, dentre outros fatores que interferem de certa forma na qualidade de vida da população local, aspecto esse mencionado pelos próprios moradores.

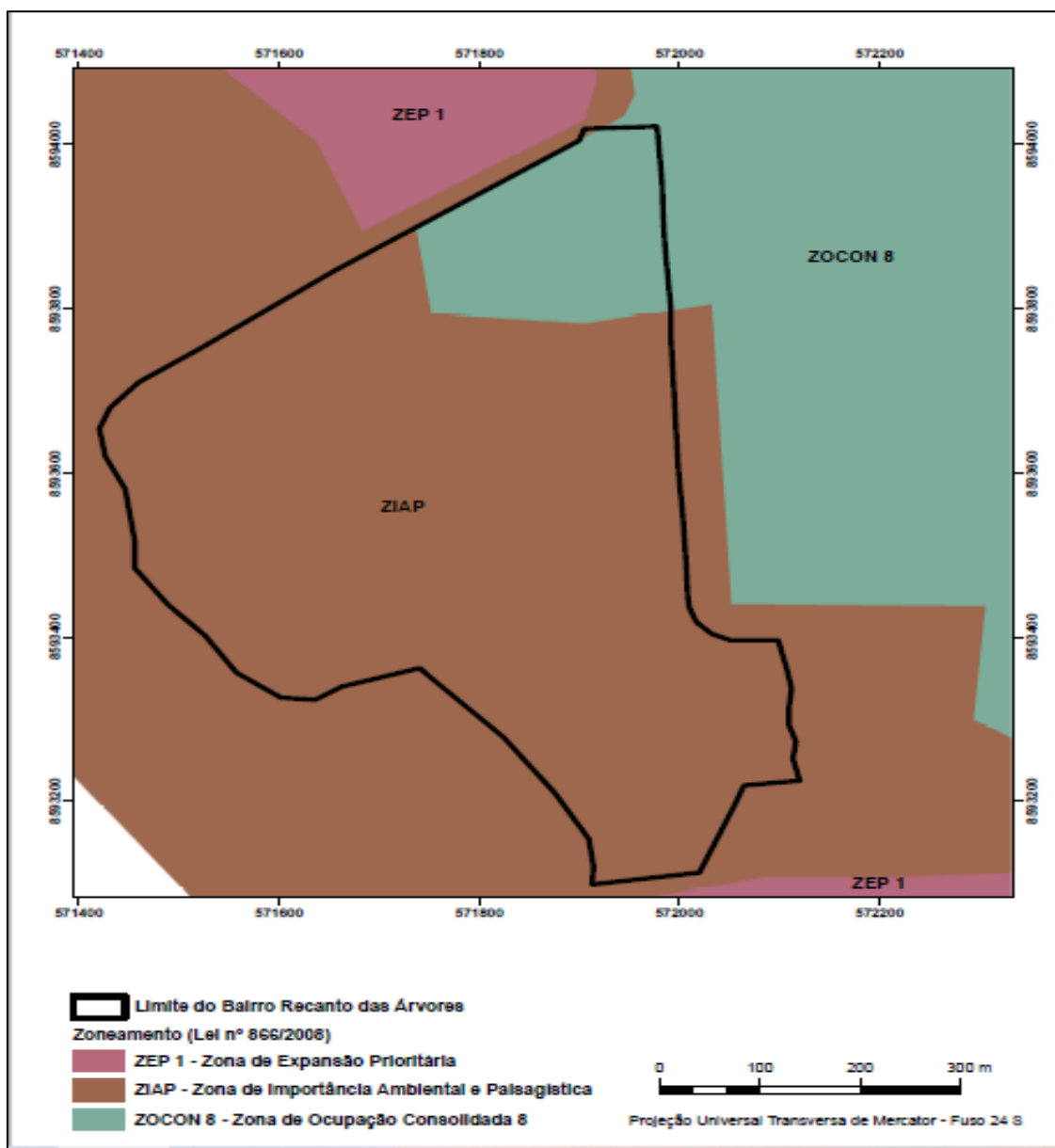
Um dos fatos mais eloquentes admitidos pelos antigos moradores do bairro foi que a Prefeitura veio a permitir a ocupação do espaço em decorrência das fortes chuvas na cidade de Camaçari, onde a área projetada passou a ser o refúgio das pessoas desabrigadas. Segundo os moradores, a prefeitura começou a construir casas para as famílias com pequenos cômodos, em caráter de emergência, as entregando de imediato na tentativa de contornar a situação da população que estava abrigada no estádio e nas escolas, inclusive permitindo que as pessoas passassem a construir suas residências com recursos próprios. Tal fato desencadeou o processo de ocupações.

Até o momento, algumas intervenções públicas, foram efetivadas no bairro, como a pavimentação e a iluminação de ruas, a construção de uma quadra esportiva e rede de



abastecimento de água potável em 2020. No entanto, pessoas moradoras do bairro alegam não existir rede de esgoto sanitário e nunca foram cadastrados pela Prefeitura. Além do mais, para outros serviços relevantes como saúde e educação, eles necessitam recorrer ao bairro próximo.

Figura 18 – Zoneamento do bairro Recanto das Árvores



Fonte: SEDUR, Camaçari (2022).

Ressalta-se que a implantação dos loteamentos no bairro aconteceu com recursos municipais, por intermédio dos PHOC's. No entanto, verificou-se que o desmembramento da área não aconteceu de imediato. Subentende-se, portanto, que as terras do bairro Recanto

das Árvores pertenceram, por décadas, ao PHOC III (atual bairro Tancredo Neves), ambos separados apenas pela Avenida Luiz Gonzaga, que os limitam, fato esse demonstrado pelos dados demográficos conjuntos dos dois bairros. A exemplo, o CRAS, instalado no bairro Recanto das Árvores, também atende ao bairro vizinho (Figura 19), com serviços de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade: atua na triagem para encaminhar as pessoas aos programas sociais do governo; dispõe de uma biblioteca infantil; oferece aulas de educação física, dança, capoeira, boxe, jogos esportivos, como alternativa para integrar a comunidade de baixa renda ao meio social.

Figura 19 – Unidade e praça de esportes do CRAS no bairro Recanto das Árvores



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

Outra obra de interesse da população localizada no bairro Recanto das Árvores, foi a construção de uma ponte que faz a ligação com os bairros Gleba H e Santa Maria, facilitando, também, o acesso desses moradores a outros bairros da cidade. Segundo informações da SEINFRA, o equipamento foi projetado desde o ano de 2014, mas ficou detido de execução a partir do ano de 2015, devido ao bloqueio das obras do programa integrado da bacia do Rio Camaçari. Conforme informações do Ministério da Integração Nacional, em decorrência da fiscalização de obras efetuadas entre o período de 15/09/2014 a 01/10/2014 para se analisar a aplicação dos recursos federais no município de Camaçari/BA, o Relatório acusou não atender a proposta da pasta e as obras precisaram ser paralisadas. Depois de alguns anos as obras foram retomadas<sup>54</sup>, e, em julho de 2018, a partir de ponto determinado pela Seinfra através de serviços topográficos no bairro da Lama Preta, foi dado início a execução estrutural do canal do Rio Camaçari, focado na recuperação dos trechos.

---

<sup>54</sup>Segundo a SEINFRA, as obras de intervenção tiveram continuidade e diversas famílias que vivem no entorno da Bacia do Rio Camaçari serão beneficiadas, estando previstas a construção de 6 pontes na cidade.

Em outras localidades mais centralizadas do bairro, percebe-se a existência de imóveis valorizados, entre outras edificações bem humildes de classe média baixa, embora, ainda se encontrem espaços vazios em áreas mais distantes do bairro, que continuam sendo ocupados pela população.

No bairro Recanto das Árvores, por reivindicações dos próprios moradores, existe iluminação pública e rede de abastecimento de água em todas as residências, inclusive com ligações regulares. Diante das condições de habitabilidade dos moradores notou-se que as ruas mais próximas da avenida Luiz Gonzaga, onde funcionam alguns comércios, estão todas pavimentadas e organizadas, com aspectos de espaços projetados. No entanto, existem várias construções de casas sem alvará de licença que se situam em área de risco no entorno do Rio Camaçari, Avenida Luiz Gonzaga (Figura 20) que, sem esgotamento sanitário ou fossas sépticas, há o descarte indevido de dejetos humanos em forma de esgoto não tratado. Um dos grandes problemas enfrentados no bairro, segundo a SEINFRA.

Figura 20 – Casas no entorno do rio Camaçari na Av. Luiz Gonzaga



Fonte: Google Maps (2022).

Sobre os equipamentos urbanos e infraestrutura básica dos bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores, foram observados *in loco* e coletados dados e informações com os moradores durante a pesquisa de campo, distribuídos em sete categorias: energia e telecomunicações, serviços públicos básicos, comércio e serviços privados, saneamento básico e limpeza pública, transporte público, vias e lazer. (Quadro 2)

Quadro 2 - Equipamentos urbanos e infraestrutura básica dos bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores

Equipamentos urbanos e infraestrutura básica		Bairros	
		Nova Vitória	Recanto das Árvores
Energia e Telecomunicações	Rede de energia elétrica		
	Rede de telefonia		
	Lan house		
Serviços Públicos Básicos	Escola pública		
	Creche		
	Unidade de Saúde da Família		
	Centro de Ref. e Assist. Social - CRAS		
	Escola privada		
Comércio e serviços privados	Agência Bancária		
	Casa Lotérica		
	Farmácia		
	Mercearia		
	Panificadora		
	Loja de utilidades		
	Salão de beleza		
	Posto de combustível		
	Distribuidora de gás		
Saneamento Básico e Limpeza Pública	Abastecimento de água		
	Rede de esgotamento sanitário		
	Coleta de lixo		
	Limpeza urbana		
Transporte Público	Coletivo		
	Alternativos*		
Vias	Pavimentadas e não pavimentadas		

Lazer	Praças públicas		
	Quadra de esportes e lazer		
	Restaurante		

Fonte: pesquisa direta (2021).

Nota: as marcações escuras indicam a presença de equipamento.

\*Considerados os transportes particulares, como as Topics, os automóveis utilizados no Uber, os táxi e as mototáxi.

Elaboração: Edelzuita Batista (2021).

Observa-se que a maior ou menor concentração desses equipamentos urbanos e infraestrutura básica vai implicar no maior ou menor grau de urbanização desses bairros. Nesse sentido, distingue-se o bairro de Nova Vitória em relação ao bairro Recanto das Árvores, principalmente porque os moradores desse último precisam se deslocar para outros bairros mais próximos, em busca de atendimentos essenciais como: saúde, educação, entre outros serviços básicos. Nesse ponto, vale ressaltar a importância das associações de moradores, para reivindicar aos órgãos públicos, os direitos essenciais em prol da comunidade.

A Associação de Moradores do bairro Nova Vitória, de natureza jurídica privada, foi fundada em 24 de novembro de 2010 e tem como atividade principal a defesa dos direitos sociais e as atividades de organizações ligadas a cultura e a arte. Se tem conhecimento de várias conquistas no bairro a partir da Associação, pelas reivindicações dos moradores, como: a construção da escola de nível fundamental Centro Educacional Paulo Freire; a manutenção dos logradouros públicos; e a própria oficialização do bairro.

No entanto, como ficou percebido durante a visita de campo, o bairro Recanto das Árvores até o momento não possui uma Associação de Moradores que o represente. Segundo alguns residentes, somente conseguiram serviços de abastecimento de água nas ruas mais afastadas por reivindicação individual em fase de campanha política. Pressupõe-se que essa é uma das formas da comunidade pressionar as autoridades em prol dos seus direitos sociais.

Ainda sobre os equipamentos urbanos, algo em comum nos bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores é a ausência de ônibus urbanos, questão essa bastante discutida pela população dependente desse modal de transporte e tratada a seguir.

### **5.1.1 A mobilidade urbana de Camaçari, como um dos principais entraves da cidade**

Santos, M. (1990) evidencia a capacidade de mobilidade da população na grande São

Paulo, nas questões de transportes e moradia, verificando que existe uma relação inequívoca entre nível de renda e meios de transporte, pois um indivíduo de classe de renda baixa é mais dependente dos transportes coletivos, situação essa agravada pela expansão da cidade e fixação da população nas periferias. Essa questão abordada por Santos (1990) se reflete nos bairros de Nova Vitória e Recanto das Árvores, na cidade de Camaçari, onde a população, por unanimidade, reconhece a falta de mobilidade urbana, nas falas que se seguem:

*[...] o transporte coletivo aqui pra gente que moramos nas Travessas da Maria Meire e outras ruas mais distantes, sempre foi muito difícil, porque quando ainda tinha ônibus rodando na cidade, eles só passavam na avenida principal daqui de Nova Vitória, porque é o acesso obrigatório para chegar até o terminal no bairro Novo Horizonte; então, nas demais ruas do nosso bairro nunca tivemos ônibus circulando e quando a gente precisa fazer supermercado, levar alguém no médico, e tem dificuldade pra andar, temos que chamar um táxi, pegar UBER, ou pedir favor a um vizinho que tiver automóvel. Portanto, os ônibus coletivos para nós nunca podemos contar [...]. Quem tem carro próprio não passa por essa dificuldade, mas pra gente temos que andar a pé, ou pegar mototáxi pra chegar em casa.<sup>55</sup>*

*[...] os ônibus coletivos só passavam aqui na avenida Padre Paulo Tonicci, porque é passagem obrigatória para o bairro Novo Horizonte, então não adiantava pagar ônibus e descer no meio do caminho, um trajeto que dava pra chegar a pé, o importante seria que os ônibus circulassem nas ruas do bairro Nova Vitória, porque temos outras necessidades, e dependemos de chamar Uber, Táxi ou Mototáxi, porque os ligeirinhos não rodam aqui dentro.<sup>56</sup>*

A citada moradora, além de mencionar a falta de transporte público coletivo e questionada sobre os problemas enfrentados em termos de infraestrutura na localidade, relatou, também, a necessidade de aumentar a segurança na Travessa Maria Meire onde reside, bem como questões de limpeza urbana, serviços esses existentes nas vias principais do bairro.

Segundo uma residente da Avenida Getúlio Vargas no bairro Recanto das Árvores, a situação de transporte público coletivo no local se diferenciava bastante do bairro Nova Vitória, mas houve uma mudança posterior à Pandemia, fazendo com que duas empresas deixassem de rodar na cidade.

*[...] aqui antes da pandemia, rodava duas empresas, a Viação Cidade Industrial, e a Cooperativa COOASTAC, que fazia a linha do Centro para*

<sup>55</sup> Entrevista realizada ao Sr. J. A., morador do bairro Nova Vitória, em 15/09/2021.

<sup>56</sup> Entrevista realizada a moradora do bairro Nova Vitória, em 15/11/2021.

*o bairro da Gleba E, e passava aqui na Avenida Luiz Gonzaga<sup>57</sup> [Figura 21] que era a rota principal, mais agora, a gente depende dos ligeirinhos, taxi, Uber, e mototaxistas para se deslocar, porque não temos mais ônibus na cidade. Agora apareceu umas Topic transportando passageiros, mas não tem horário certo de passar, então a gente chama o aplicativo Uber, ou temos que ficar aguardando a vontade deles passarem aqui na avenida.<sup>58</sup>*

A falta de transporte público coletivo nos bairros faz parte do dia a dia dos seus moradores que necessitam se deslocar para outros pontos da cidade em busca de educação, serem assistidas por serviços de saúde e mesmo a trabalho. Até mesmo nos finais de semana e feriados, comentam os moradores que a situação se complica para se movimentarem a outros bairros, principalmente para pessoas com dificuldade de mobilidade e idosos, prisioneiros que ficam, de acordo com Santos, M. (1990), no seu local de residência. Como mencionado pelos entrevistados, a cidade está cada vez mais populosa e com isso a necessidade de opções de locomoção também aumenta e como alternativa ao meio de transporte público existem os transportes alternativos, que funcionam, por vezes, como auxílio ao transporte público e mesmo como substitutos dos mesmos.

Carros maiores no modelo Topic fazem transportes escolares na rede particular da cidade e, nos horários vagos, transportam passageiros para bairros distantes<sup>59</sup> – conhecidos como “ligeirinhos” –, conduzidos por pessoas desempregadas que buscam um meio de sobrevivência, ou mesmo para complementar a renda. No entanto, essa forma de conduzir passageiros, ainda é considerada clandestina<sup>60</sup> na cidade, e, segundo dizem os condutores dos veículos, sofrem repressão da fiscalização municipal, a cargo da Superintendência do Trânsito e Transportes (STT), ao coibir, diariamente, o transporte informal na cidade.

---

<sup>57</sup> Trata-se de avenida comercial, acesso principal do bairro Recanto das Árvores, que faz limite com o bairro Tancredo Neves.

<sup>58</sup> Entrevista realizada a moradora do bairro Recanto das Árvores, em 25/07/2022.

<sup>59</sup> O propósito aqui não é o de se aprofundar no Sistema de Transporte Urbano da cidade, embora ocasione transtornos diários aos moradores das áreas pesquisadas ao se locomoverem internamente no centro urbano de Camaçari.

<sup>60</sup> Na tarde do dia 10 de janeiro/2022, o gestor público municipal e o Superintendente de Trânsito e Transporte da STT se reuniram para avaliar as condições e necessidades de atender à população, dentro dos requisitos propostos pela legislação de trânsito, com a tentativa de regularização dos representantes de cooperativas e regularização do transporte alternativo na cidade de Camaçari, conhecido como ligeirinho. Publicado pela ASCOM, em 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/prefeito-elinaldo-recebe-representantes-do-transporte-ligeirinho/>. Acesso em: 21 jan.2022.

Figura 21 - Avenida Luiz Gonzaga, no bairro Recanto das Árvores



Fonte Google Maps (2022).

Atualmente, a passagem do “ligeirinho” tem o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) por passageiro, ou seja, o mesmo valor cobrado pela tarifa de ônibus, sendo o meio mais acessível para pessoas com menor poder aquisitivo. Já, pela forma de locomoção através de outros transportes alternativos, como o táxi, mototáxi ou pelo Uber, os valores são considerados exorbitantes, principalmente nos fins de semana e feriados, pela dificuldade de acesso. No caso específico do táxi ou Uber, a opção de viajar com pessoas que fazem o mesmo percurso diminui o preço da viagem por usuário. Isso garante uma economia com o combustível e menos carros rodando nas ruas diminui o trânsito.

Em entrevista a um condutor do transporte alternativo que faz os serviços do “ligeirinho”, o mesmo informou que eles não atendem ao bairro Nova Vitória, alegando que o trajeto era pequeno e não valia a pena fazer corridas para o destino, pois dava para se chegar andando. Entendendo-se que o local fica perto do centro da cidade, foi indagado ao motorista sobre aquelas pessoas que dependem do transporte urbano, principalmente as que têm mobilidade comprometida; em resposta, afirmou que esses indivíduos teriam que chamar o Uber, ou pegar um táxi, porque para os bairros considerados centralizados não existe cobertura dos alternativos. Há de se considerar que a proibição desse transporte alternativo para locais da cidade irá diminuir a oferta de serviços coletivo e individual, deixando como alternativa para o cidadão comum o automóvel individual privado.



Os automóveis particulares são utilizados por aqueles que possuem um poder aquisitivo melhor, mesmo que enfrentando sérias dificuldades relacionadas aos lugares para estacionamentos de veículos, que são disputados ao longo das vias públicas no comércio da cidade, cujo espaço é visivelmente pequeno se considerado o número de habitantes e de pessoas que vêm de municípios do entorno e que transitam no meio urbano. São espaços também disputados, diariamente, pelos condutores dos transportes alternativos. Cabe ressaltar que, em agosto de 2021, voltou a pauta das reuniões da Câmara Municipal a discussão do Plano de Mobilidade Urbana de Camaçari, atribuindo, segundo a Lei Orgânica de Camaçari, no seu Art. 94, a aplicação da cobrança de taxas para estacionamentos de alta rotatividade.<sup>61</sup>

Atualmente, enquanto a população de Camaçari acusa os transtornos causados pela falta de transporte coletivo intraurbano na cidade, algumas linhas da Univale Transportes Ltda. fazem o percurso de Camaçari para Dias D'Ávila: via BA-093 (844.URB, 845A.URB, 845A2.URB), via Polo Petroquímico (84I.URB); e a linha 889E.URB para Itapuã-SSA, via BA-099/Aeroporto.

Com base na Superintendência do Trânsito e Transportes (STT), existem três linhas que saem do Terminal de Integração Sede e Orla (Tiso) uma linha passando pela Estrada da Cetrel (BA-530), com destino à Jauá, Arembepe, Vila de Abrantes, Barra do Pojuca e Barra do Jacuípe, Guarajuba, Monte Gordo, a outra linha Circular que vai pela Estrada da Cascalheira (BA-531), percorre todas as localidades da orla marítima com roteiro de volta para a cidade<sup>62</sup>. (MAGALHÃES, 2015). Tal fato relacionado à questão de transporte coletivo configura a primazia dada à Zona Urbana da Orla Marítima do município de Camaçari. Também de Camaçari saem linhas para outras cidades baianas, como Mata de São João, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Feira de Santana, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Esplanada etc., além dos transportes interestaduais para Aracaju, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, em dias e horários específicos.

A Viação Regional de Salvador, fundada em 1995, atuou inicialmente no serviço de fretamento, transportando funcionários das Indústrias do Polo Petroquímico; após 1999

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://destaque1.com/com-indicacao-de-herbinho-vereadores-discutem-implantacao-de-zona-azul-em-camacari/>. Acesso em: 17 out. 2021.

<sup>62</sup> Outra opção, seria através da Linha Branca Cooperativa de Transporte Alternativo e Turismo Expresso que atende a localidades situadas na orla marítima da BA-099 (Linha Verde): Imbassai, Praia do Forte, Porto de Sauípe.

passou a operar, através de concessões, linhas intermunicipais e metropolitanas, servindo, dentre outras cidades do estado, à cidade de Camaçari pelas BR-324 e BA 093, até o terminal rodoviário de Salvador. Outras 2 linhas que, pela Empresa Avanço Transporte e Turismo Eireli fazem integração com as estações do metrô da cidade, durante o período de duas horas, a partir do terminal rodoviário de Camaçari são: as linhas: 808I.URB - Camaçari - Terminal Mussurunga pela Via Parafuso, e a Linha 814A. URB – Camaçari - Terminal do Retiro.

Com relação a crise no transporte intraurbano na cidade de Camaçari, a citada Viação Cidade Industrial (VCI), empresa que fazia o transporte nos bairros de Camaçari, publicou uma nota, no Diário dos Transportes, em 19 de maio de 2020, avisando aos funcionários que deixaria de operar em Camaçari<sup>63</sup>. A empresa justificava que o cenário da Pandemia motivada pela Covid 19, a impedia de permanecer atuando na cidade, e que os funcionários ativos seriam aproveitados na Empresa Expresso Metropolitano, que atua no transporte público de Simões Filho.

Logo após o desligamento da VCI a Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte (STT) de Camaçari, publicou uma nota, em 20/05/2020, autorizando à COOASTAC, em caráter provisório, assumir as linhas que eram de responsabilidade da VCI, já que operava nos demais bairros da cidade, e faria a cobertura no transporte público dos bairros: Santa Maria, Burissatuba, Ponto Certo, Bairro Novo, Camaçari de dentro, Lama Preta, os PHOCs I, II e III, Gleba E, Reserva Camassary e Parafuso<sup>64</sup>. No entanto, a Cooperativa alegava encontrar dificuldades pelos altos custos operacionais diante dos reflexos causados pela Pandemia, quando as empresas foram obrigadas a bloquear os serviços. Também argumentava que a população passou a ser atendida pelos transportes alternativos, e, como esses serviços não são regularizados, e, portanto, livres de impostos, não possuem a mesma carga tributária gerada para a Cooperativa. O impasse na prestação dos serviços de transportes coletivos estava gerado, e a população camaçariense, que depende desse modal, se manifestou através de um grupo de representantes do Coletivo Nós por Nós, Coletivo Quilombo Urbano, União da Juventude Comunista, Juventude do partido dos Trabalhadores e Partido dos Trabalhadores de Camaçari, para que a gestão pública tomasse providências, cobrando pressa no processo licitatório de contratação de empresas

---

<sup>63</sup> Viação Cidade Industrial deixa de operar em Camaçari (BA). Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2020/05/19/viacao-cidade-industrial>. Acesso em: 27 set. 2022.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://destaque1.com/cooastac-ira-substituir-linhas-de-onibus-da-viacao-cidade-industrial/>. Acesso em: 26 set. 2022.

regulares para o transporte público da cidade<sup>65</sup>. Tais agentes alegaram que serviços feitos pelas cooperativas funcionam por força do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e não atendem à população, inclusive, alguns bairros considerados próximos ao Centro da cidade ainda permanecem sem assistência de transportes, a exemplo dos bairros Nova Vitória e Natal, conhecido como Bairro da Bomba. Também não existe fiscalização em termos de controle dos serviços, e além das cooperativas que a STT cita ter autorizado para atender a população em caráter emergencial, outros veículos clandestinos continuam fazendo o transporte de passageiros na cidade.

Vale ressaltar que para a população não estar totalmente desassistida dos serviços de transporte públicos na cidade, a STT, recentemente, além da COOASTAC, disponibilizou à população os serviços da Cooperativa de Transporte Auxiliar Coplementar (COPROTAC), no modelo Sprinter, para atender as linhas antes ofertadas pelos ônibus. Esses serviços possibilita a utilização do cartão de passagens Camaçari Card por trabalhadores de empresas e estudantes<sup>66</sup>.

De certa forma, a prefeitura de Camaçari, há vários anos vem dando cobertura ao transporte de estudantes, através de Decreto Municipal e contrato firmado entre as empresas de transportes de passageiros, por intermédio da Secretaria de Serviços Públicos (SESP)<sup>67</sup>, fornecendo os serviços de Transporte Social e Universitário para a comunidade estudantil do município. Segundo a SESP, atualmente, com o retorno das aulas presenciais, existem cerca de 1.523 estudantes regularmente cadastrados no sistema atendidos pelos 60 roteiros nos turnos da manhã, tarde e noite na cidade, em Parafuso, e inclusive na orla de Camaçari, dando cobertura para estudantes de universidades públicas e privadas, além das escolas técnicas dos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho. O município também dispõe de ônibus escolares padronizados, para atender aos estudantes de nível básico nos turnos da manhã e tarde, que estudam em colégios públicos locais.

---

<sup>65</sup> Diante da contratação de empresa a Prefeitura poderia exigir, em documento protocolado junto ao Ministério Público: qualidade dos serviços, controle do número de passageiros, além da possibilidade dos debates sobre a integração da sede e orla, organização de itinerários, ampliação de frotas, dentre outros. Disponível em: <https://destaque1.com/coletivos-promovem-ato-para-cobrar-licitacao-do-transporte-publico-de-camacari/>. Acesso em: 27 set. 2022.

<sup>66</sup> A meia passagem não consta dessa modalidade de transporte e até o “Passe Livre” foi reduzido em função do pequeno espaço para passageiros, sendo que essa alternativa permanecerá até que a situação do transporte convencional seja regularizada em Camaçari.

<sup>67</sup> Transporte Universitário retoma funcionamento no segundo semestre. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/transporte-universitario-retoma-funcionamento-no-segundo-semestre/>. Acesso em: 27 set. 2022.

## 5.2 AS INTERVENÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO ESPAÇO

Grande parte das intervenções executadas e em andamento na cidade de Camaçari foram incluídas ao Programa Municipal de Urbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari<sup>68</sup>, considerada a maior obra urbanística do município e na recuperação socioambiental do Morro da Manteiga, em 2012, principalmente devido à concentração de moradias que se instalaram em locais considerados como áreas de risco e/ou proteção ambiental.

As intervenções previstas no Programa e contempladas no Projeto Básico, base da licitação das obras, são divididas em duas macrointervenções: Recuperação ambiental do Morro da Manteiga e Recuperação dos leitos e margens do Rio Camaçari e seus afluentes (Quadro 3).

Segundo informações obtidas na SEINFRA, em 2021, em função das dificuldades existentes para desenvolver projetos em áreas já consolidadas e edificadas, como nos bairros de Nova Vitória a Recanto das Árvores, houve, por decisões da PMC, a necessidade de alterações estruturais no Programa para solucionar as obras de engenharia, incrementando possíveis ajustes na poligonal de intervenção, para minimizar os impactos sociais sobre as famílias já instaladas. As obras de macrodrenagem e reurbanização foram executadas em grande parte nas áreas críticas dos bairros, para evitar enchentes e alagamentos em períodos chuvosos; a recuperação de áreas degradadas do Morro da Manteiga, de acordo com a SEINFRA, já estava acontecendo com obras de estabilização das encostas, como a implantação de biomanta, reflorestamento, pavimentação e drenagem, em vista da área possuir um solo potencialmente areno-argiloso, e, além da degradação provocada pelo assoreamento, o talude foi acometido por ações antrópicas: retirada de terra, durante vários anos por empresas da construção civil; e ocupações irregulares.

---

<sup>68</sup> Dividido em três grandes projetos: de Macrodrenagem, de Reurbanização e Complementares. O primeiro compreende as intervenções necessárias para a recuperação do leito e margens dos rios que integram a bacia hidrográfica; o Projeto de Reurbanização compreende obras ao longo dos cursos dos rios, abrangendo a execução de vias, ciclovias, pontes, pontilhões e equipamentos urbanos, tendo como foco a proteção das margens ribeirinhas contra novas ocupações irregulares, além da melhoria da mobilidade urbana e da implantação de equipamentos de lazer para a população; os Projetos Complementares abrangem equipamentos, como: CRA's; instalações hidrossanitárias; rede de abastecimento de água; rede de esgotamento sanitário; proteção, contenção e estabilização do solo; e revitalização do Horto Florestal.

Quadro 3 – Programa Municipal de Urbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari: intervenções urbanísticas

Recuperação ambiental do Morro da Manteiga	Recuperação dos leitos e margens do Rio Camaçari e seus afluentes
<p>Demolição de 173 edificações;</p> <p>Implantação de via de contorno ao redor do Morro da Manteiga, de modo a evitar novas retiradas de materiais e construções irregulares em direção ao morro;</p> <p>Restauração de taludes erodidos, de forma a ter uma configuração geométrica com patamares e taludes estabilizados e revestidos com cobertura vegetal;</p> <p>Implantação de sistema de drenagem superficial, para permitir o controle e disciplinamento do escoamento das águas de chuvas, evitando-se assim erosões nos trechos de fortes declividades e consequente assoreamento no corpo receptor natural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Macrodrenagem do Rio Camaçari e seus afluentes, com as seguintes obras:</b> dragagem dos leitos do Rio Camaçari e afluentes, visando a recuperação do curso natural, limpeza e despoluição; tratamento e revestimento das margens dos leitos recuperados; contenção de taludes nos canais dos rios, com revestimentos.</li> <li>• <b>Reurbanização das Margens do Rio Camaçari e seus afluentes, através das seguintes obras:</b> demolição de 1.736 edificações de famílias que moravam ao longo das margens dos rios e áreas de APP's; recuperação da mata ciliar e da vegetação das APP's; implantação de projeto paisagístico adotado pela PMC, que utiliza espécies nativas da região; implantação de infraestrutura de mobilidade urbana, como avenidas, ciclovias e passeios de pedestre em toda sua extensão, interligando-a com a malha viária existente na cidade e, criando soluções e alternativas para a melhoria do tráfego e sistema viário da sede do município; reurbanização das margens dos rios com a implantação de praças, criando espaços de convivência para a comunidade; implantação de equipamentos de esporte e lazer e de estacionamentos ao longo das vias marginais para atendimento aos espaços de convivência criados; construção de pontes a fim de melhorar o tráfego de veículos e de pontilhões para os pedestres; adequação da microdrenagem e sistema de esgotamento sanitário das edificações.</li> </ul>

Fonte: BRASIL (2014).

Citam os moradores ribeirinhos ao Rio Camaçari, no bairro Nova Vitória, que as obras não foram finalizadas no trajeto da Travessa Maria Meire (Figura 22), e reclamam do desconforto causado pelo esgoto *in natura* lançado no rio sem o esgotamento sanitário, assim como dos alagamentos e enchentes em períodos chuvosos, mas, segundo informações da SEINFRA, nessa área, as obras estão sendo retomadas aos poucos.

No bairro Recanto das Árvores a situação se repete, com as mesmas queixas dos moradores do bairro Nova Vitória. A PMC realiza a limpeza do canal do Rio Camaçari, sempre que necessário, através dos serviços de macrodrenagem: desassoreamento (limpeza e remoção de areia, sedimentos ou outros detritos acumulados no fundo dos cursos d'água), retirando o lixo depositado irregularmente; capinação, limpeza do solo, dentre outros, para permitirem o livre escoamento das águas pluviais. (BRASIL, 2014)

Figura 22 - Trecho do Rio Camaçari na Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória



Fonte: <https://www.cn1.com.br/noticias>.

Na Avenida Luiz Gonzaga (Figura 23), via principal do bairro, existem muitas residências instaladas nas margens do rio, que contaram com o apoio ao desenvolvimento das ações da parte social realizada por técnicos da PMC para reassentamento e indenização das famílias afetadas, e consequente liberação de frentes de obra (BRASIL, 2014), mas, segundo os próprios moradores entrevistados, alguns já receberam a visita técnica de engenheiros da Prefeitura, mas nenhuma decisão foi tomada até o momento.

Figura 23 - Trecho do rio Camaçari na Av. Luiz Gonzaga - bairro Recanto das Árvores



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

É fato que dificuldades são encontradas em obras que envolvem reassentamentos e indenizações (e correspondentes acordos financeiros), além dos problemas inerentes à conscientização da população sobre a necessidade de realocação. Mais ainda, a obra em questão teve de lidar com o surgimento de novas ocupações na poligonal de intervenção e invasão de imóveis desocupados, que gerou atrasos no seu andamento (BRASIL, 2014).

Ainda segundo os residentes do bairro, as obras de requalificação estão atrasadas e convivem não só com o odor do esgoto, como com os objetos indevidos descartados pela população no canal do rio – entulhos, animais mortos –, além da presença de cobras e insetos nocivos à saúde humana. Com diálogo diferenciado, a SEINFRA afirma que fazem obras de manutenção preventiva nos trechos do Rio Camaçari e afluentes, como, limpeza de canais e córregos, serviços de roçagem e drenagem, com o intuito de evitar enchentes e alagamentos, em pontos críticos dos bairros, como na Rua do Toco no bairro Recanto das Árvores e Travessa Maria Meire no bairro Nova Vitória.

O relatório da obras (BRASIL, 2014) indicou, na época, a sua criticidade: quantitativos foram modificados de forma relevante; trechos da obra foram suprimidos; e as alterações ao projeto não foram suficientes para a conclusão dos serviços (BRASIL, 2014). Ficam evidentes, assim, os problemas gerados pelas deficiências de planejamento e gerenciamento de uma obra de extrema relevância para a cidade/município de Camaçari.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse último capítulo retrata a concepção dos moradores dos bairros de Nova Vitória a Recanto das Árvores – escolhidos para o estudo –, em relação aos problemas de infraestrutura existentes nos locais de residência, bem como situações decorrentes de ações públicas, que envolvem o imóvel. Isso foi possibilitado por meio das informações coletadas no trabalho de campo através da aplicação de questionários *in loco*. A análise das informações demonstrou que são graves os problemas socioambientais nos bairros desses moradores, diante da grande demanda ainda não solucionada pelo poder público municipal.

### 6.1 OS BAIRROS NOVA VITÓRIA E RECANTO DAS ÁRVORES

Em termos metodológicos, o trabalho de campo foi dividido em 2 (duas) etapas, sendo a primeira voltada à aplicação de entrevistas/questionários no bairro Nova Vitória e a segunda no bairro Recanto das Árvores, considerando os residentes, integrantes e/ou representantes de associações comunitárias, bem como aquelas pessoas que tinham alguma representatividade no local.

Na primeira etapa, devido a extensão/conformação do bairro Nova Vitória e por apresentar uma população com características diversificadas, a aplicação dos questionários de entrevistas ocorreu em 2 (dois) locais distintos, segundo o perfil social dos entrevistados: na Av. Padre Paulo Maria Tonicci (Figura 24), passagem obrigatória de acesso ao bairro, onde estão concentrados os comerciantes de pequeno porte, a entrevista foi realizada entre 15/09 a 20/09/2021; e na Travessa Maria Meire e transversais, onde a situação dos moradores é distinta pela vulnerabilidade social<sup>69</sup>, entre 10/11 a 15/11/2021. (Figura 25) Na última etapa da pesquisa de campo, voltou-se a aplicar os questionários de entrevistas à população do Bairro Recanto das Árvores, no período de 15/07 a 21/07/2022, por ser uma área menor se comparada ao bairro Nova Vitória, mas, sendo que a situação social dos moradores se equipara à dos residentes da Travessa Maria Meire e adjacências. O público alvo dessas localidades situa-se na faixa etária de 40 a 65 anos. Através dessas escolhas, pode-se ter exemplos de respostas ao questionário que atendeu aos objetivos propostos da dissertação, inclusive para se estabelecer um diálogo com informações obtidas em órgãos públicos.

---

<sup>69</sup> Conceito multidimensional relativo à condição de fragilidade material ou moral de indivíduos diante dos riscos produzidos pelo contexto econômico-social, como condições precárias de moradia e saneamento.



Figura 24 – Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória



Fonte: <https://www.cn1.com.br/>.

Figura 25 – Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória



Fonte: acervo de Edelzuita Batista (2022).

Almejando-se, ainda, um resultado que atendesse aos objetivos da pesquisa, optou-se em aplicar os questionários aos moradores mais antigos dos bairros que tivessem alguma representatividade local, o que totalizou 60 pessoas entrevistadas. Ressalta-se que as questões abertas (APÊNDICE A) permitiram aos residentes falar livremente sobre suas experiências de vida e tecer opiniões sobre os bairros, inclusive com oportunidade de se

manifestarem com relação às condições de moradia. Busca-se, então, a seguir, demonstrar as observações e informações coletadas que se diferenciaram (GIL, 2012) em cada local de pesquisa.

Ao serem questionados sobre o motivo e há quanto tempo residem nos bairros, os entrevistados relataram que:

*[...] quase todos os moradores daqui, são pessoas que vieram de outros interiores ou de estados diferentes, mas tem gente daqui de Camaçari também, e já estamos a cerca de 30 anos nesse local, sendo que, a principal motivação, foi a atração por oportunidade de trabalho, e morávamos de aluguel.<sup>70</sup>*

*[...] quase todos os moradores daqui das travessas da Maria Meire escolheram a localidade por falta de opção, e morávamos de aluguéis, muitos sobrevivem de bicos e do auxílio do governo.<sup>71</sup>*

*[...] viemos de outros lugares, em busca de oportunidades entre os anos de 1989 e 2000, e assim como outros moradores, optamos pela forma mais fácil para conseguir a moradia.<sup>72</sup>*

*[...] muitos dos que estão por aqui são nativos de Camaçari e consideraram como oportunidade de conquistar a casa própria, e já estão no mesmo endereço há muitos anos.<sup>73</sup>*

*[...] morávamos no bairro da Gleba B, num terreno ilegal e a chuva destruiu a moradia, a prefeitura doou o imóvel aos desabrigados.<sup>74</sup>*

*[...] compramos a casa de terceiros, porque pagávamos aluguel.<sup>75</sup>*

Percebe-se a nítida distinção na fala do morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória, tanto em relação ao anterior local de moradia das pessoas do lugar, quanto à questão de oportunidade de emprego e moradia. Os demais residentes da Travessa Maria Meire e bairro Recanto das Árvores falaram da “*falta de opção de moradia*” – condição oferecida àqueles com maior poder de renda –, “*forma fácil de conseguir moradia*”, da “*doação dos imóveis*” pela Prefeitura de Camaçari, ou da importância de *terem “saído do aluguel”*, o que indica a fragilidade socioeconômica desses moradores.

<sup>70</sup> Entrevista em 15/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>71</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>72</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>73</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>74</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>75</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

Os entrevistados demonstraram, também, a satisfação ou insatisfação ao residirem nessas localidades. Para os comerciantes da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória a situação é controversa:

*[...] sabemos que as coisas não estão sendo fáceis, mas em termos de moradia estamos satisfeitos com a localização porque fica na via principal e conseguimos tocar nossos negócios.<sup>76</sup>*

*[...] não me sinto confortável aqui no bairro, pois vim do Estado de Alagoas e estou aqui a 30 anos. Consegui esse terreno como a maioria das pessoas dessa área, mas quase todos dessa localização se encontram na mesma situação que eu, porque construí com muito esforço, e, no entanto, ninguém me falou na época que essa área era imprópria; continuei pagando meu IPTU e agora estou aguardando o desfecho judicial para ver onde irei morar, pois a quantia que me ofereceram não cobre o valor que eu investi aqui e sou uma das primeiras moradoras dessa travessa. Tenho um pequeno negócio aqui na via principal, mas até o momento as obras do rio estão paradas aguardando o resultado das indenizações.<sup>77</sup>*

Para os demais moradores que não sobrevivem do comércio local, observa-se algum conformismo com a situação dos bairros, pois alguns manifestam gostar de residirem no local, mesmo sem terem as condições básicas de vida.

*[...] apesar da carência de oportunidades, a gente gosta de morar aqui, porque já estamos acostumados e foi onde conseguimos abrigo para não pagar aluguel, pois não havia condições para comprar um terreno e construir.<sup>78</sup>*

*[...] Nem todos daqui dessa área estamos satisfeitos com as condições que moramos, pois aqui na Travessa Maria Meire nem todo mundo tem acesso à rede de esgoto e muitos moradores ainda não regularizaram o fornecimento de água e energia.<sup>79</sup>*

*[...] gostamos do nosso bairro, pois foi aqui que conseguimos nossa casa, mais precisa melhorar muita coisa: não temos esgoto, falta transporte, não temos escola e o rio virou esgoto a céu aberto.<sup>80</sup>*

Ao serem questionados acerca da aquisição do terreno ou como compraram o imóvel, os entrevistados, de forma geral, referem-se: a um histórico da cidade quanto à questão das

<sup>76</sup> Entrevista em 15/09/2021, a comerciante da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>77</sup> Entrevista em 15/09/2021, a morador de rua transversal à Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória, entre outros que deverão mudar de residência por conta das obras do Rio Camaçari.

<sup>78</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, em Nova Vitória.

<sup>79</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, em Nova Vitória.

<sup>80</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

“ocupações irregulares” (ver sub-capítulo 2.2 e capítulo 5); “ganharam terrenos” da Prefeitura, “compraram na mão de terceiros” ou “pagam aluguel”.

*[...] por volta do ano de 1986 quando cheguei aqui, já moravam algumas pessoas nesse local, e a prefeitura conseguiu fazer a retirada das famílias, com promessas de doar outro terreno para a gente construir, mas o tempo foi passando e não fomos procurados. Quando chegou na época das eleições municipais de 1988, surgiu uma conversa na cidade, que esse mesmo terreno seria liberado para habitação de baixa renda e o povo começou a chegar de outros lugares, inclusive dos bairros daqui de Camaçari mesmo, porque muita gente morava de aluguel e era a oportunidade de ter a casa própria<sup>81</sup>.*

*[...] muitas pessoas chegaram depois, e conseguiram comprar imóveis na mão de terceiros, ou mesmo alugar, mas também tem muita gente daqui de Camaçari que aproveitou a oportunidade.<sup>82</sup>*

*[...] quase todos daqui dessa comunidade, assim como nas outras partes do bairro, conseguiram os terrenos através de ocupações.<sup>83</sup>*

*[...] outras pessoas compraram em mãos de terceiros, ou adquiriram através de herança, ou mesmo pagam aluguel.<sup>84</sup>*

*[...] ganhamos o terreno da Prefeitura, morava num casebre muito humilde<sup>85</sup>*

*[...] morava num terreno baldio, me cadastrei na SEOSP e ganhei a casa.<sup>86</sup>*

*[...] compramos de terceiros porque pagávamos aluguel”<sup>87</sup>*

Uma das questões suscitadas na pesquisa refere-se à questão fundiária quando residentes no Bairro Recanto das Árvores ainda não possuem a titulação dos terrenos adquiridos, mas, como a pergunta se estendeu aos dois bairros, incluindo o de Nova Vitória, obteve-se as seguintes respostas dos comerciantes desse bairro:

*[...] que eu saiba, quase todos os comerciantes dessa rua já foram cadastrados, na prefeitura, e tem alvará de funcionamento, e pagam seus impostos.<sup>88</sup>*

<sup>81</sup> Entrevista em 15/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>82</sup> Entrevista em 15/09/2021, a comerciante da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>83</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>84</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>85</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>86</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>87</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>88</sup> Entrevista em 15/09/2021, a comerciante da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

*[...] creio que muitos desses já estão de posse da escritura de seu imóvel, a não ser aqueles que ainda não tiveram condições de fazer a averbação legal junto à prefeitura.<sup>89</sup>*

Ou seja, mesmo de forma subliminar, os comerciantes dessa importante avenida do bairro Nova Vitória, afirmam ter a titulação dos seus imóveis, enquanto, moradores da Travessa Maria Meire, no mesmo bairro, e outros do bairro Recanto das Árvores revelam a dificuldade de obterem o título de posse dos seus imóveis.

*[...] por falar sobre documentação de posse dos terrenos, nessa área da Travessa Maria Meire, nenhum de nós temos documentos ainda.<sup>90</sup>*

*[...] nós ficamos sabendo, que alguns moradores do conjunto Boa Esperança, aqui perto do morro, já tem o documento.<sup>91</sup>*

*[...] mas aqui desse lado, quando a gente precisa de algum comprovante de endereço, procuramos a Unidade de Saúde da Família, por que eles estão em contato com a gente direto.<sup>92</sup>*

*[...] sim, temos um documento que a SEOSP nos deu, mais não vale como escritura legal<sup>93</sup>*

*[...] temos recibo de compra e venda do terreno<sup>94</sup>*

No sentido de complementar a questão, os moradores foram perguntados se existe alguma taxa ou imposto cobrado pelo poder municipal, quanto ao seu imóvel. Coerentemente, os comerciantes da Av. Padre Paulo Maria Tonicci pagam ao IPTU, apesar de colocarem a “*difícil situação financeira*” que se encontram. Já os moradores de renda baixa da Travessa Maria Meire no bairro Nova Vitória e no bairro Recanto das Árvores afirmam “*não terem despesas com impostos*”, mas, nada têm a dever ao município, haja vista que a Lei Orgânica Municipal de Camaçari lhes facultam esse direito.

*[...] a gente sabe que precisamos pagar o IPTU e todos dessa área estamos cadastrados, apesar da situação financeira está difícil, fazemos sacrifício pra pagar.<sup>95</sup>*

<sup>89</sup> Entrevista em 15/09/2021, a comerciante da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>90</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>91</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>92</sup> Entrevista em 10/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>93</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>94</sup> Entrevista em 12/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>95</sup> Entrevista em 20/09/2021, a comerciante da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

*[...] por aqui, nenhum morador tem despesas com impostos, pois a maioria dessa comunidade depende de benefícios do governo, e fazem arranjos para completar a renda.<sup>96</sup>*

*[...] aqui nesse bairro ninguém paga imposto ainda.<sup>97</sup>*

Com o intuito de saber a visão dos entrevistados sobre os bairros de moradia, perguntou-se quais as mudanças significativas no local, após eles terem construído ou adquirido o seu imóvel. Referiram-se, principalmente, às obras do Programa Municipal de Urbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari que vêm sendo realizadas pela Prefeitura, “através de apelo da população”, mas não deixaram de falar da inconclusão da obra e a situação ainda vivenciada com questões de infraestrutura:

*[...] muita coisa mudou em termos de transformações nessa área, pois antigamente a paisagem era desolada, humanamente falando deixava a desejar.<sup>98</sup>*

*[...] a prefeitura vem trabalhando com apoio do governo federal, investindo em obras de infraestrutura, o que melhorou bastante.<sup>99</sup>*

*[...] inclusive através de apelo da população, e quem conheceu o passado do bairro, pode perceber as mudanças, sabemos que ainda não está 100% das obras concluídas, mas já melhorou muito.<sup>100</sup>*

*[...] sobre as transformações nessa área, não podemos contar com muita coisa, pois ainda falta rede de esgoto sanitário e concluir as obras de infraestrutura e, principalmente, a requalificação do rio, pois quando chove forte a rua fica intransitável.<sup>101</sup>*

*[...] os problemas mais discutidos nessa área é a requalificação do rio que ainda não ficou concluída e o esgoto continua a céu aberto, causando odor e susceptibilidade a doenças.<sup>102</sup>*

*[...] a ausência de rede esgoto e pavimentação ainda não chegou até aqui. Quando chove vira lama, a presença de insetos e pernilongos por causa do rio.<sup>103</sup>*

<sup>96</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>97</sup> Entrevista em 25/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>98</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>99</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>100</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>101</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>102</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova vitória.

<sup>103</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova vitória.

*[...] sentimos a falta do transporte urbano por causa da distância, já tem um trecho de outras ruas aqui perto que botaram a rede de esgoto, mas estava obstruída por falta de manutenção.<sup>104</sup>*

Em termo de infraestrutura os moradores na Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória, não relataram muitas queixas, enfatizando que a “*rede de esgoto foi implantada*” na avenida e os “*problemas sanitários reduziram*”, mas almejam que as obras do rio sejam finalizadas pelo poder público para evitar as enchentes e alagamentos. Já os habitantes da Travessa Maria Meire, no mesmo bairro, se referem às questões a serem resolvidas, como: “*os serviços de transporte urbano*”, “*a segurança pública*”, “*limpeza da rua*” e “*realocamento dos imóveis*”. No bairro Recanto das Árvores a situação se repete:

*[...] sobre alguns problemas enfrentados aqui no bairro [...], em termos de infraestrutura, [...] existem mais conformidades do que queixas.<sup>105</sup>*

*[...] depois que implantaram a rede de esgoto aqui na rua principal, os problemas sanitários reduziram, mais ainda existem alguns pontos que não tem. Outra situação mal resolvida são os alagamentos das ruas quando chove, porque o rio transborda, porque ainda não terminaram as obras; e também de mais segurança pública<sup>106</sup>.*

*[...] a gente deseja muito que os governantes terminem a obra do rio, para sanar os problemas dos esgotos por causa do mau cheiro, e preservação da nossa saúde, regularização do saneamento.<sup>107</sup>*

*[...] melhorar os serviços de transporte urbano, aumentar a segurança pública e cuidar da limpeza da rua, pois só atendem nas vias principais do bairro<sup>108</sup>.*

*[...] continuamos na esperança, que os governantes resolvam o quanto antes, o problema da remoção dos moradores daqui dessa área, para um local mais seguro<sup>109</sup>.*

*[...] existem algumas ruas com calçamento muito ruim, não temos transportes, e as pessoas jogam animais mortos no rio, e outros objetos, tem algumas ruas as escuras.<sup>110</sup>*

<sup>104</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova vitória.

<sup>105</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>106</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>107</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>108</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>109</sup> Entrevista em 15/11/2021, a morador da Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória.

<sup>110</sup> Entrevista em 25/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.

Qual é o seu maior desejo, como morador desse local? A essa pergunta, os moradores voltaram a revelar, mais uma vez, a realidade dos bairros em relação à infraestrutura básica e serviços de transporte público, aqui tratados no Capítulo 5 e enfatizados pelos entrevistados, principalmente para os que residem em áreas adjacentes à Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória, e aqueles do bairro Recanto das Árvores, conforme verificado:

*[...] sobre o maior desejo como morador, a falta de ônibus para a gente que ficamos na avenida principal não faz tanta diferença, mas as pessoas que moram em áreas distantes e tem dificuldade de locomoção, aí fica complicado.<sup>111</sup>*

*[...] os moradores têm que se deslocar a pé, ou pegar algum tipo de transporte seja mototáxi, Uber ou táxi, pois aqueles que possuem veículos ou moram mais perto não sentem tanta dificuldade.<sup>112</sup>*

*[...] nosso maior desejo é ver o rio limpo, as ruas mais iluminadas, escolas públicas, transporte coletivo, praça e lazer que não existe.<sup>113</sup>*

Enquanto o espaço social urbano impõe condições de residência, de lazer – como retrata a entrevistada do bairro Recanto das Árvores –, e condições mínimas de se viver bem (SANTOS, 2006[1996]), outra moradora do bairro revela sua insatisfação diante dessas condições: “[...] meu maior desejo é ir embora daqui, pra tentar a vida em outro lugar.”<sup>114</sup>

Aqui a segregação socioespacial se define no espaço social da cidade de Camaçari, onde indivíduos com renda superior se concentram em locais mais centralizados, enquanto as camadas de renda baixa ocupam irregularmente áreas periféricas buscando disputar os mesmos recursos urbanos. (RIBEIRO, 2018 [1947]; ALVES, 2018

---

<sup>111</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>112</sup> Entrevista em 20/09/2021, a morador da Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória.

<sup>113</sup> Entrevista em 25/07/2021, a morador do bairro Recanto das Árvores.

<sup>114</sup> Entrevista em 25/07/2022, a morador do bairro Recanto das Árvores.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das ações municipais/estaduais por meio de programas e projetos habitacionais voltados à moradia popular na cidade e município de Camaçari, fica explícito o desinteresse dos gestores públicos na efetiva atuação de políticas de cunho social. Essa realidade sendo constatada com os moradores dos bairros pesquisados que ainda necessitam de apoio do Estado, diante de certos problemas habitacionais que perduram há décadas.

Decerto, houve melhorias significativas nos últimos anos em Camaçari, inclusive após a implantação das legislações municipais, particularmente com a inserção da política habitacional e a atualização na lei da Regularização Fundiária do município, seguida dos parâmetros federais para que as normas sejam obedecidas, no entanto, os trabalhos desenvolvidos ainda não foram suficientes para atender às necessidades de grande parte da população carente que faz parte da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), dos bairros de Nova Vitória e, especialmente, o do Recanto das Árvores.

Há de se convir que o efeito do processo de industrialização e metropolização em Camaçari teve grande influência no acréscimo populacional, sendo esse um aumento expressivo que esteve condicionado à ocupação coletiva espontânea e/ou irregular na cidade, preocupando a administração municipal que providenciou, na época, conter o crescente processo de apropriação (SOUZA, 2000), à revelia das normas urbanísticas, cujo efeito foi a expansão territorial urbana e consequente periferização da cidade. (SPOSITO, 2015)

De outro modo, o apoderamento de terras alheias é uma prática antiga e ilegal (MARICATO, 1999), portanto, não é um fato isolado ou exclusivo da cidade de Camaçari. Contudo, o que despertou a atenção sobre o fato, certamente foi a atitude da administração municipal procurando conter o crescente processo de apropriação irregular, pois nunca houve conflitos expressos. Projetos foram realizados desde a elaboração do Plano Piloto Municipal, ainda na fase de instalação do COPEC, onde áreas que atualmente se situam os bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores já estavam inseridas, bem antes das ocupações irregulares. Nesse período, a fiscalização por parte da administração e as políticas públicas praticamente não funcionavam, destacando-se a ocupação diferenciada que aconteceu no bairro Recanto das Árvores, com o consentimento do governo municipal. Já a situação das ocupações iniciais no bairro Nova Vitória aconteceu com conflitos entre a população e o poder público municipal, entretanto, essa fase vem sendo parcialmente superada, depois que os moradores passaram a lutar por melhorias e valorização da área, a exemplo da

oficialização do bairro acontecida em 2015, fato esse aguardado por aqueles que se sentiam discriminados perante a antiga denominação depreciativa do bairro – “favela da rodoviária”. Desde então, a partir de quando a Prefeitura removeu famílias para outras áreas, novas configurações sociais aconteceram do espaço, sendo relatadas modificações por aqueles que anteriormente tiveram a oportunidade de presenciar a falta de urbanização local, diante do descaso e ausência de políticas públicas.

Ressalta-se, aqui, a preferência dada pelos gestores públicos locais ao bairro Nova Vitória, quando o bairro Recanto das Árvores tinha os mesmos direitos, em relação ao bairro Recanto das Árvores, considerando-se que as ocupações ocorreram de forma similar e na mesma época. Essa situação não foi averiguada com os órgãos públicos, mas, subliminalmente, questões podem ser levantadas, principalmente àquela pertinente às localizações dos bairros na cidade – o primeiro em área central e o segundo em área periférica.

Nova Vitória encontra-se na entrada da cidade e nas proximidades do Centro Administrativo, além do que é margeado pela Avenida Jorge Amado, onde se instalaram as empresas do Polo de Apoio e o Open Center Camaçari – o “cartão postal” da cidade –, áreas essas as mais valorizadas do bairro. A via de acesso principal do bairro – Avenida Padre Paulo Maria Tonicci – é também bem valorizada. Nela se instalaram pequenos comércios e residências de pessoas com poder aquisitivo maior ou que adquiriram imóveis de terceiros e passaram a sobreviver da renda dos alugueis. Associada às rendas diferenciadas da sociedade a morfologia social/espacial da cidade se revela (CARLOS, 2013; RIBEIRO, 2018 [1947]; ALVES, 2018) com imóveis de famílias de várias gerações que se instalaram no local, justapostos a condomínios fechados de classe média/alta, a exemplo do Vila Vitória.

Indicando a segregação socioespacial residencial existente no próprio bairro de Nova Vitória, as áreas críticas se encontram mais afastadas do centro, principalmente na Travessa Maria Meire e adjacências, e nas imediações do Morro da Manteiga, área extensa onde se concentra grande parte das pessoas de baixa renda. Nesses locais, apesar de os moradores se queixarem das condições precárias de moradia, a SEHAB assegura que várias famílias já foram beneficiadas através da construção do conjunto de casas Parque Boa Esperança ou cadastradas pelo Programa Habitar/BID, entre outros que foram realocados para condomínios do programa MCMV, em outros bairros. A Secretaria também sustenta a continuidade das intervenções urbanísticas no local, através do Programa Municipal de Urbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari, e não deixa de mencionar nas entrevistas

que a população já foi beneficiada com a regularização da documentação, possibilitando o direito da titularização dos imóveis, situação essa assegurada na Lei nº 1.596/2019 da REURB, apesar das exigências do “Papel Passado”, e, também controversa quando se reconhecem os entraves burocráticos quando da regularização fundiária em Camaçari. (OLIVEIRA, 2020) Fato que condiz com os dados da SEFAZ, pois apenas parte (30%) da população do bairro de Nova Vitória paga o IPTU, ou seja, que não possui a titularização do imóvel para que isso aconteça.

Para os moradores do bairro Recanto das Árvores, a situação da legalização dos imóveis, continua sendo uma incógnita até o momento, pois não existem dados referentes aos andamentos de processos para obtenção de escritura pública; informações verbais obtidas nos órgãos públicos sequer indicaram entraves que estão interferindo da lentidão dos processos: a SEHAB comunicou que a *“tramitação dos mesmos ainda estava parada, mas que em breve serão retomadas”*; para a SEDUR e SEFAZ, os moradores do bairro se tornaram cidadãos *“invisíveis”* da cidade, a partir do momento que ainda não existem dados dessa população nos sistemas computacionais da Prefeitura de Camaçari. Enquanto isso, os moradores do bairro confirmaram nas entrevistas que nunca foram cadastrados pelos órgãos da Prefeitura, e, logicamente, não pagam o Imposto Predial. Mas a questão principal fica em aberto: quando os moradores do bairro Recanto das Árvores vão ter assegurado o título das suas propriedades e os mesmos direitos urbanísticos obtidos no bairro Nova Vitória?

Quanto a última questão, constatou-se que as áreas mais priorizadas pelos gestores públicos, em termos de infraestrutura e recursos básicos, se encontram no bairro Nova Vitória, embora a tentativa infrutífera de se identificar, junto a SEINFRA, a quantidade aproximada das obras executadas em cada bairro, suas localizações, períodos, departamentos e, inclusive, a gestão em que as obras foram executadas. Contudo, fica evidente essa prioridade quando se comparam as ações diferenciadas do poder público nos bairros, o que revela um maior grau de urbanização – em equipamentos urbanos e infraestrutura básica – no bairro Nova Vitória, em relação ao bairro Recanto das Árvores, onde seus moradores são ainda carentes de serviços essenciais como saúde e educação, disponíveis aos residentes de Nova Vitória.

Logicamente, há o interesse da Prefeitura de Camaçari em fazer investimentos, benfeitorias e serviços, em locais mais valorizados da cidade em função da arrecadação municipal, o que atrai, cada vez mais, grupos sociais de renda mais alta da população, enquanto os mais pobres ficam relegados às áreas pior localizadas e mal servidas dos

serviços sociais coletivos. Desconhece-se o “espaço do cidadão”, obstante sua localização (SANTOS, 1993 [1987]) e o Estado vai “esquecendo” desses locais onde residem as pessoas pobres, independente da sua localização na cidade – centro ou periferia –, pois uma das principais dificuldades dos moradores dos bairros Nova Vitória e Recanto das Árvores refere-se à questão dos transportes coletivos, evidenciando uma indiscutível relação entre nível de renda e meios de transporte. (SANTOS, 1990)

Finalmente, considera-se que medidas visando a redução da segregação socioespacial e residencial em localidades caracterizadas por ocupações irregulares na cidade de Camaçari-BA são necessárias, e deveriam ocupar um lugar de destaque no âmbito das políticas públicas. As leis que regem o município – o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), o Código Urbanístico e Ambiental, a Política Habitacional de Camaçari, o Plano Municipal de Habitação, o Programa Regularização Fundiária do Município (REURB) – são claras o suficiente para o estabelecimento de políticas públicas sociais em prol da população carente. Evidentemente, precisam ser efetivadas.

Como proposta aos moradores do bairro Recanto das Árvores, fica a sugestão da implementação de uma Associação de Moradores, para que haja uma representatividade da comunidade local, e, assim, poder recorrer aos órgãos públicos em busca de melhorias para o bairro em termos de equipamentos e infraestrutura básica, a exemplo do que ocorreu no bairro Nova Vitória.

## 8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. de. Desenvolvimento regional e industrialização/Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Salvador: Sistema FIEB, 2013. 404p. (Série FIEB 2).

ALVES, G. A. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A; SANTOS, C. S; ALVAREZ, I. P. (Org.). **Geografia Urbana Crítica – Teoria e Método**. São Paulo: Contexto, 2018.

ARAÚJO, T. B. de. A 'questão regional' e a 'questão nordestina'. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 55-70.

BAHIA Lei Estadual Nº 1.422, de 04/08/1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31308&view=detalhes>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E.; OLIVEIRA, F. de. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1982.

BRANDÃO, M. A. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, outubro-dezembro, Salvador, 1985.

BRASIL. NORMA BRASILEIRA ABNT 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: [https://emap.fgv.br/sites/default/files/2021-05/abnt\\_nbr\\_9050\\_.pdf](https://emap.fgv.br/sites/default/files/2021-05/abnt_nbr_9050_.pdf). Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm). Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Fiscalização em Municípios. Relatório de Fiscalização, Camaçari.pdf – Adobe Acrobat Reader DC, 2014.

BRASIL. Lei Complementar Nº 14 de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza 1969. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=14&ano=1973&ato=f08AT TU5EenRVT49c>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária

e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13465-11-julho-2017-785192-norma-regularizada-pl.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRITO, C. C. T. A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p.

CAMAÇARI. Lei Nº 1.550 de 28 de junho de 2018. Cria o Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e gratuita no âmbito da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil para Habitação de Interesse Social denominado “Escritório Público”, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2018/155/1550/lei-ordinaria-n-1550-2018-cria-o-programa-municipal/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei nº 1.551 de 28 de junho de 2018. Cria o Programa Municipal de Melhorias Habitacionais de Interesse Social denominado “CASA MELHOR”, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2018/155/1551/lei-ordinaria-n-1551-2018-cria-o-programa-municipal>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei Complementar Nº 913/2008 de 03 de dezembro de 2008. Institui o Código Urbanístico e Ambiental do Município de Camaçari, revoga as Leis Municipais nº. 52, de 23 de dezembro de 1976, nº. 301, de 01 de julho de 1994, nº. 495, de 28 de dezembro de 2000, Lei nº. 722, de 16 de fevereiro de 2006 e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/legislacao/0409140209051.pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei Nº 1.137 de dezembro de 2010. Aprova a Política Habitacional de Camaçari e o Plano Municipal de Habitação, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2010/114/1137/lei-ordinaria-n-1137-2010-aprova-a-politica-habitacional-de-camacari-e-o-plano-municipal-de-habitacao-e-da-outras-providencias-2021-04-30-versao-consolidada>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMAÇARI. Av. Padre Paulo Maria Tonicci, no bairro Nova Vitória em obras. Disponível em: <https://www.cn1.com.br/noticias/10/78842,moradora-reclama-de-obra-nas-calcadas-da-nova-vitoria-estao-entupindo-os-esgotos.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CAMAÇARI. Camaçari notícias. Trecho do Rio Camaçari na Travessa Maria Meire, no bairro Nova Vitória. Disponível em: <https://www.cn1.com.br/noticias/10/86759,morador-da-nova-vitoria-diz-que-esgoto-e-lancado-em-rio-mas-taxa-e-cobrada-pela-embasa.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

CAMAÇARI. Casas no entorno do rio Camaçari na Av. Luiz Gonzaga. Disponível em: <https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0x71669ade8aa2f73%253A0xfadacfa461dd48c2!3m1!7e115!4s%252Fmaps%252Fplace%252Fgoog>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAMAÇARI. Decreto-Lei Nº 1.225 de 22 de junho de 1972. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias e Camaçari, todos do Estado da Bahia e dá

outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11225.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11225.htm). Acesso em: 18 set. 2021.

CAMAÇARI. Imagem da Avenida Luiz Gonzaga, no bairro Recanto das Árvores. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0x71669ade8aa2f73%253A0xfadacfa461dd48c2!3m1!7e115!4s%252Fmaps%252Fplace%252Fgoog>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAMAÇARI. JORNAL DESTAQUE 1. Prefeitura de Camaçari em 1948. Cultura de Camaçari perde imóvel histórico no Centro. Disponível em: <https://destaque1.com/sem-memoria-cultura-de-camacari-perde-imovel-historico-no-centro/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMAÇARI. Lei Complementar N° 913/2008, de 03 de dezembro de 2008. Institui o Código Urbanístico e Ambiental do Município de Camaçari, revoga as Leis Municipais n°. 52, de 23 de dezembro de 1976, n°. 301, de 01 de julho de 1994, n°. 495, de 28 de dezembro de 2000, Lei n° 722, de 16 de fevereiro de 2006 e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/legislacao/0409140209051.pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei N° 110 de 01 de junho de 1981. Aprova a atualização do Plano Piloto de Camaçari e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/c/camacari/lei-ordinaria/1981/11/110/lei-ordinaria-n-110-1981-aprova-a-atualizacao-do-plano-piloto-de-camacari-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAMAÇARI. Lei N° 866, de 11 janeiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Camaçari, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2008/86/866/lei-ordinaria-n-866-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-camacari-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CAMAÇARI. Lei N° 1.137, de dezembro de 2010. Aprova a Política Habitacional de Camaçari e o Plano Municipal de Habitação, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2010/114/1137/lei-ordinaria-n-1137-2010-aprova-a-politica-habitacional-de-camacari-e-o-plano-municipal-de-habitacao-e-da-outras-providencias-2021-04-30-versao-consolidada>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei N° 1.596, de 04 de setembro de 2019. Institui o Programa Regularização Fundiária do Município – REURB denominado “Papel Passado”, define a natureza, finalidade e o destino dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, revoga dispositivos legais e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2019/159/1596/lei-ordinaria-n-1596-2019-institui-o-programa-de-regularizacao-fundiaria-do-municipio-reurb-denominado-papel-passado-define-a-natureza-finalidade-e-o-destino-dos-recursos-do-fundo-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-fmhis-revoga-dispositivos-legais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMAÇARI. Lei Nº 1.663 de 30 de abril de 2021. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, institui o Conselho-Gestor do FMHIS e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2021/166/1663/lei-ordinaria-n-1663-2021-cria-o-fundo-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-fmhis-institui-o-conselho-gestor-do-fmhis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CAMAÇARI. Lei Nº1.689/2021 de 24 de novembro de 2021. Cria Programa de Atendimento Habitacional – “Pró - Moradia” na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, destinados a um conjunto de atividades vocacionadas ao Programa de Atendimento de Melhorias Habitacionais no Bairro Nova Vitória no município de Camaçari, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2021/169/1689/lei-ordinaria-n-1689-2021-autoriza-o-poder-executivo-a>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAMAÇARI. Local passa por revitalização. 2012. Disponível em: [Revitalização%20do%20Morro.pdf](#). Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMAÇARI. Prefeitura Municipal no ano de 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=428231&view=detalhes>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CAMAÇARI. Programa de Desenvolvimento e Infraestrutura Urbana – PRODUR. Acervo Público Municipal de Camaçari- BA, 1976.

CAMAÇARI. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUR. Documentação original de áreas de ocupações. Acervo Público Municipal de Camaçari-BA, 1988.

CAMAÇARI. Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA. Obras de requalificação na Rua padre Paulo Tonicci. Publicado por ASCOM/2020. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/rua-padre-paulo-maria-tonucci-passa-por-requalificacao/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CAMAÇARI. Unidade de ensino é entregue a população. Publicado por Agência IWWA, 2012. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/unidade-de-ensino-e-entregue-a-populacao-2/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CARDOSO, A. L; JAENISCH, S. T; ARAUJO, F. The social imaginary of home ownership and its effects: reflections about real state in Brazil. In: ISA RC43 Conference 2013 Book of Proceedings. **Anais...** Amsterdam, University of Amsterdam, 2013. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

CARLOS, A. F. A. **A cidade - repensando a geografia**. São Paulo: Contexto, 2003.



CARLOS, A. F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/04alessand.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. F. A. A “Geografia Urbana” como disciplina: uma abordagem possível. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, Vol. Especial 30a. (2012), p. 92-111.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 75-110.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo da vida cotidiana na metrópole**. [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Org.). **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006. 228 p.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. Dinâmica de uma metrópole periférica: Salvador no Século XXI. In: SILVA, S. B. M.; CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Org.). **Transformações Metropolitanas no Século XXI**: Bahia, Brasil e América Latina. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 173-204.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 602 p. (Tradução de Arlene Caetano).

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, 1992, v. 54, n. 3. p. 115 – 121. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201992%20v54\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201992%20v54_n3.pdf). Acesso em: 11 maio 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Algumas informações sobre a presença da FORD no Brasil e o potencial impacto do encerramento das atividades da montadora no país**. Disponível em:

[https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota\\_imprensa\\_Ford.pdf](https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota_imprensa_Ford.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

ESTEVES, J. M.; URIARTE, U. M. (Org.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003.

FERREIRA, A; RUA, J.; MATTOS, R. C. de. (Org). Metropolização do espaço, gestão territorial urbano-rurais: processo e dinâmicas. In: **Desafios da metropolização do espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 122 p.

FONSECA, A. A. M.; VIEIRA, V. S. Os impactos das inovações institucionais no processo de promoção econômica: o marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Ba. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 2, mai/ago. 2008, p. 5.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1974, 122 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2 ed. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2008. 494 p.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980[1973]. 291 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/camacari.html>. Acesso em 19 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>> Acesso em: 17 mar.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população para o ano de 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>. Acesso em: 26 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB per capita dos municípios de Camaçari e Salvador, entre os anos de 2010 - 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/camacari.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Taxa de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de Salvador. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=taxa+de+urbaniza%C3%A7%C3%A3o+dos+munic%C3%ADpios+da+Regi%C3%A3o+Metropolitana+de+Salvador>. Acesso em: 17 mar.2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. O Futuro do Pólo Petroquímico de Camaçari, Carta IEDI. Edição 201. Publicada em 2006. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_201\\_o\\_futuro\\_do\\_polo\\_petroquimico\\_de\\_camacari.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_201_o_futuro_do_polo_petroquimico_de_camacari.html). Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Relatório de Pesquisa. Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana. Região Metropolitana de Salvador. Rio de Janeiro, 2015.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A; RUA, J.; MATTOS, R. C. de. (Org). **Desafios da metropolização do espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 122 p.

LENCIONI, S. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões**: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. E-metropolis, v. 6, n. 22, p. 6-15, 2015 (Tradução). Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/167?name=urbanizacao-difusa-e-a-constituicao-de-megarregioes-o-caso-de-sao-paulo-rio-de-janeiro>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LOEB, R. Aspectos do planejamento territorial urbano no Brasil. In: MINDLIN, B. (Org.). **Planejamento no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 139 – 160. (Coleção Debates).

MAGALHÃES, D. S. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do Litoral Nordeste da Bahia**: os dois lados da Rodovia BA – 099 – “Estrada do Coco”. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSE, H. Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARICATO, E. MetrÓpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violéncia. **Estudos Urbanos 10**, Série Arte e Vida Urbana 4. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 2011.

MARICATO, E. **A terra é um nó na sociedade brasileira..também nas cidades**. Periódico: Cultura Vozes. v. 93, n. 6, p. 7-22, nov./dez. 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001105586>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MARINHEIRO, A. I. **Guerra dos lugares, territorialização da produção e desenvolvimento regional**: três fatores dissociados no caso da inalação da FORD na BA. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, 119 p.

MELLO, L. S. de. **Planejamento urbano e riscos tecnológicos**: uma análise em Camaçari – BA., no entorno do polo petroquímico. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental Urbana, da Escola Politécnic da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2011, 150 p.

MENEZES, V. A economia baiana: desafios, óbices e perspectivas. In: PESSOTI, G. C. (Org.). **Memórias da economia baiana**. Salvador: SEI, 2020. p. 246-269.

MINDLIN, B. L. **Planejamento no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOREIRA, R. O trabalho, o gênero e a metropolização em tempos de reino do rentismo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, C. (Org.). **Desafios da metropolização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 620 p.

NOVAES, Flávio Santos. **A efetividade deliberativa de conselhos municipais de habitação na Bahia**. (Tese de doutorado). Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 2016, 327 p.

OLIVEIRA, B. H. A. de. **Políticas públicas de regularização fundiária como instrumentos de concretização do direito fundamental à moradia**: a implantação de políticas habitacionais no município de Camaçari-Ba. a partir de 2010. (Dissertação de Mestrado Profissional em Direito, Governança e Políticas Públicas). Universidade Salvador-UNIFACS, 2020, p. 104- 141.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, T. B. L. G. de. Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. **Geo Textos**, v. 5, n. 2, p. 27- 41, dez 2009.

OLIVEIRA, T. B. L. G. de. **Como se faz uma favela**: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”. (Tese de doutorado). Arquitetura/Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2011, 164 p.

PEDRÃO, F. As bases conceituais do estudo da pobreza. In: PESSOTI, G. C. (Org.). **Memórias da economia baiana**. Salvador: SEI, 2020. p. 210-245.

PEREIRA, G. C. Formas de provisão de moradia em Salvador e Região Metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Ed.). **Salvador**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2014.

PINHO, José Antônio Gomes de. Habitação em um contexto de redemocratização: a experiência de Camaçari (Bahia). In: **RUA – Revista de arquitetura e Urbanismo**, n. 2, Ano 2. Salvador: Mestrado FAUFBA, 1989, p. 17.

RIBEIRO, L. C. Q. **A metrópole em questão**: desafios da transição urbana. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018[1947]. 313p.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).

ROLNIK, R. Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção. **Anais...** Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. 627 p.

SANTOS, M. O papel metropolitano da cidade do Salvador. In: MELLO, S. B. de; SILVA, I. M. M de; PEREIRA, G. C. (Org). **Transformações metropolitanas no século XXI**: Bahia, Brasil e América Latina. Salvador: EDUFBA, 2016 [1956]. 383 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1978]. 431 p. (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso da São Paulo. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 116 p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1993[1987]. 142 p. (Coleção Espaços).

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2012[1994]. 144p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993, 157 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2006[1996]. (Coleção Milton Santos).

SERPA, A. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Revista GEUSP** (online), São Paulo, v. 21, n. 2, mai./ago. 2017, p. 10. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geusp/article/view/125427>. Acesso em: 03 abr. 2020.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C.; CARVALHO, S. S. Metropolização e turismo no litoral norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N.; SILVA, M. P. Salvador e sua região metropolitana: mudanças recentes, conflitos e perspectivas institucionais. **Revista GeoTextos**, v. 11, n. 2, dez. Salvador, 2015.

SILVEIRA, M. L. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATOS, R. C. (Org.). **Desafio da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, J. G. de. **Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico X desenvolvimento social**. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador- UNIFACS. Salvador, 2006, 105p.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espaical nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, J. G. de. **Camaçari, as duas faces da moeda: Crescimento econômico X Desenvolvimento social**. (Dissertação de Mestrado em Análise Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador- UNIFACS. Salvador, 2006, p. 105.

SPÍNOLA, N. D. Problemática do desenvolvimento regional da Bahia. **Anais... XVIII, ENANPUR**, Natal, 2019.

SPÍNOLA, N. D. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano III, n. 4, Salvador, 2001, p. 1-9.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas - Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**, n. 54, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATOS, R. C. de. (Org.). **Desafios da metropolização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 620 p.

SPYER, J. **Mídias sociais no Brasil emergente**. Londres: UCLPRESS, 2018. (Tradução Júlia Martins Barbosa). Disponível em:

<https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10052478/1/M%C3%ADdias-Sociais-no-Brasil-Emergente.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

STEINBERGER, M. (Org.) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 406p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Boletim de Conjuntura Mercado de Trabalho, 1º trimestre de 2021.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel-FAPESP. 2 ed., 2001.

## APÊNDICE A – MODELO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA À POPULAÇÃO DAS LOCALIDADES PESQUISADAS

PESQUISADORA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_\_

LOCAL DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

IDADE DO ENTREVISTADO (    )    SEXO (    )

Por qual motivo veio morar nesta localidade e há quanto tempo reside aqui?

Qual a sua satisfação ou insatisfação (se houver) em residir nessa localidade?

Como você adquiriu o terreno no qual construiu a sua residência, ou como comprou o imóvel?

Existe algum documento oficial que comprove a titulação do imóvel? Se não, explique o porque.

Existe alguma taxa ou imposto cobrado pelo poder municipal, quanto ao seu imóvel?

Quais as mudanças significativas no local, após ter construído ou adquirido o seu imóvel?

Mencione os principais problemas enfrentados em termos de infraestrutura na localidade.

Qual é o seu maior desejo, como morador(a) desse local?